

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GABRIELA DUTRA CRISTIANO

**ÉTICA, TRABALHO E FORMAÇÃO:
o serviço social em questão**

Porto Alegre
2015

GABRIELA DUTRA CRISTIANO

**ÉTICA, TRABALHO E FORMAÇÃO:
o serviço social em questão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Berenice Rojas Couto

Porto Alegre
2015

C933e Cristiano, Gabriela Dutra
Ética, trabalho e formação : o serviço social em questão /
Gabriela Dutra Cristiano. — Porto Alegre, 2015.
152 fl.

Diss. (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social,
PUCRS, 2015.

Orientador: Profa. Dra. Berenice Rojas Couto.

1. Serviço Social – Formação Profissional. 2. Serviço Social
- Ética. 3. Serviço Social - Trabalho Profissional. 4. Estágio
Curricular - Supervisão. I. Couto, Berenice Rojas. II. Título.

CDD 361.007

GABRIELA DUTRA CRISTIANO

**ÉTICA, TRABALHO E FORMAÇÃO:
o serviço social em questão**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 14 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Berenice Rojas Couto (Orientadora – PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Beatriz Gershenson Aginsky (PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Luiza Helena Dalpiaz (UNOESC)

Porto Alegre
2015

Dedico este trabalho a todas e todos assistentes sociais em formação – constante formação – que resistem ao caldo cultural conservador que nos convoca cotidianamente, exercendo eticamente a liberdade na necessidade, a consciência e a responsabilidade.

AGRADECIMENTOS

Enquanto sujeito ético-moral que sou, muitas são as pessoas que, em encontros e desencontros da vida, participaram de minha história, contribuindo para a construção e reconstrução de concepções e valores. Essas pessoas, de diferentes formas, provocaram-me a querer sempre ir além do que sei, do que vi, do que pensei e, neste sentido, contribuíram com este trabalho: alguns com estímulo intelectual, outros com apoio afetivo, e ainda aqueles de presença completa em minha vida. Àqueles que compõe a essência do que sou, dedico este trabalho.

Agradeço de maneira muito especial à Berenice Rojas Couto, o presentinho que a vida me deu em forma de orientadora. Em uma experiência radicalmente democrática, construímos juntas este trabalho! Da perspectiva teórica adotada até as considerações finais, tudo foi discutido, pensado junto, com cafezinhos da secretaria e muito afeto. Agradeço por todo o apoio durante os momentos difíceis nesta trajetória, por sempre acreditar muito em mim e por ser um exemplo de profissional comprometida ética e politicamente com o trabalho, coerente com aquilo que diz, sem perder o amor pela profissão!

À Luiza Dalpiaz, professora que através de sua postura em sala de aula me mostrou a necessidade de constantemente pensar sobre a nossa implicação no trabalho. Tantas noites de sono “perdi” durante a graduação porque, em verdade, nossas conversas instauraram em mim reflexões e indagações daquelas que nos movem para o resto da vida! Nossos encontros sempre, todos eles, me transformaram de alguma forma.

À Beatriz Gershenson, por mesmo antes de nos conhecermos – e sem nem saber! – ter me inspirado a estudar ética no Serviço Social. Pelas aprendizagens construídas no espaço da sala de aula e principalmente pela leitura atenta à minha dissertação na banca de qualificação, fazendo provocações que alimentaram minhas reflexões por bastante tempo!

Às/aos professoras/es do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, pelas ensinagens e afetos durante este momento tão importante que é o mestrado, em especial ao professor Carlos Nelson dos Reis, à professora Leonia Bulla e à professora Jane Prates. Às gurias da secretaria, Juliana e Andrea, pelas conversas de apoio, pelas brincadeiras e sorrisos que deixam o clima sempre mais leve e menos racional.

À Marcia Faustini, minha super de estágio docente, que me acolheu no complexo espaço da sala de aula, me deu espaço para exercitar a professoralidade, me encantou enquanto professora e enquanto pessoa. Foram noites muito especiais que deixaram saudades e a certeza de que é possível construir reflexões éticas no espaço contraditório da universidade.

Às faculdades de Serviço Social da PUCRS e da UFRGS, por terem aberto as portas para realização desta pesquisa. Em especial à Tatiana Reidel, supervisora de estágio na UFRGS, por sempre ter me acolhido com muito afeto e um chá quentinho nas vezes em que fui até a UFRGS, nervosa, para o momento da coleta de dados. Também agradeço à Alzira Lewgoy, por ter se interessado pela pesquisa, pela disponibilidade e curiosidade com que conversou comigo, questionando e querendo saber mais.

Às amigas e amigos que o mestrado me deu! Àquelas pessoas sem as quais a PUCRS não teria a mesma graça, a mesma cara, não teria como suportar. Àquelas/es que entraram comigo, àquelas/es que passaram pelo caminho, aos encontros dessa vida. Agradeço em especial à Vanessa Azevedo e à Monique, pela infinita disponibilidade em discutir esta pesquisa comigo.

À Grazi, à Aline e à Ana, amigas que entraram no mestrado comigo e que eu levo pra vida, por todas as conversas, almoços, cafés, *croissants* de chocolate, desabafos, apoio, amo vocês! Ao Guilherme, presentinho que o mestrado me deu mais pro final do curso, no momento certo, por ser por completo na minha vida – e por aqueles momentos na madrugada de doer a barriga de tanto rir!

À Luiza, que escutou – às vezes com paciência e às vezes nem tanto – meus surtos em relação ao mestrado e à dissertação. Foi colo nos momentos difíceis, foi sorriso nos momentos certos. Obrigada por trazer poesia à vida!

À Fran Ferreira, irmã da vida, amiga de sempre, pelo incentivo, pelo estímulo, por me desafiar intelectualmente discutindo política, por ser meu porto seguro. À Thaís, pela amizade e confiança nesta vida, pelas horas de escuta e diálogo, por acreditar em mim e me apoiar sempre. Ao Fabricio, pelo incentivo, apoio incondicional, conversas e risadas!

Aos presentinhos lindos que a faculdade me deu: Dani, Fran, Adri, Nata, Carine, e Thaís (de novo tu, Tatá!), por sempre comemorarem a vida e as conquistas comigo, pela parceria e companheirismo, por me ensinarem cotidianamente os reais sentidos da palavra AMIZADE. Amo demais vocês!

À minha vózinha Zeli, minha alma gêmea. À minha mãe, que me estimula sempre a estudar, que me ensinou o gosto pela leitura, que sonha junto comigo e não permite que eu me acomode – meu lado realista, concreto. Ao meu pai, que em meio a essa trajetória teve que partir deixando muita saudade, que sempre me escutou, discutiu sobre tudo, me apoiou incondicionalmente e comemorou cada pequena conquista – meu lado da sensibilidade, do afeto.

À todas/os estudantes que se disponibilizaram a participar desta pesquisa. Sujeitos ativos deste trabalho, são a voz e a cor. Desejo conseguir contribuir com a trajetória de vocês pelo menos um pouquinho, uma parte do que contribuíram com a minha! Por fim, agradeço a todos e todas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, para a minha formação e àqueles que trazem alegria aos meus dias.

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar. (BERTOLT BRECHT)

Assovia o vento dentro de mim. Estou despido.
Dono do nada, dono de ninguém, nem mesmo dono de minhas certezas,
sou minha cara contra o vento, a contra-vento,
e sou o vento em minha cara.
(EDUARDO GALEANO)

RESUMO

Neste estudo discutimos a relação entre ética, trabalho e formação no Serviço Social a partir da experiência de estudantes em estágio supervisionado obrigatório, tendo como objetivo analisar as implicações éticas derivadas do cotidiano de trabalho destas/es, a fim de contribuir com a formação profissional de sujeitos críticos e conscientes. Com fundamento epistemológico na perspectiva histórico-ontológica lukácsiana, a pesquisa realizada é do tipo empírica e qualitativa, tendo como campo as faculdades de Serviço Social da PUCRS e da UFRGS e como sujeitos de pesquisa estudantes no nível III de estágio. A coleta de dados se desenvolveu em dois momentos: no primeiro aplicamos um instrumento alternativo em formato de questionário, e no segundo realizamos entrevistas semiestruturadas; estes dados foram trabalhados através da metodologia de análise textual discursiva. Considerando o estágio enquanto *formação pelo trabalho*, analisamos neste estudo a apreensão de possibilidades no seio das necessidades advindas da inserção em espaços sócio-ocupacionais, a produção e reprodução de valores e lógicas construídas historicamente no campo das políticas sociais e na própria profissão, as aprendizagens construídas no decorrer formação profissional e os desafios do cotidiano de trabalho de estudantes em estágio. Assim, evidenciamos que o movimento feito por estes sujeitos em vistas ao exercício da ética enquanto capacidade do ser social apresenta distâncias e aproximações entre discursos e atos ético-morais, bem como a objetivação tanto de valores conservadores como emancipatórios. Nesse sentido, apontamos para a necessidade da transversalidade ética na formação profissional e sua centralidade no estágio supervisionado obrigatório, sendo esta uma possibilidade de aproximar aquilo que se diz daquilo que se faz, buscando criar alternativas de trabalho possíveis que tenham como horizonte a emancipação humana de todas as formas de opressão e exploração. Temos a expectativa de que os resultados verificados possam instigar novas reflexões críticas, num movimento constante de pensar e repensar as possibilidades de atuação profissional comprometida ética e politicamente.

Palavras-chave: Ética. Trabalho. Formação. Serviço Social.

ABSTRACT

This study discusses the relationship between ethics, labor and formation in Social Work from the students' experience from mandatory supervised internship, having as main goal to analyze the ethical derived from their everyday tasks in order to contribute to the professional formation of subjects both critically and consciously. With epistemological basis set on the historical ontological lukacsian perspective, the held research was of empirical and qualitative kind. Having as field the college courses of Social Work from PUCRS and UFRGS, and as subject's students on intership of level III, the data collection was developed in two stages: at first one an alternative tool in questionnaire format was applied, and in the second one semi structured interviews were held. These data were discussed through the discursive textual analysis methodology. Considering the internship as *formation through work*, we analyzed in this present study the the apprehension of possibilities within the needs that come from the insertion in socio-occupational spaces, the production and reproduction of values and logics historically built in the field of social politics and in the profession itself, the learning built throughout the professional formation and the everyday challenges in the work of internship students. Thus, we point that the movement made by these subjects seen in the exercise of ethics as capacity of the social being shows distances and approximation between speeches and ethical-moral acts, as well as an objectification of both conservative and emancipatory values. In this sense, we point at the need of transversal ethics in the professional formation and its centrality in the mandatory supervised internship, being this a possibility of bringing what we say closer to what we do, searching to create alternatives of possible works that have as horizon the human emancipation from all kinds of oppression and exploitation. We expect the verified results to instigate new critical reflections on a constant movement of thinking and rethinking the possibilities of a professional acting ethically and politically committed.

Keywords: Ethics. Work. Formation. Social Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Carga-horária de estágio.....	24
Quadro 1 - Caso 1 apresentado no questionário de pesquisa.....	89
Quadro 2 - Caso 2 apresentado no questionário de pesquisa.....	90
Quadro 3 - Caso 3 apresentado no questionário de pesquisa.....	91
Quadro 4 - Dimensões sobre a ética na perspectiva das/os estudantes em estágio.....	114

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS.....	13
2 SOBRE ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL.....	28
2.1 ÉTICA: TRAÇANDO E TECENDO UMA CONCEPÇÃO	29
2.2 FUNDAMENTOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A GÊNESE E O CONTEMPORÂNEO	44
2.2.1 Gênese ética do Serviço Social: entre a ajuda e a manutenção da ordem societária.....	45
2.2.2 Da profissionalização à intenção de ruptura: a disputa de projetos ético-políticos	58
3 ÉTICA, TRABALHO E FORMAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?.....	68
3.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO	68
3.2 ENTRE A LIBERDADE E A NECESSIDADE: A RELATIVA AUTONOMIA.....	73
3.3 O ESTÁGIO E O CAMPO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	80
4 ENTRE RESISTÊNCIAS E CONSERVADORISMOS: DILEMAS ÉTICOS DE NOSSO TEMPO E SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO.....	87
4.1 FORMAÇÃO PELO TRABALHO: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL	94
4.1.1 Formação profissional: avanços e desafios	94
4.1.2 Mediações possíveis em estágio supervisionado obrigatório	100
4.1.3 Dimensões do trabalho em processos de estágio	106
4.2 O ENTRELAÇAMENTO DO VELHO COM O NOVO NO SERVIÇO SOCIAL: DISCURSOS SOBRE PERSPECTIVAS ÉTICO-POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E VALORES ÉTICO-MORAIS EM JOGO.....	113
4.3 OS ATOS ÉTICO-MORAIS E O USO INSTRUMENTAL NO TRABALHO PROFISSIONAL: TENDÊNCIAS EM JOGO	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	143
APÊNDICE B – Questionário de Pesquisa/ Instrumento Alternativo.....	144
APÊNDICE C – Tópico Guia da Entrevista Semi-Estruturada.....	150
APÊNDICE D – Quadro de Categorização dos Dados.....	153

1 INTRODUÇÃO: CAMINHOS E PERSPECTIVAS

Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever. Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer? Se antes da pré-pré-história já havia os monstros apocalípticos? Se essa história não existe, passará a existir. Pensar é um ato. Sentir é um fato. Os dois juntos – sou eu que escrevo o que estou escrevendo. (CLARICE LISPECTOR)

O interesse em pesquisar o tema *ética* surgiu de forma ainda embrionária no período da graduação em Serviço Social. Diversos questionamentos, indagações e curiosidades foram surgindo a partir das sucessivas aproximações com o campo de trabalho da profissão, do contato direto com os usuários e das experiências em estágio supervisionado.

Entre as diversas aprendizagens construídas durante o período de formação, o momento mais intenso ocorreu no estágio supervisionado obrigatório realizado no até então denominado Serviço de Assistência Social da Polícia Civil do Rio Grande do Sul. Este serviço tem como objetivo atender os policiais civis com foco na assistência e na saúde do trabalhador, em todo território do Rio Grande do Sul.

Logo na inserção nesta instituição, o choque cultural e de valores foi tão intenso que quase provocou a desistência do estágio naquele espaço. A Polícia Civil possui hábitos, concepções e valores bastante rígidos, tendo inclusive como filosofia a hierarquia e a disciplina. Além disso, o lugar que a instituição ocupa no tecido social é de manutenção da ordem através do uso legítimo da força e da violência.

Como, então, prestar atendimento qualificado aos/às policiais sendo que estes são operadores de uma lógica na qual pessoalmente e profissionalmente lutamos contra? As concepções e valores construídos ao longo da história social individual e na formação acadêmica em andamento se manifestavam na postura profissional enquanto estagiária, nas interpretações feitas e nos julgamentos pautados em juízos de valor. O sofrimento ético causado pelo tensionamento de valores contrários poderia impossibilitar a continuação do estágio; ou então haveria a necessidade transformar o sofrimento e a inquietação em compreensão e resistência.

Diferentes dispositivos foram importantes para instaurar a reflexão ética e crítica que possibilitou a continuidade do estágio: a arte como expressão da vida,

assistindo filmes que abordavam o cotidiano do trabalho policial; leituras críticas sobre a historicidade da instituição; supervisão acadêmica e de campo; sucessivas aproximações com o trabalho policial através de observações em delegacias da capital e escuta destes sujeitos.

Ou seja, foi preciso encontrar dispositivos que instaurassem processos reflexivos críticos que ultrapassassem o pensamento comum construído na vida cotidiana que, ainda que este pensamento fosse contra-hegemônico, era rígido e pautado em um sistema de referências fechado. Ao ampliá-lo, foi possível perceber o porquê de a instituição funcionar de determinada forma, desculpabilizando seus operadores e, ao mesmo tempo, resistindo e construindo formas de enfrentamento à violência e opressão institucional.

Este movimento de desconstrução de determinados pré-conceitos e de ampliação da compreensão possibilitou a transformação das inquietações em atos éticos. Contudo, o ato ético sem consciência da direção política¹ que ele imprime é apenas em parte o exercício da ética. Ao compreender que os mecanismos institucionais de produção e reprodução da violência, a precarização do trabalho e a alienação provocavam adoecimento e estresse nos/as policiais civis, decidiu-se por trabalhar com a relação entre estresse no trabalho e qualidade de vida. Esta relação está presente no discurso hegemônico daqueles/as que prestam atendimento aos/as trabalhadores/as e, de certa forma, foi incorporado de forma acrítica como possibilidade de intervenção.

É neste sentido que se observa a dimensão política da ética. O discurso sobre qualidade de vida é funcional porque não questiona os processos mais amplos do modo de produção capitalista, no que tange à exploração da força de trabalho - é um discurso que responsabiliza o próprio trabalhador pela manutenção de sua saúde, idealizando que se o trabalhador for explorado e tolhido em suas potencialidades pelo modo de produção, mas se ele for ao cinema, fizer exercício físico, tiver uma vida sexual satisfatória, etc., estará tudo bem. Assim, este discurso é funcional para maximização da produção.

O processo de *dar-se conta* da dimensão política das ações profissionais – ou seja, do *porquê*, *para que* e *para quem* se está trabalhando – foi instaurado com provocações feitas pela supervisora acadêmica e com apropriação do pensamento

1 Sobre a diferença e a relação entre ato político e ato ético, ver Heller (2014).

de autores críticos que discutem o tema.

A dimensão política da ética não está presente apenas na intencionalidade, isto é, não é uma abstração da ética. Ao contrário, o produto objetivo da ação materializada responde a determinados interesses que estão em jogo no tecido social – na *pólis* –, o sujeito tomando consciência disso ou não. Contudo, apenas quando o sujeito se percebe enquanto agente de atos políticos, assume a responsabilidade tanto pela intenção da ação como pelo que a ação produz.

Foi no processo de aprendizagem brevemente relatado aqui, permeado por dúvidas, buscas, sofrimentos, alegrias, frustrações e realizações que a ética começou a se tornar o principal tema de interesse e objeto de estudos mais aprofundados. Na busca por respostas em um campo de estudos profundamente filosófico, que complexifica-se ao ser articulado com a profissão, surgiu o interesse em realizar esta pesquisa.

A ética tem sido alvo de amplo debate no campo acadêmico em diferentes áreas do saber, sendo este um tema transversal. Com nuances que ora se aproximam e ora se distanciam, este tema é tradicionalmente tratado no âmbito da filosofia. Porém, contemporaneamente, vem compondo discursos, ações e estudos dos mais variados tipos, entre os quais é possível destacar: ética aplicada, ética geral, ética empresarial, ética na política, ética profissional, entre tantos outros.

No Serviço Social, verifica-se o avanço no que se refere à temática, onde o debate preconiza a objetivação da ética enquanto direção ético-política que orienta o agir profissional. Com a proposta de ruptura com o Serviço Social tradicional e com a construção coletiva de um projeto profissional pactuado com os interesses e necessidades da classe trabalhadora e com valores emancipatórios, a categoria profissional posiciona-se politicamente. Assume como valores centrais a liberdade, a igualdade, a democracia e a justiça social.

Esses valores devem orientar as escolhas conscientes realizadas nos atos ético-morais cotidianos no trabalho de assistente sociais. Isso só é possível porque o humano, diferente dos animais, possui a capacidade teleológica posta em seu trabalho. Ou seja, a capacidade de projetar teleologicamente a intenção, os meios e fins de seu trabalho, de fazer escolhas fundamentadas em valores.

A direção ético-política foi definida hegemonicamente pela categoria profissional como um posicionamento anticapitalista e contra todas as formas de opressão e exploração em amplo debate com diferentes perspectivas teóricas a

partir do denominado Movimento de Reconceituação, porém o debate sobre ética no Serviço Social ainda é pouco adensado. Embora existam vastos estudos sobre a materialização do Projeto Ético-Político profissional, a profissão possui poucas pessoas dedicadas ao estudo da ética.

Entretanto, são diversos os fatores que envolvem a objetivação da direção ético-política no exercício profissional e esta não depende apenas da intencionalidade ou da boa vontade de assistentes sociais. Especialmente se o cerne da pesquisa for o debate sobre a ética, o tema é muito profundo e complexo. Discuti-lo em seus pormenores é um desafio que se impõe na atualidade.

Esta pesquisa, como foi dito anteriormente, é motivada por indagações da pesquisadora que foram se construindo ao longo da formação acadêmica, das experiências nos espaços de atuação e dos estudos realizados, em que a categoria ética e sua relação com o trabalho dos assistentes sociais assumiu centralidade nas reflexões e na busca por respostas.

Tais indagações se articularam em três questões centrais: a interface da ética com o cotidiano de trabalho de assistentes sociais – considerando a relação entre necessidade e liberdade; a formação profissional² enquanto balizadora de atos éticos-morais no cotidiano de trabalho; e os processos que viabilizam a transformação de posicionamentos ético-políticos em atos ético-morais.

O estágio supervisionado obrigatório³ é um *lócus* privilegiado para este estudo, visto que é o primeiro espaço em que, obrigatoriamente, a/o estudante defronta-se com a necessidade de experienciar o exercício profissional enquanto assistente social em formação. Este é um espaço de *formação pelo trabalho*, ou seja, formação através da ação, da atuação e da experiência no trabalho.

Esta modalidade de estágio é um importante momento da graduação em Serviço Social, onde a/o estudante tem a possibilidade de experienciar o exercício profissional acompanhando por supervisão acadêmica e de campo. As/os

² Ao nos referirmos à formação profissional neste trabalho, estamos delimitando esta definição no que se refere à sua especificidade na graduação em Serviço Social, isto é, “o processo vivenciado por estudantes do curso de Serviço Social para se habilitarem ao trabalho profissional. Esse, claro, é apenas o início de uma caminhada que, em nosso entender, deve ser continuada, visto que tanto nós, como a realidade, vivemos em constante processo de transformação” (SOUSA; SANTOS; CARDOSO, 2013, p. 48-49).

³ Vale destacar que há uma escassez de estudos sobre o estágio no Serviço Social, sendo o mais atual e reconhecido o livro publicado com base na tese de doutorado de Alzira Lewgoy com foco na supervisão de estágio em Serviço Social.

estudantes inserem-se em espaços sócio-ocupacionais que preexistem à sua inserção. Entram em tensionamento com a realidade concreta, com o cotidiano, com as diferentes demandas, com os valores e concepções em jogo nestes espaços.

Além disso, com a invasão perversa do neoliberalismo, a precarização do trabalho é um aspecto que não pode ser desconsiderado em qualquer estudo que se proponha a uma reflexão ética a partir da realidade social. A aplicação de políticas de cunho neoliberal incide em todas as esferas do tecido social e no modo de vida dos sujeitos. A precarização das condições de trabalho, as medidas de privatização e o desmonte das políticas sociais com as novas formas de gestão incidem em implicações éticas no cotidiano de trabalho de assistentes sociais e, particularmente, de estudantes em estágio supervisionado.

Os espaços de trabalho de assistentes sociais e de estagiárias/os em Serviço Social são, em geral, no campo das políticas sociais, atravessados pela precarização e pela lógica neoliberal que vem efetivando seus desmontes. Além disso, são espaços marcados historicamente e culturalmente por valores como o assistencialismo, o clientelismo, o mando, a filantropia e a lógica mercadológica.

As experiências em diferentes instituições de política social mostraram condições de trabalho e heranças culturais que criam condições desafiadoras para objetivação de atos ético-morais conscientes e responsáveis nas práticas cotidianas de trabalhadores/as. Em relação às/aos estudantes-estagiárias/os, é preciso dar voz e visibilizar o lugar que estes ocupam nas instituições em que se inserem, como são seus cotidianos de trabalho e os desafios para o desenvolvimento de uma formação pelo trabalho com centralidade na reflexão ética consciente, crítica e responsável.

Salienta Prates (2012, p. 127) que uma pesquisa deve sempre responder a um problema, e este, “em se tratando do referencial dialético-crítico, no entanto, sempre será teórico-prático, porque o caráter interventivo lhe é constitutivo [...]”. Nesse sentido, buscando o desvendamento da realidade como possibilidade de intervenção, formulamos o seguinte problema de pesquisa: *Quais as implicações éticas derivadas do cotidiano de trabalho das/os estudantes de Serviço Social em estágio supervisionado obrigatório?* Entendemos que é possível qualificar o estágio enquanto espaço de formação pelo trabalho, objetivando a formação de valores éticos e a materialização de atos ético-morais, compreendendo o processo complexo, multifacetado e multiforme que é a inserção em diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Um problema de pesquisa é formulado como pergunta pois é algo que questiona a realidade, ou seja, coloca em questão para, através de um método científico, buscar respostas. Para orientar esta busca, formulamos as seguintes questões norteadoras: (i) Como é o cotidiano de trabalho de estagiárias/os em Serviço Social? (ii) Quais as implicações devidas da relação das/os estudantes enquanto sujeitos ético-morais com os seus espaços de trabalho/estágio? (iii) Quais valores são objetivados nos atos ético-morais no cotidiano de trabalho de estudantes em estágio supervisionado obrigatório? (iv) Como se apresentam para estas/es estagiárias/os as possibilidades de atos ético-morais conscientes e responsáveis, na interface com as necessidades advindas da inserção no trabalho? (v) Como se manifestam nos atos cotidianos a relação de continuidades e rupturas com os valores construídos historicamente em seus espaços de atuação? (vi) Como a formação profissional, em interface com o cotidiano de trabalho, possibilita (ou não) as/aos estudantes ressignificarem valores historicamente construídos em seus espaços de atuação e na profissão?

É também preciso esclarecer de antemão alguns equívocos que podem surgir na leitura deste trabalho até aqui. Este não é um estudo sobre ética profissional em sua expressão legal – os Códigos de Ética –, embora esta perpassa a discussão. A ética, aqui, é compreendida em seu sentido mais amplo, que por ora pode ser sintetizado como

[...] uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre. (BARROCO, 2010a, p. 19)

Estabelecendo a interface entre ética, trabalho e formação, e tendo como *locus* analítico o estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social, por outro lado, este não é um estudo sobre a formação profissional ou sobre o estágio em si mesmo. Este, enquanto *locus* da pesquisa, é abordado a partir de um ângulo específico: o cotidiano de trabalho das/os estudantes e suas implicações éticas.

Na verdade, todos estes temas estão de alguma forma intrinsecamente conectados neste trabalho. Vale dizer que este estudo, como qualquer outro, não é neutro – nem tende a assumir uma pretensa neutralidade. Pautado em um

posicionamento ético-político e orientado pela perspectiva histórico-ontológica lukácsiana, partimos de algumas dimensões teórico-analíticas: cotidiano, historicidade, contradição, mediação, totalidade e (re)produção.

Lukács, ao (re)construir uma ontologia marxiana, explica que Marx supera as visões idealistas de Hegel, compreendendo a constituição do homem enquanto ser social para além das leis genéticas e da consciência. Para o autor, “[...] As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais” (LUKÁCS, 2012, p. 287). Assim, compreendemos o humano através de sua constituição histórico-social concreta pelo desenvolvimento do trabalho.

As dimensões teóricas não são meramente categorias abstratas, elas são abstraídas do movimento do real e a ele retornam. Nesta perspectiva, a centralidade está na *vida cotidiana*, entendendo-a como:

A vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, suas idéias, ideologias”. (HELLER, 2000, p. 17)

No percurso deste estudo, partimos da vida cotidiana de estudantes inseridas/os em estágio supervisionado, que trabalham com todas suas capacidades e afetos. Para isso, é preciso entender o processo histórico-ontológico de construção e legitimação dos espaços onde se inserem estas/es estudantes – o campo da política social - e também do Serviço Social.

Buscamos, então, apreender a vida cotidiana através de seu movimento dialético, e não como fim em si mesma. Ela é materialização de um *complexo de complexos* (ALVES, 2010) que, por infinitas conexões, se mediatiza com aspectos particulares e com a totalidade da vida social.

Assumir esse posicionamento teórico significa, também, assumir que as questões abordadas neste trabalho não se resolverão por completo. Apesar das tentativas de ultrapassar a pseudoconcreticidade⁴ dos fenômenos estudados, este é

⁴ “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos aspectos. O

feito de sínteses provisórias que podem e devem ser postas à prova e receber a crítica de leitores/as atentos/as interessados/as no tema. Afinal, não há *momento fim* para conhecimento que se propõe a ser construído através de sucessivas aproximações com a realidade.

Concordamos com Marx e Engels quando afirmam que a produção de conhecimento não deve partir de ideias abstratas, nem supor verdades:

[...] daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, nem do que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e representação dos outros para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se, sim, dos homens em sua atividade real, e, a partir de seu processo na vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo vital. (MARX; ENGELS, 2006, p. 52)

As representações construídas por homens e mulheres, o que estes imaginam e expressam em palavras podem ser “[...] sublimações necessárias do seu processo de vida material” (MARX; ENGELS, 2006, p. 52). Contudo, esta questão não se resolve por completo no âmbito desta pesquisa.

Apesar dos esforços de aproximação com a atividade prática cotidiana das/os estagiárias/os, esta aproximação não rompe as barreiras da palavra escrita e pronunciada. Isso não significa dizer que a palavra é sempre falseada, que a representação do real é sempre alienada; mas que esta forma de aproximação com o cotidiano, com os valores e as concepções de estagiárias/os, como qualquer outra que poderia ser utilizada aqui, tem seus limites e leitores/as atentos/as devem levá-los em consideração.

Nesse sentido, nos limites desta pesquisa, consideramos que a apreensão do real, da forma mais ampla possível, poderia se desenvolver através de debates e discussões com os sujeitos. Para isso, na primeira etapa de coleta de dados, aplicamos um instrumento alternativo sob a forma de questionário.

Neste instrumento são apresentados três casos⁵ com elementos que se manifestam cotidianamente nas situações atendidas por trabalhadores de diferentes espaços socioinstitucionais. Os casos são fictícios, elaborados pela pesquisadora com base em elementos verídicos de suas experiências profissionais. Cada situação

fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário”. (KOSIK, 2002, p. 15)

⁵ Os casos estão apresentados no capítulo 4.

apresenta um *dilema ético* atravessado por condições de saúde, habitação, gênero, renda, entre outros, onde o sujeito é convidado a se posicionar respondendo como analisa tais situações e, com as suas condições de trabalho, o que faria para intervir nas mesmas.

Dilemas éticos são aqueles em que há necessidade de fazer escolhas baseadas em juízos de valor; escolhas conscientes e responsáveis, sobre as quais se deverá arcar com as consequências. “Um dilema é um argumento por dois argumentos contrários entre si, de tal maneira que sua resolução leva em si mesma a contradição e, portanto, nunca se pode resolvê-lo por completo”. (OLIVEIRA; AZEVEDO, 2013, p. 8). Tradicionalmente são tratados como dilemas éticos o caso do aborto, da eutanásia e até mesmo daquele sujeito que furta para conseguir comida e matar a fome.

É evidente que não existe uma resposta correta para o questionário e o objetivo não é avaliar as/os participantes da pesquisa. A proposta é perceber os posicionamentos éticos, as formas como estas/es estudantes avaliam e fundamentam seus juízos de valor, os valores e concepções em que estão embasando seus atos - ainda que estes atos sejam abstratos, ainda que em sua dimensão teleológica não objetivada.

Para aplicação do questionário selecionamos como campo as faculdades de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), tendo como critérios o fato de as duas faculdades possuírem formatos de estágio supervisionado obrigatório semelhantes e por ser uma instituição pública e outra privada⁶. A UFRGS é a única universidade pública da região metropolitana do estado que possui graduação em Serviço Social e a PUCRS possui o curso na área mais antigo no RS.

A amostra foi definida buscando ser equitativa entre as duas instituições. Optamos por ter como *lócus* analítico nível III do estágio – último nível – por entendermos que neste haveria maior possibilidade de as/os estudantes já terem caminhado um pouco mais na busca de seus jeitos de serem assistentes sociais.

⁶ Tendo como *lócus* para esta pesquisa faculdades de Serviço Social de uma instituição pública e outra privada, entretanto, não será aprofundada a discussão sobre o Ensino a Distância. Este – reflexo da precarização e mercantilização intensificada da formação profissional não apenas no Serviço Social, mas em diversas áreas do conhecimento – necessita de estudos aprofundados, específicos, bem como de estudos comparativos com os processos de formação profissional presencial.

Assim, calculamos 24% sobre o número total de estudantes em estágio supervisionado obrigatório, sendo 6 estudantes convidadas/os a participar da pesquisa na UFRGS e 19 na PUCRS. O total de questionários e Termos de Consentimento Livre e Esclarecido entregues pessoalmente, em momento de supervisão acadêmica, foi de 25. Ao final do questionário havia uma pergunta sobre o interesse em participar da segunda etapa da coleta de dados da pesquisa, que aconteceria através de grupos focais.

O recebimento dos questionários foi agendado para uma semana após a sua entrega, também durante os encontros de supervisão acadêmica. Entretanto, esta devolução teve que ser mais flexível. Várias/os estudantes justificaram o atraso com a dificuldade de preencher o questionário por este ser relativamente longo, exigir tempo, e elas/es estarem em processo de finalização de diversas atividades do semestre letivo. Outras/os salientaram a complexidade dos casos expostos e solicitaram um tempo maior para respondê-lo.

O prazo foi ampliado para mais uma semana, mas novamente o retorno foi baixo, embora o interesse em participar da pesquisa continuasse sendo manifesto de diversas formas. Algumas/ns estudantes pediram para entregar em outro momento, outras/os questionaram sobre a possibilidade de encaminhar por *e-mail*. Para facilitar a participação das/os interessadas/os, o questionário foi enviado por *e-mail* para todas/os que preferissem responder de forma digital. Além disso, explicamos a todas/os que a desistência da participação da pesquisa é um direito e que não causaria nenhum constrangimento.

Com isso, algumas/ns encaminharam *e-mail* declarando a desistência de participar da pesquisa, sempre com justificativas relacionadas à dificuldade de tempo, à multiplicidade de tarefas com que estavam envolvidas/os e manifestando o desejo de que, ainda assim, fosse possível a realização da coleta de dados. Algumas/ns, inclusive, salientaram a importância desta pesquisa.

O retorno total foi de doze questionários, sendo que dois haviam sido preenchidos apenas os dados de identificação para manifestar o interesse em participar dos grupos focais. Apenas dois questionários retornaram da UFRGS, e dez (incluindo os incompletos) da PUCRS.

Das/os doze participantes da pesquisa, onze assinalaram interesse em participar da segunda etapa da pesquisa e uma/um destas/es escreveu uma observação ao lado onde dizia “porém não possuo horário disponível”. É

interessante observar como o fator tempo interferiu na participação dos sujeitos na pesquisa, sendo que perpassou todos os argumentos de desistência e até mesmo as falas daqueles que efetivamente participaram. Em uma das entrevistas realizadas, a estudante assinalou:

[...] não sei se eu consegui contribuir com aqueles casos dos questionários que tu trouxe, pois eu fiz correndo aquilo lá. Foram três situações bem fortes de pensar muito, então, de repente eu deixei em haver algumas questões mesmo de intervenção, porque eu acho que aqueles casos, são casos que a gente deveria ter um pouquinho mais de tempo, por essa correria que a gente está no semestre. Não deu muito tempo para se aprofundar, mas são casos bem específicos assim, de muitas intervenções na verdade, são muitas questões que têm que ser trabalhadas em cada família que se apresentou ali naqueles casos que tu trouxe. Então, eu acho que pra mim foi isso, eu achei que ficou faltando muita coisa ali, na intervenção de cada caso. (Entrevista 1, 2014)

Para dar início à segunda etapa da pesquisa, que seria realizada através de 3 grupos focais temáticos, levantamos a disponibilidade de datas e turnos das/os estudantes com o objetivo de facilitar a presença. No primeiro grupo agendado, apenas 3 estudantes confirmaram presença, mas nenhuma/um compareceu. Novamente as justificativas vieram com pedidos de desculpas e relacionadas ao tempo, referindo trabalhos para entregar, atividades de estágio, entre outras.

Bauer e Gaskell (2003) salientam que conciliar horários é uma das dificuldades da realização de grupos focais que pode ser evitada através de entrevistas individuais. Considerando que o prazo para coleta dos dados estava se estreitando e o semestre letivo chegando ao final, decidimos realizar a segunda etapa através de entrevistas, entendendo que assim seriam mais acessíveis o comparecimento e o manejo de horários.

Entramos em contato novamente com todas/os que haviam manifestado o desejo de continuar participando e conseguimos agendar e realizar seis entrevistas, apenas adaptando o tópico-guia do grupo focal para o de uma entrevista individual semiestruturada.

Das/os doze participantes da pesquisa, apenas um é do sexo masculino. Este dado em relação ao gênero é tradicional na profissão que é formada, historicamente, majoritariamente por mulheres, como mostra a pesquisa do sobre o perfil de assistentes sociais do Brasil (CFESS, 2005).

Outro dado levantado foi que 50% das/os participantes possuem emprego ou outra atividade remunerada concomitante ao estágio supervisionado obrigatório.

Nenhuma/um das/os participantes possui graduação em outra área do conhecimento, embora houve relatos sobre experiências em outras áreas e mudança de curso de graduação.

Sobre as condições dos estágios, 50% são remunerados, sendo 50% na assistência social, 41,7% na saúde e 8,3 % na saúde mental penitenciária; áreas estas em que é tradicional a inserção de assistentes sociais. A condição de trabalho dos locais é avaliada por 50% das/os estudantes como relativamente satisfatórias, por 25% como relativamente insatisfatórias e por 25% como regulares. Através deste último dado, podemos observar que não apareceram visões extremistas em relação aos campos de estágio, como visões românticas em relação ao “campo perfeito”, ou fatalistas como se nada no campo provocasse certo nível de satisfação. Isto é, as respostas circularam em avaliações intermediárias.

Sobre há quanto tempo as/os estudantes realizam estágio no espaço em que estavam inseridos no momento da pesquisa, 41,6% realizam de 6 a 8 meses, 33,3 % de 12 a 15 meses e 25% 16 a 19 meses. A carga horária em estágio varia bastante. Para visualizar melhor esse dado está sistematizado no seguinte gráfico:

Gráfico 1 - Carga-horária de estágio



Fonte: A autora (2015)

Sobre a jornada de estágio, é possível observar certa precarização no que tange à aproximação com a realidade prática, através do estágio supervisionado

obrigatório, em sua realização com carga horária extremamente baixa, como de 6 a 12 horas semanais. Este dado nos leva a questionar qual é o tempo necessário de dedicação semanal, de modo que seja possível a inserção das/os estagiárias/os nos processos de trabalho nas instituições e a maturação do exercício profissional, realizando mediações teórico-práticas.

Por outro lado, a jornada semanal de 30 horas tem relação com a chamada lei dos estágios, a Lei Nº 11.788, de setembro de 2008, onde é regulamentado pelo art. 12: “6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular”.

É importante esclarecer que, tanto nos questionários como nas entrevistas, não houve diferenças significativas nas respostas das/os estudantes da UFRGS e da PUCRS. Além disso, o pré-teste⁷ do questionário foi realizado junto às/aos estudantes em estágio supervisionado obrigatório de outra faculdade de Serviço Social de Porto Alegre, e as respostas também não apresentaram diferenças significativas.

Isso nos levou à considerar que os elementos que emergiram das repostas não dizem respeito à formação de uma faculdade específica, seja por ser pública ou privada ou por determinadas diferenças curriculares. Ao contrário, estes elementos parecem ser constituintes da relação dialética entre a profissão, sua formação sócio-histórica e com a realidade contemporânea em suas dimensões éticas, culturais, econômicas e políticas.

Há cuidados éticos que são necessários em qualquer pesquisa empírica envolvendo seres humanos, conforme a Resolução 466, de 2012, do CONEP, como a aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa para sua realização, a autorização das instituições envolvidas e a livre aceitação em participar da pesquisa, tendo conhecimento através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constante do Apêndice A. Entretanto, outros cuidados éticos se mostraram relevantes no transcorrer da pesquisa.

⁷ O pré-teste é a aplicação de determinado instrumento de coleta de dados feita anteriormente à coleta de dados em si, para averiguar se tal instrumento responde ao que o pesquisador quer saber, se é interpretado com certa clareza e se está adequado para a temática em questão. A identidade da instituição na qual foi realizado o pré-teste será mantida em sigilo, tendo em vista que foi realizado informalmente, sem as respectivas aprovações legais, o que é justificado pelo fato de o pré-teste servir para propiciar reflexões sobre o próprio processo de pesquisar, e não para análise dos dados coletados.

Em primeiro lugar, o respeito à expressão de opiniões e valores diferentes por parte dos sujeitos de pesquisa, entendendo que, dependendo da forma como a coleta de dados é realizada, pode se apresentar como uma avaliação em relação aos conhecimentos dos sujeitos ou até uma fiscalização sobre o que estão fazendo e como estão fazendo. Ao contrário disso, a intencionalidade ética da pesquisa é produzir conhecimento através da análise da realidade, buscando evidenciar não somente como se apresentam determinados fenômenos, mas também porque se apresentam de tal forma para, a partir disso, construir novas perguntas sobre a realidade.

Há também o cuidado ético em relação ao tratamento dos dados. Considerando que a pesquisa surge de indagações do/a pesquisador/a em relação à certa questão, este/a comumente possui *a priori* e suposições sobre o que irá emergir dos dados da pesquisa. É necessário um cuidado ético para acolher o que surge dos dados, e não manipulá-los ou selecioná-los de forma a comprovar hipóteses anteriormente formuladas.

A produção de conhecimento é uma forma de intervenção na realidade. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo contribuir com o debate da profissão sobre si própria, através de uma reflexão ética que articula as dimensões trabalho e formação profissional. Objetiva, assim, contribuir com a formação de sujeitos éticamente conscientes e responsáveis e com a produção coletiva da profissão, em seu compromisso com valores emancipatórios.

Para analisar os dados, utilizamos a metodologia de análise textual discursiva, que “é uma abordagem de análise de dados que transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa, que são a análise de conteúdo e a análise de discurso”. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 118) Esta metodologia de análise busca compreender os sentidos e significados emergentes dos dados, exigindo uma constante (re)construção de caminhos para a produção de um conhecimento não linear. (MORAES, 2003)

Em busca deste conhecimento não linear e entendendo a impossibilidade de tratar da ética distanciando teoria e prática, a estrutura da presente dissertação não se dividirá em capítulo teórico e capítulo de análise dos dados. Embora em alguns capítulos o *acento* esteja na discussão teórica sobre o tema e em outros na discussão sobre os dados coletados na pesquisa, isso ocorre apenas para dar maior evidência a um ou outro aspecto, já que são indissociáveis.

Para expor esta reflexão teórico-prática, o trabalho foi organizado em cinco capítulos. No segundo, após a presente introdução, discutimos conceitos e noções que auxiliam a traçar uma concepção sobre o que entendemos por ética. Além disso, percorremos diferentes momentos históricos do Serviço Social, discutindo não apenas a deontologia profissional – ou seja, os códigos normativos sobre o agir da profissão – mas principalmente o *ethos* da profissão, buscando evidenciar os processos de rupturas e continuidades nos valores que fundamentam o agir de assistentes sociais e estagiárias/os.

No terceiro capítulo abordamos mais especificamente a relação entre ética e o cotidiano de trabalho das/os estudantes em estágio supervisionado obrigatório. Discutimos a relação entre educação e trabalho na contemporaneidade, o estágio supervisionado obrigatório e a inserção de estudantes no campo nas políticas sociais e a relação entre liberdade e necessidade expressa na relativa autonomia destes sujeitos na inserção em processos de trabalho.

No quarto capítulo apresentamos, sobretudo, os elementos emergentes dos dados coletados na pesquisa. A relação entre ética, trabalho e formação no Serviço Social, os desafios do caráter pedagógico da supervisão de estágio na construção de uma reflexão ética, as distâncias entre os discursos e os atos ético-morais, o uso pragmático de instrumentos e encaminhamentos, a capacidade crítica de estudantes frente às condições de trabalho, entre outros, são temas abordados neste capítulo.

Por último, nas considerações finais, retomamos as questões centrais abordadas neste trabalho, com a intenção de ressaltar algumas reflexões que auxiliem a pensar e repensar a profissão, tarefa tão necessária no tempo presente e em qualquer outro tempo futuro. É pela autocrítica que se pode criar as condições necessárias para novos saltos de superação dialética, para produção e objetivação de valores emancipatórios, não no plano do idealismo, mas sim da *práxis*.

2 SOBRE ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL

Há diferentes estruturas de pensamento, paradigmas e concepções para se pensar o que é a ética. Enquanto reflexão sobre o humano e seus valores, esse debate se transforma conforme o tempo histórico em que está sendo feito e os fundamentos filosóficos ao qual se vincula. Por este trabalho embasar-se na perspectiva histórico-ontológica de Lukács e, portanto, uma perspectiva materialista, compreendemos o ser humano como um ser que não é apenas, mas sobretudo, social.

O homem⁸ – ou melhor, o humano – torna-se social ao passo que, através do trabalho, desenvolve habilidades, sendo capaz de projetar em seu imaginário o produto de seu trabalho antes da própria execução, possibilitando a sociabilidade. É o desenvolvimento do trabalho humano que cria as condições necessárias para o salto ontológico; o humano deixa de ser meramente natural para tornar-se fundamentalmente social. Nas palavras de Lukács:

Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético que começa com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição. (LUKÁCS, 2012)

Nesse sentido, é a possibilidade de teleologia que oferece uma conotação completamente nova ao desenvolvimento humano em relação aos outros seres naturais. Afirmar que o humano e, por sua vez, os próprios indivíduos são seres sociais implica afirmar que o ser faz a história e a história faz o ser dialeticamente.

Tomamos, então, como pressuposto teórico para análise da interface entre ética, trabalho, formação e Serviço Social, esta concepção de humano, considerando que é no seio das relações sociais e na complexidade das objetivações teleológicas que se produzem valores e se desenvolve, de forma heterogênea, a história. Ainda vale destacar que

⁸ A utilização do termo “homem” para designar o ser humano manifesta elementos do sexismo linguístico e na criação de conceitos, especialmente no Iluminismo. Este é um problema que, embora este trabalho se proponha a fazer uso não sexista da linguagem, não se resolve por completo. Nesse sentido, vale salientar que o termo “homem” que aparecerá tanto em citações diretas de outros autores como em texto nosso, designa o sentido de ser humano – isto é, homens e mulheres do gênero humano – que, na perspectiva adotada por este trabalho, é um ser social.

Com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. (LUKÁCS, 2010, p. 94)

O Serviço Social, enquanto atividade prático-social e laborativa, surge como “solução” a determinados problemas societários e desenvolve-se conforme contextos particulares, na relação com as esferas heterogêneas que compõem o tecido social, como será visto a seguir. Assistentes sociais são seres convocados a dar respostas e atuam na relação-limite com os mais diversos dilemas humanos, onde é possível que projetem idealmente o resultado de seu trabalho, ainda que não seja possível controlar completamente de que forma o produto de seu trabalho se desenvolverá.

Neste capítulo, buscamos por noções e conceitos que auxiliem a traçar uma concepção de ética na perspectiva histórico-ontológica lukácsiana, a qual orientará todo este estudo. Após, discutimos dialeticamente elementos da trajetória histórica do Serviço Social, a fim de evidenciar certos elementos que fundamentaram e/ou fundamentam o agir ético e político de assistentes sociais, possibilitando observar como estes se reatualizam na contemporaneidade.

2.1 ÉTICA: TRAÇANDO E TECENDO UMA CONCEPÇÃO

Mulheres e homens, seres histórico-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por isso tudo, nos fizemos seres éticos. (PAULO FREIRE)

Não seria possível, e nem é a proposta aqui, fazer um resgate histórico sobre as diferentes concepções de ética ao longo dos tempos. Este é um dos primeiros temas a tornar-se objeto de estudo e indagações filosóficas e possui seus marcos originais na Grécia antiga (antes de Cristo). Nossa pretensão, entretanto, é ir em busca de ideias, conceitos e noções que auxiliem a traçar uma concepção de ética como reflexão e fundamento do agir de homens e mulheres de nosso tempo, compreendendo a complexidade e a natureza multifacetada do tema em uma perspectiva histórico-ontológica.

Cada vez mais o termo “ética” está presente nos discursos em diferentes ocasiões da vida cotidiana e em diferentes instituições. Fala-se em ética nas empresas, ética na política, ética nos meios de comunicação. Em outros casos,

peças frequentemente referem que agiram de forma ética, ou de acordo com a sua ética, quando necessariamente precisam se posicionar frente a uma situação de alguma forma conflituosa. Ou, ainda, se diz que tal pessoa foi antiética, em geral, quando se entende que a ação não foi de acordo com aquilo que é considerado correto em determinado meio social.

Mas o que querem dizer quando trazem este termo para justificar posicionamentos ou ações? Em geral, as pessoas se baseiam para dizer se algo é ético ou antiético em uma determinada estrutura de pensamento, que contém referências construídas ao longo da sua história social e que vai dizer o que é certo e o que é errado na relação com o outro ou com o coletivo. Já as instituições inserem o termo ética em seus discursos para dizerem o que é certo e o que é errado de acordo com as normas e regras da própria instituição.

Nesses dois casos, é possível observar que o que é considerado ético está inscrito dentro de programas/estruturas de pensamento filosófico, social, religioso, institucional, entre outros, quem podem ser dos mais variados quanto se pode imaginar. Neste trabalho, consideramos que a ética, para além de uma reflexão buscando determinar o que é certo e errado, o que é bom e mal, é uma capacidade humana que se materializa na *práxis*. Afinal, a ética não é o pensar certo, a verdade absoluta sobre o bem e o mal, o belo e o feio; e sim a busca, a reflexão, o pensar sobre, o caminho que se percorre para uma tomada de posição que se objetive em atos.

Lukács tinha como objetivo escrever uma ética, como referiu em algumas cartas e conferências, mas não teve tempo para tal tarefa – faleceu em junho de 1971, aos 86 anos. Para escrever sobre a *ética* sentia a necessidade de construir seus fundamentos em sua ampla obra, traduzida para o português como *Para uma ontologia do ser social*, publicada em dois volumes.

Tertulian (2014) explica que, embora Lukács tenha deixado algumas notas sobre o que seria sua obra em relação à ética, questões inerentes a esta estavam presentes em toda vida do filósofo húngaro, para quem a ética era o ponto mais fraco da teoria marxista. Discípulos de Lukács, como Agnes Heller, dedicaram-se a dar continuidade as reflexões do autor em torno deste tema.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a ética se relaciona com a moral, mas não são sinônimos. Etmologicamente:

[...] a palavra moral vem da palavra latina *mos, moris*, que quer dizer ‘o costume’; no plural *mores* significa hábitos de conduta ou de comportamento instituídos por uma sociedade em condições históricas determinadas” (CHAUI, 2012, p. 381)

É através da moral, do juízo moral de valores que se define o que é o bem, o mal, o certo, o errado, etc., sendo estes construídos e reconstruídos pela vida cultural do ser social.

Já a palavra “ética” vem de duas palavras gregas: *éthos*, que significa ‘o caráter de alguém’, e *êthos*, que significa ‘o conjunto de costumes instituídos por uma sociedade para formar, regular e controlar a conduta de seus membros’” (CHAUI, 2012, p. 382). Ou seja, etimologicamente, a ética é articulada com a moral porque refere-se aos valores construídos em uma determinada cultura, valores considerados como virtudes, que são assimilados singularmente pelos indivíduos. Nesse sentido, a ética exprime o que é considerado *vício* e o que é considerado *virtude* em determinada sociedade, grupo e em determinado tempo histórico.

Vázquez (1997) compreende a ética enquanto ciência que reflete sobre os valores morais situados no processo de construção sócio histórica. Para o autor:

[...] A ética depara com uma experiência histórico-social no terreno da moral, ou seja, procura determinar a essência da moral, sua origem, as condições objetivas e subjetivas do ato moral, as fontes da avaliação moral, a natureza e a função dos juízos morais, os critérios de justificação destes juízos e o princípio que rege a mudança e a sucessão de diferentes sistemas morais. (VÁZQUEZ, 1997, p. 22)

A moral é o conjunto de normas e regras socialmente definidas que orientam as atividades práticas dos sujeitos. Sendo o homem um ser social e histórico, a moral só pode ser compreendida nesta perspectiva. Por isso é necessário situá-la no tempo histórico, bem como no espaço.

Mas a ética pode ser compreendida enquanto disciplina da ciência que reflete sobre a moral ou como ação prática, *práxis*, parte da vida concreta humana. Na concepção de Barroco (2010b), a ética, diferentemente da moral singular, ou seja, as normas que o sujeito individualmente incorpora para o seu agir, se materializa na dimensão particular. Dito de outra forma, a ética se realiza quando uma motivação individual/ moral entra em convergência com a alteridade. Para autora,

[...] a ética não é apenas a ciência da moral, ou seu conhecimento: apreendida como *parte da práxis*, a ética é trazida para o conjunto de

práticas conscientes do ser social, dirigidas para a intervenção na realidade e na direção da conquista da liberdade e da universalidade, tendo como parâmetro a emancipação humana. (BARROCO, 2013, p. 11 – grifos da autora)

O exercício da ética na vida social, enquanto capacidade humana, necessita de reflexão crítica e ampliação da consciência. Enquanto a moral oferece conteúdo valorativo para determinados aspectos da vida – por exemplo, o valor contido na expressão “o trabalho dignifica o homem” – a ética é o movimento do pensamento ao questionar esse conteúdo valorativo.

São categorias importantes para a discussão sobre a ética nesta perspectiva a consciência, a responsabilidade e a liberdade. A ética só tem sentido quando o sujeito ultrapassa momentaneamente a singularidade, voltada somente para o *eu*, para se relacionar com o outro; quando o humano atende, de forma consciente e crítica, a determinadas exigências construídas socialmente. (BARROCO, 2010b)

No caso deste estudo, compreendemos a ética nesta interface intimamente relacionada entre si: ética enquanto disciplina que reflete e teoriza sobre a moral, bem como a possibilidade da reflexão ética no cotidiano das práticas sociais, objetivando escolhas baseadas em juízos de valor conscientes, críticos e responsáveis, isto é, enquanto parte da *práxis*.

A *práxis*, “ou a prática social, é unidade da teoria e da prática”. (TRIVIÑOS, 2006, p. 122). Segundo Heller (2014, p. 65), na “teoria e na *práxis* dominam finalidades e conteúdos que representam o humano-genérico; ambos promovem o desenvolvimento humano-genérico e produzem novidades ao seu estado”.

O que é considerado valor ou desvalor em determinado contexto e tempo histórico é “independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais”. (HELLER, 2000, p. 5). Mas a construção social e histórica dos valores não é linear, ao contrário, estes se desenvolvem de forma heterogênea em diferentes esferas particulares da totalidade do tecido social.

Nem todo valor é moral e nem toda escolha é orientada por valores morais. Vejamos um exemplo: você, ao sair de casa, precisa escolher que transporte utilizará para ir trabalhar – carro ou ônibus são as alternativas possíveis. Pode escolher ir de carro, assim chegará mais rápido ao local de destino. Neste caso, a escolha foi realizada segundo critérios de utilidade e a agilidade tornou-se valorativa.

Entretanto, mesmo neste caso, a escolha contém conteúdo axiológico. O uso de transporte público evita os danos ecológicos e sociais ocasionados pelo acúmulo de veículos no espaço público. Mas você poderia ter escolhido locomover-se de ônibus pela comodidade de não precisar dirigir em trânsito congestionado, por exemplo, baseando-se ainda em critérios de utilidade individual.

Ou seja, ainda que as escolhas comumente sejam tomadas considerando apenas a finalidade da ação, elas possuem conteúdos valorativos. O exemplo citado é essencialmente simples, mas nos defrontamos cotidianamente com situações complexas onde é necessário fazer escolhas. Como aponta Heller,

A heterogeneidade da realidade pode dificultar extraordinariamente, em alguns casos, a decisão acerca de qual é a escolha que, entre as alternativas dadas, dispõe de maior conteúdo valioso; e esta decisão – na medida em que é necessária – nem sempre se pode tomar independente da concreta pessoa que a pratica. (HELLER, 2000, p. 14)

Nestes casos o sujeito individualmente necessita avaliar, entre as alternativas e as circunstâncias, qual escolha tomará. Em muitos destes casos defronta-se com um dilema ético, onde normas morais opostas assumem critério de verdade dentro da estrutura de pensamento individual e/ou coletiva, e é necessário transgredir alguma ou algumas destas, não o resolvendo por completo.

As situações que mobilizam moralmente os indivíduos podem ser variadas. Em certas culturas (talvez, infelizmente, a maioria), pode haver uma mobilização de valor positivo – o que é bom, correto – deparar-se com uma mulher submissa a um homem, sendo obediente e dócil. Em outras, maltratar algum animal específico mobiliza uma valoração negativa – mau, incorreto.

Dessa forma, avaliamos as situações e atitudes, nossas e dos outros, de acordo com valores que, em geral, estão intrinsecamente relacionados com a cultura. Com a capacidade do agir teleológico, o sujeito faz escolhas, e essas escolhas são baseadas em juízos de valor (CHAUÍ, 2012). Toda atividade, seja ela social ou individual, exige que sejam feitas escolhas e tomadas decisões e que sejam realizadas através de uma avaliação subjetiva, embora as alternativas tenham caráter objetivo porque são construídas socialmente (BARROCO, 2010b).

Muitas vezes, nos confrontamos com situações – de diversos níveis de complexidade – que nos deixam em dúvida,

[...] Nossas dúvidas quanto à decisão a tomar não manifestam nosso *senso moral* (isto é, nossos sentimentos quanto ao *certo* e o *errado*, ao *justo* e o *injusto*), mas põem à prova nossa *consciência moral*, pois exige que, sem sermos obrigados por outros, decidamos o que fazer, que justifiquemos para nós mesmos e para os outros as razões de nossas decisões e que assumamos todas as consequências delas, porque somos responsáveis por nossas opções. (CHAUÍ, 2012, p. 380)

Por isso, “[...] consciência e responsabilidade são condições indispensáveis para vida ética”. (CHAUÍ, 2012, p. 383). O sujeito ético-moral é aquele que possui consciência, responsabilidade e liberdade, mas é também ser social complexo que deve ser compreendido em sua integralidade.

É preciso liberdade de escolha e de ação a para objetivação dos atos ético-morais (BARROCO, 2010b). Este espaço de liberdade é a “capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas” (BARROCO, 2010b, p. 27-28 – grifos da autora). Ou seja, a escolha consciente ocorre mediante a uma avaliação subjetiva baseada em juízos de valor, de acordo com o que se quer e a direção ético-política que se quer imprimir. Escolhe-se entre alternativas e estas alternativas estão disponíveis no campo objetivo, na esfera da necessidade.

Assim, Barroco (2010b) explica que as categorias liberdade, valor, consciência e alternativas estão articuladas e que o ser social possui a capacidade de escolher racional e conscientemente entre alternativas de valor. Mas o que é ser racional e consciente? Não se pode compreender a razão e a consciência em um sujeito de forma fragmentada: somos razão, consciência, mas também somos inconscientes, temos desejos, paixões, vontades e necessidades.

Estamos inseridos em um contexto histórico onde construímos representações sobre nossas condições de vida e sobre o mundo. (YAZBEK, 2009) É neste contexto que é produzida nossa moral singular, nossa subjetividade.

Considerar estes múltiplos elementos coloca uma dificuldade na compreensão em relação ao ser social enquanto sujeito ético-moral. “No caso da ética, a descoberta do inconsciente traz consequências graves tanto para as ideias de consciência responsável e vontade livre como para os valores morais.” (CHAUÍ, 2012, p. 410)

O inconsciente não conhece valores morais e a psique vive em batalha entre os desejos e a censura posta pelos valores morais instituídos socialmente. Com

isso, “[...] Inúmeras vezes, comportamentos que a moralidade julga imorais são realizados como autodefesa do sujeito, que os emprega para defender sua integridade psíquica ameaçada (real ou fantasiosa)” (CHAUÍ, 2012, p. 410).

Mas este debate é ainda mais complexo. Não escolhemos a época, o país, a família onde nascemos. Não escolhemos acidentes que podem ocorrer, que podem mudar nossas condições físicas. Não escolhemos as políticas de governo que irão condicionar nossas possibilidades de acesso e ação. Estamos inseridos em uma série de condicionantes sociais, históricos, biológicos, culturais, psicológicos, econômicos, entre outros. (CHAUÍ, 2012)

Como explica Vázquez (1997, p. 31), “[...] Os indivíduos nascem numa determinada sociedade, na qual vigora uma moral efetiva que não é a invenção de cada um em particular, mas que cada um encontra como dado objetivo, social”. Na cultura ocidental, a ética e a moral são ensinadas nas escolas, que educam intencionalmente os códigos, os valores e os conhecimentos. Não só as escolas, como também as famílias, a mídia, a religião, etc., realizam “ensinamentos” que criam padrões de relação (CORTELLA, 2011).

É através de diferentes mecanismos socioculturais que a moral se reproduz, assumindo sua função ideológica. É desta forma, por exemplo, que são construídas as concepções do que é felicidade, do que é a imagem de uma família ideal, ou o entendimento de que adquirir bens levará à felicidade. (BARROCO, 2010b)

A relação do indivíduo com a totalidade se desenvolve por inúmeras mediações pelas quais se constroem concepções, valores e possibilidades e limites para a manifestação da personalidade. Para Lukács:

Nos termos da Ontologia do Ser Social, o sujeito estaria diante de uma alternativa fundamental: permanecer restrito ao nível da particularidade (Partikularität), condenando-se a ser apenas um agente da reprodução social, ou transgredir este nível rumo à afirmação de sua interioridade autônoma, opondo ao status quo social a lei de sua personalidade. A alienação é justamente definida como um estado onde as qualidades e aptidões do indivíduo permanecem fixadas na esfera da particularidade, sem chegarem a convergir para a síntese da personalidade autônoma, pois elas funcionam para a reprodução de uma potência social estranha. (TERTULIAN, 2014, p. 27)

Diante destes diversos mecanismos – entre outros – que constroem as concepções que orientam as escolhas e os juízos de valor dos sujeitos, e/ou que tolhem as possibilidades de manifestação da personalidade, é possível falar em

ética na vida cotidiana? Como foi apresentado na introdução deste trabalho, a vida cotidiana é a vida do homem inteiro, com todas suas capacidades e afetos.

A autora que mais auxilia a refletir sobre a estrutura e o movimento da vida cotidiana é Agnes Heller, especialmente em seu livro *O cotidiano e a história* (2014). Para a autora, estar inserido na vida cotidiana independe da estrutura da sociedade em que se vive. Isto é, em sociedades capitalistas, socialistas, ocidentais, orientais, há algo que não se pode evitar: já nascemos inseridos/as na vida cotidiana.

Com o tempo vamos assimilando e incorporando os aspectos da vida cotidiana – o necessário para a sobrevivência material, física e psíquica. É considerado adulto aquele que consegue manipular as coisas necessárias para a vida cotidiana (HELLER, 2014). Por exemplo, aquele que sabe que precisa trabalhar, como trabalhar, como pagar as contas, como se alimentar, entre tantas outras coisas que fazem parte da manutenção individual e coletiva da vida.

Mas não basta apenas a aprender, por exemplo, a se alimentar. É preciso que se faça isso dentro de certas normas culturais. Como mostra Heller:

[...] a assimilação da manipulação das coisas é sinônimo de assimilação das relações sociais. (Pois não é adulto quem aprende a comer apenas com as mãos, ainda que também desse modo pudesse satisfazer suas necessidades vitais). (HELLER, 2014, p. 33)

A vida cotidiana, assim como sua incorporação e assimilação, é heterogênea. Por exemplo, comer com as mãos era um hábito comum na Europa do século XVI e pode ainda ser em algumas culturas e tribos. Por isso é válido destacar que, embora não seja a mesma coisa, a assimilação da manipulação das coisas e das relações sociais caminham ao passo heterogêneo da história e das culturas.

As noções de tempo, de espaço, de caráter, de bom e ruim são construídas no humano e pelo humano ao longo do processo sócio-histórico. Sabe-se, por exemplo, que a noção de tempo foi revolucionada com a entrada do método fordista de gestão da força de trabalho. Ou seja, já nascemos inseridos/as na vida cotidiana, e isso é um fato. Mas o modelo – ou a estrutura – de vida cotidiana em que nos inserimos é um fato processual, relativo e variável.

Esta “assimilação” se desenvolve na relação face a face com o outro, de acordo com determinados símbolos construídos por grupos como família, escola e “comunidades”. Por isso, como afirmado anteriormente, há uma estreita relação

entre ética e cultura. Para Chauí (2012), a cultura tem a ver com as normas e regras de conduta que os seres humanos estipulam para si mesmos, para assegurar a sua existência e a conservação de comunidades.

Diariamente, estamos em contato e conexão com diversos aparelhos e instituições produtores e reprodutores de cultura tais como a mídia, a escola, a família, as políticas (sociais, econômicas e de governo) e as religiões. Mas não se pode perder a dimensão de que isso tudo é construído socialmente e com base em condições materiais para o seu desenvolvimento. A cultura não é feita apenas de símbolos, nem é neutra em ideologia e poder.

O que importa nesse momento é entender que se incorporam hábitos e valores culturais sobre a manipulação da vida cotidiana através do que Chauí denomina de ordem simbólica, que:

[...] consiste na capacidade humana para dar às coisas um sentido que está além de sua presença material, isto é, na capacidade de atribuir significações e valores às coisas e aos homens, distinguindo entre bem e mal verdade e falsidade, beleza e feiura; determinando se uma coisa ou uma ação é justa ou injusta, legítima ou ilegítima, possível ou impossível. É essa dimensão simbólica que é instituída com a lei da proibição do incesto e a lei da proibição do cru. (CHAUÍ, 2012, p. 314)

E a autora ainda adverte: “Na realidade não existe *a cultura*, no singular, mas *culturas*, no plural [...]” (CHAUÍ, 2012, p. 314). Isso porque, como visto, as culturas são parte da formação sócio-histórica de grupos e regiões. Também por isso Heller afirma que:

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. [...] As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas “em si” (HELLER, 2014, p. 34)

As ações que Heller denomina de não cotidianas podem ser das mais variadas, podem ser atos éticos e políticos ou não. As grandes revoluções, como por exemplo a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Soviética (1917, formando a primeira nação socialista no mundo que durou até 1991), foram grandes atos coletivos não cotidianos que afetaram os valores, os símbolos e a cotidianidade

de grande parte da população mundial, tendo estes efeitos globais, históricos e duradouros.

Outro ato que pode exemplificar tal questão foi a exibição de fotos da atriz brasileira Leila Diniz, que pousou grávida e de biquíni em uma época de grande repressão social e sexual no país. No início dos anos 70 do século passado, ao ter sua foto publicada em diversos jornais do país, causou polêmica e reação conservadora de movimentos de direita e de esquerda. Escandalizou homens e mulheres de seu tempo tornando evidente os tabus em relação ao corpo da mulher e à maternidade, e os valores da sociedade machista e patriarcal que eram ainda mais presentes na época.

Ou seja, os atos não cotidianos podem ser dos mais variados; eles “saem” da cotidianidade e a ela retornam provocando alguma transformação com certo nível de alcance social e histórico. Podem ser desde revoluções coletivas a fotografias, desde movimentos para regulamentação ou revisão de uma política social a atos de profissionais inseridos no cotidiano de trabalho das instituições. Assim, as ações singulares “repercutem sobre a vida dos demais. Portanto, ao menos potencialmente, afetam a sociedade inteira e, no limite, o próprio destino do gênero humano” (TERTULIAN, 2014, p. 27).

Contudo, o que predomina e organiza a vida cotidiana são atos espontâneos, voltados para o *eu*, para o indivíduo em sua particularidade, seus desejos, necessidades e praticidades imediatas. Como mostra Heller:

[...] em todos os casos, a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana. A espontaneidade caracteriza tanto as motivações particulares (e as formas particulares da atividade) quanto as atividades humano-genéricas que nela têm lugar. O ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana (que se rompe quando se produz a elevação acima da cotidianidade) não estão absolutamente em contradição com essa espontaneidade; ao contrário, implicam-se mutuamente. (HELLER, 2014, p. 54)

Na vida cotidiana incorporamos hábitos e, pautados/as neles, agimos de forma espontânea seja em relações particulares ou em atividades humano-genéricas como, por exemplo, o trabalho. Devido a estas características da vida cotidiana e a partir dela, surge a compreensão de Heller sobre a construção social dos preconceitos.

Em suas palavras, “[...] é o pensamento cotidiano um pensamento fixado na experiência, empírico e, ao mesmo tempo, ultrageneralizador” (HELLER, 2014, p. 63). Com isso, incorporamos de forma acrítica concepções e comportamentos já anteriormente estruturados e pode-se levar muito tempo – ou até nunca – para pô-los em questão, dependendo da época, do meio social e do indivíduo. Um pensamento, uma atitude ou uma concepção construída, pautada na tradição de um território ou na experiência cotidiana individual, tende a ser ultrageneralizado em maior ou menor grau.

O fundamento do ato cotidiano não é facilmente questionado ou relativizado. Por isso frequentemente escutamos frases como: “os pobres fazem muitos filhos”, “fofoca é coisa de mulher” ou “homem que é homem não chora”. São valores e concepções que se perpetuam e são incorporados de maneira acrítica e ultrageneralizadora. Outros são incorporados pela experiência pessoal. Por exemplo, uma determinada pessoa que teve uma experiência negativa ao ser atendida pelo setor de psicologia de um hospital, tende a generalizar que as/os psicólogas/os agem de determinada forma, até esta noção ser refutada teoricamente ou por novas experiências práticas.

Estes exemplos tratam de *juízos provisórios* ou uma *regra provisória de comportamento*, já que: “[...] nem sempre encontra confirmação no infinito processo da prática.” (HELLER, 2014, 65). Os juízos provisórios são relativos ao grau de maior ou menor rigidez de pensamento do indivíduo e, por si só, não são preconceitos.

Quando refutada prática ou cientificamente, este juízo provisório que se mantém invariável tende a tornar-se preconceito e pode causar situações problemáticas na vida social. O preconceito, como os juízos provisórios, podem ter sua fonte na experiência individual ou ser uma construção social, e podem ter conteúdo positivo ou negativo⁹. (HELLER, 2014)

A maioria dos preconceitos são construídos no campo social e histórico. Por exemplo, pessoas gordas que eram associadas a modelos de beleza, riqueza e fertilidade na Idade Média passaram a sofrer preconceito social quando a magreza

⁹ “O par de sentimentos amor-ódio divide nossos preconceitos em dois grupos, em preconceitos positivos e preconceitos negativos, em preconceitos acerca de nossa própria vida, nossa própria moral, nossos próprios preconceitos, nossa própria comunidade, nossas próprias idéias, e preconceitos referentes aos demais, alienados e contrapostos a nós”. (HELLER, 2014, p. 71)

começou a ser associada à saúde e ao bem estar, tornando-se modelo de beleza física hegemônica. Este movimento, que teve relação, entre outras coisas, com descobertas da medicina sobre aos riscos da obesidade, produziu estereótipos fixados no campo social e incorporados como critério do que é belo e o que não é. Também foi incorporado no campo da produtividade capitalista, como critério de medida quanto à saúde e agilidade do trabalhador.

Ou seja, grande parte dos preconceitos sociais – como a gordofobia – são produtos de transformações no campo social em esferas heterogêneas, mas relacionadas entre si. O problema é que “[...] costumamos, pura e simplesmente, assimilá-los de nosso ambiente, para depois aplicá-los espontaneamente a casos concretos através de mediações”. (HELLER, 2014, p. 71)

Na impossibilidade de aprofundar a discussão sobre os preconceitos, faz-se necessário estabelecer sua relação com o exercício da ética e dos atos éticos que se desenvolvem acima da cotidianidade. É um fato que todos temos preconceitos individuais em maior ou menor grau, mediatizados e imediatizados socialmente. Também é um fato que fundamentamos nossos atos em juízos provisórios e juízos de valor mais ou menos rígidos conforme o meio e estrutura de pensamento. Ocorre que

Os preconceitos sempre desempenham uma função importante também em esferas que, por sua universalidade, encontram-se acima da cotidianidade; mas não procedem essencialmente dessas esferas, nem aumentam sua eficácia; ao contrário, não só diminuem como obstaculizam o aproveitamento das possibilidades que elas comportam. (HELLER, 2014, p. 63)

Dessa forma, nos atos éticos, o sujeito ético moral fundamenta-se em suas concepções e valores para atuar de maneira livre, responsável e consciente. As alternativas e possibilidades estão colocadas no campo concreto e a decisão sobre qual destas seguir é uma decisão subjetiva. Acontece que, em determinadas situações, as alternativas nem são apreendidas pelo sujeito porque são obstaculizadas pelos seus preconceitos; em outras, o preconceito tende a se manifestar como discriminação e/ou através de discursos de ódio.

Isso é problemático, porque o ato ético é aquele que volta-se para realização do humano-genérico para si, ou seja, ações que “visam à auto-afirmação e ao enriquecimento da personalidade, a partir de uma interação convergente dos indivíduos” (TERTULIAN, 2014, p. 27). O ato ético passa pela necessidade moral

individual e direciona-se para a relação com o outro. Quando falamos em humano-gênico nos referimos ao caráter essencialmente humano dos indivíduos – a possibilidade de ter consciência dos atos e através deles, por meio do trabalho, produzir a história, transformá-la e enriquecer sua personalidade.

Em síntese, a ação ética na perspectiva lukacsiana, é, ao mesmo tempo, a exterioridade da personalidade individual e suas motivações morais e a convergência com a alteridade, pautada no desejo de harmonização e redução de conflito. Isto é,

A ação ética ultrapassa, ao mesmo tempo, a norma abstrata do direito e a irredutibilidade das aspirações individuais à norma, pois ela implica, por definição, levar em conta o outro e a sociedade, uma socialização dos impulsos e inclinações pessoais, uma vontade de harmonizar o espaço privado e o espaço público, o indivíduo e a sociedade. A ação ética é um processo de “generalização”, de medição progressiva entre o primeiro impulso e as determinações externas; a moralidade torna-se ação ética no momento em que nasce uma convergência entre o eu e a alteridade, entre a singularidade individual e a totalidade social. O campo da particularidade exprime justamente esta zona de mediações onde se inscreve a ação ética. (TERTULIAN, 2014, p. 21)

Lukács tratava a ética em um momento histórico específico: o mundo dividia-se na disputa entre capitalistas e comunistas, e o estado stalinista transformou a revolução da classe trabalhadora em totalitarismo, tolhendo as possibilidades, a autonomia e os desejos individuais. O estado stalinista não atuava eticamente; ao contrário, envolvia os sujeitos sem considerar suas trajetórias individuais e cometia atos extremamente perversos com o foco apenas no resultado: a manutenção do poder e da revolução. Lukács era um crítico do marxismo vulgar, incorporado pelo movimento organizado da classe trabalhadora e pelas compreensões dualistas de determinados seguidores de Marx.

Isso se reflete nessa síntese construída por Tertulian (2014) sobre a ação ética na concepção de Lukács. Nesse sentido, fala-se em “vontade de harmonizar o espaço privado e o espaço público, o indivíduo e a sociedade” não como uma possibilidade concreta, mas como problemática. Em síntese, poderia se dizer que esta é a “problemática fundamental lukácsiana: o tema da cisão trágica entre o indivíduo e o mundo” (ALVES, 2010, p. 21)

Outros autores, como Trotsky –, que era defensor da Revolução Soviética, mas não do stalinismo –, criticaram o sistema stalinista levantando a discussão sobre meios e fins. Isto é, qualquer meio é válido para atingir o objetivo final, a

revolução? É válido manipular, violentar, oprimir se a finalidade for considerada a libertação da classe trabalhadora da opressão e da exploração?

Tal discussão traz, em si, uma contradição. Frequentemente escutamos a afirmação de que “os fins justificam os meios”, comumente atribuída a Maquiavel em referência ao livro *O príncipe*, embora alguns filósofos que analisam sua obra digam que atribuir esse pensamento ao filósofo é infundado (AMARAL, 2012). O que nos interessa destacar é que este pensamento tende a se reproduzir acriticamente na atualidade, especialmente quando atende a exigências do utilitarismo típico do capitalismo.

No entanto, Chauí (2012) afirma que, eticamente, isso não pode ser verdadeiro. Nem todo meio pode ser utilizado para alcançar um fim que é considerado legítimo. Por exemplo, supondo uma sociedade que considere a lealdade como um valor e em uma determinada situação,

[...] para forçar alguém à lealdade, seria preciso fazê-lo sentir medo da punição pela deslealdade, ou seria preciso mentir-lhe para que não perdesse a confiança em certas pessoas e continuasse leal a elas. Nesse caso, o fim – a lealdade – não justificaria os meios – uso do medo e da mentira? A resposta ética é *não*. Por quê? Porque esses meios desrespeitam a consciência e a liberdade da pessoa moral, que agiria por coerção externa e não por reconhecimento interior e verdadeiro do fim ético. (CHAUÍ, 2012, p. 385)

A ética é uma capacidade humana, parte da *práxis*, que mediatiza a conexão das motivações do *eu* com a alteridade e, nesse sentido, há na ética uma recusa intransigente da violência, da opressão e da exploração, seja como *fins* ou como *meios*.

Para uma visualização didática, mesmo que tendendo a ser simplificadora, é possível dizer que o ato ético é composto pela intencionalidade (devido à capacidade teleológica do ser social), pelos meios, pela finalidade e pelo que o ato produz ao entrar em conexão com outros elementos em jogo no campo social. Na vida cotidiana, ou em momentos de suspensão da vida cotidiana, estes atos são aqueles que possuem intencionalidade conscientemente elaborada, que o sujeito individual e/ou coletivamente exterioriza e que encontra espaço de objetivação nas múltiplas causalidades possíveis no campo social.

O ato ético não se desenvolve de forma mecanicista. Na vida cotidiana, em sua “suspensão” e no retorno a ela, a relação dos atos com seus produtos não

materializa causa e efeito de forma linear. Lukács já observava que, embora o sujeito realize a posição teleológica de modo consciente, jamais vai “estar em condições de ver todos os condicionamentos da própria atividade, para não falar de todas as suas consequências.” (LUKÁCS, 2010, p. 98)

Mas, nesse sentido, somos responsáveis pela intenção – pelo pôr teleológico – ou somos responsáveis pelas consequências concretas dos nossos atos, ainda que estas consequências não tenham relação direta com aquilo que idealizamos? Este é um problema – prático e teórico – que foi respondido filosoficamente de diferentes formas.

No campo do direito, o Código Penal brasileiro tenta resolver esta questão, considerando homicídio doloso quando uma pessoa mata outra intencionalmente, e homicídio culposo quando uma pessoa mata outra sem intenção de fazê-lo. Ou seja, ainda que o produto da ação seja o mesmo, a culpabilização de quem cometeu o ato se dá de forma diferente, considerando se houve ou não a intenção.

No conhecido livro de Saint-Exupéry, *O pequeno príncipe*, o autor apresenta um diálogo entre o príncipezinho e a raposa. A raposa queria ser cativada, o príncipezinho tinha pressa, mas decide dedicar certo tempo e cativá-la. Quando os dois precisam se despedir, a raposa adverte o príncipezinho: “tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”.

Esta frase se tornou extremamente conhecida, quase que como um dito popular. O que queremos salientar ao trazê-la para esta discussão é que, segundo a estrutura de pensamento que fundamenta a concepção de responsabilidade da raposa, em *O pequeno príncipe*, o sujeito é responsável pelo resultado da ação a ponto de carregar essa responsabilidade eternamente. Ainda que a própria raposa tenha estimulado o príncipezinho a dedicar tempo para cativá-la, quando este necessita ir embora ela o responsabiliza por aquilo que cativou.

Há também situações em que escutamos frases de desresponsabilização, como “não foi minha intenção”. Nestes casos, os sujeitos se pautam em uma essência abstrata, considerando absoluto o momento subjetivo da decisão entre alternativas – a intenção.

Tertulian explica que Lukács, em suas reflexões sobre a ética:

[...] procurava encontrar uma saída para o conflito entre os dois termos de uma antinomia famosa: a moral da intenção, que considera como um absoluto o momento, subjetivo por excelência, da *convicção*, independente

de qualquer consequência possível, e a moral das *consequências*, que julga o valor de uma ação exclusivamente pelos seus efeitos na prática social. Kant e os existencialistas se tornavam, nesta perspectiva, representantes da primeira tendência; Maquiavel, por certos aspectos de seu pensamento, da segunda. A recusa total oposta à pura “ética das consequências” (*Folgethik*), que, levada ao extremo, aniquila a própria substância do ato moral – a consciência subjetiva (*das Gewissen*), a intenção e a responsabilidade – prefigurava uma crítica mais clarividente ao stalinismo. (TERTULIAN, 2014, p. 23-24 – grifos do autor)

Lukács, ao enfrentar este nó ético, busca um ponto de equilíbrio entre a intenção e as consequências objetivas da ação. “Para definir a especificidade do ato ético, é preciso considerar as duas dimensões, a intenção e as consequências, procurando circunscrever seu ponto de equilíbrio”. (TERTULIAN, 2014, p. 24)

A ética, enquanto capacidade humana, é uma das dimensões da vida social, onde é possível fazer escolhas e tomar decisões com base em valores que estão em disputa no tecido social. O sujeito ético-moral constrói suas concepções e valores na relação com o outro, com a sociedade, com o meio em que vive e sobre condicionantes de diversas ordens. Inserido inevitavelmente na vida cotidiana, tende a reproduzir acriticamente valores, o senso comum, preconceitos e um pensamento em certo nível ultrageneralizador.

Mas não necessariamente precisa ser assim. A reflexão ética, enquanto parte da *práxis*, possibilita questionar a moral vigente para, diante dela, nos posicionarmos. Aliás, a criticidade em relação ao *status quo* é uma exigência ética na busca da ampliação do exercício da liberdade, da consciência e da responsabilidade.

O agir ético se desenvolve na conexão do *eu* – paixões, desejos, necessidades e personalidade individual – com a alteridade – o outro apreendido como manifestação do gênero humano e de classe. Isto é, a ética é mais do que um *dever ser*, posto por normas e costumes; é um *dever* que tem como parâmetro e horizonte não a opressão, a violência e a exploração, mas a fruição e o desenvolvimento da personalidade e do gênero-humano para si.

2.2 FUNDAMENTOS ÉTICOS DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A GÊNESE E O CONTEMPORÂNEO

A história é um processo irreversível e por isso parece plausível, em sua investigação ontológica, tomar como ponto de partida essa irreversibilidade

do tempo. É evidente que se trata aqui de uma conexão ontológica autêntica. (GYÖRGY LUKÁCS)

O Serviço Social contém, em sua gênese, o caráter de profissão interventiva na realidade. Seu surgimento enquanto profissão no cenário brasileiro é comumente datado nos anos 30 do século passado, porém suas bases constitutivas são bem anteriores a isso.

As profissões são especializações do trabalho coletivo, que surgem conforme o movimento dialético da sociedade¹⁰ para atender a interesses e/ou necessidades sociais. Nesse sentido,

São **práxis** sociais, com particularidades e especificidades, responsáveis por darem respostas às necessidades sociais, ou seja, surgem diante das diferentes necessidades e interesses coletivos com a finalidade de darem respostas a estes. É *uma das práxis* realizada pelo homem e, portanto, também um processo de objetivação do ser social. (CARDOSO, 2013, p. 70)

Antes mesmo de configurar-se enquanto profissão, o Serviço Social já existia enquanto prática social que, de formas embrionárias e diversas, respondia a necessidades sociais.

Buscamos fazer um breve resgate histórico sobre a profissão e sua relação com a ética, abordando apenas alguns aspectos que entende-se (con)formam ainda hoje as bases do Serviço Social. Isto é, buscamos a historicidade da relação entre Serviço Social e ética e os fundamentos do *ethos* profissional, recorrendo aos estudos sobre a profissão e sobre a ética profissional.

2.2.1 Gênese ética do Serviço Social: entre a ajuda e a manutenção da ordem societária

Muito se discute, ainda hoje, quais as bases da nossa profissão. Como ela surge no cenário brasileiro? Porque surge? Quais suas finalidades? A discussão

¹⁰ Não será possível, nos limites deste estudo, fazer uma análise dos processos que envolvem a relação dialética entre o desenvolvimento do Serviço Social e o desenvolvimento histórico da sociedade, embora considerar este aspecto seja de fundamental importância para que não seja feita uma leitura endonista e meramente evolutiva da profissão. Para aprofundar estes aspectos, sugerem-se as obras de Marilda Yamamoto, José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros e Carmelita Yazbek.

assume diferentes caminhos que ora se aproximam e ora se distanciam. Mas porque retomar um debate que na opinião de alguns já foi supraestudado?

O campo da ética, enquanto reflexão teórico-filosófica sobre valores, mostra que os mesmos tendem a se reproduzir mesmo diante de mudanças estruturais e/ou conjunturais. Em se tratando de uma profissão particular, procura-se traçar reflexões sobre a gênese ética do Serviço Social para que seja possível compreender, ao longo deste estudo, a relação de ruptura e continuidades no que tange aos valores que orientam o agir de estudantes em estágio supervisionado obrigatório.

Para compreender este processo de forma relacional com o movimento da sociedade, vale lembrar que com a ascensão da burguesia a força de trabalho passa a ser apropriada por detentores dos meios de produção – os capitalistas. Homens e mulheres, para produzir, necessitam vender sua força de trabalho para o capitalista em troca de um salário. Não mais produzem para si e para os outros, e sim para os capitalistas que fazem do produto de trabalho uma mercadoria a ser trocada por dinheiro e lucro (MARX, 2004). Nesse modo de sociabilidade, “O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele”. (MARX, 2004, p. 83)

A venda da força de trabalho torna-se compulsória, pois apenas através dela é possível que o trabalhador tenha acesso às condições de sobrevivência material. Para Marx (2004), o trabalhador pode sobreviver pouco tempo sem o capitalista, pois depende que este compre sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência. “O auge dessa servidão é que somente como *trabalhador* ele pode se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é trabalhador.” (MARX, 2004, p. 82)

A exploração e a pobreza não são características que surgem na história social apenas a partir da configuração do capitalismo; a desigualdade entre camadas sociais não era inédita¹¹. As respostas para o problema da pobreza eram destinadas à manutenção mínima da vida, através de leis que garantiam aos sujeitos condições de comprar o pão e assim subsistir, ou criminalizando, a pobreza e entendendo-a como vagabundagem. (CASTEL, 2013; POLANY, 2000)

¹¹ “Os pobres começaram a surgir na Inglaterra na primeira metade do século XVI. Eles se tornaram conspícuos como indivíduos desligados da herdade feudal, ou de “qualquer superior feudal”, e sua transformação gradual em uma classe de trabalhadores livres foi o resultado conjunto da feroz perseguição à vagabundagem e do patrocínio da indústria doméstica, poderosamente auxiliados pela contínua expansão do comércio exterior”. (POLANY, 2000, p. 129)

Porém, a configuração da ordem social capitalista, especialmente em sua fase industrial¹², era radicalmente nova. Netto observa que:

Pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente. Se nas formas precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. (NETTO, 2001, p. 42-43 – grifos do autor)

Ou seja, o próprio acirramento da desigualdade propiciava as condições para a ampliação da produção de bens e serviços que, pela própria constituição da desigualdade, não eram acessados por vastos segmentos da população. Desenvolveu-se, então, uma generalizada condição de pobreza aos trabalhadores até meados do século XIX – o denominado pauperismo. (POLANY, 2000; NETTO, 2001)

É nesse contexto e no marco histórico da Revolução de 1848 que o termo “questão social” passa a ser utilizado com um viés político-ideológico de conservação da sociedade de classes, onde a eliminação da pobreza é considerada impossível. A única possibilidade para amenizar tal problemática seria através “[...] de uma intervenção política limitada (preferencialmente com suporte “científico”), capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário *reformista* [...]” (NETTO, 2001, p. 44)

Intelectuais liberais defenderam o *laissez-faire*, ou seja, a autorregulação do mercado pelo próprio mercado, apostando que a livre concorrência seria o suficiente para regulá-lo e garantir a lei e a ordem. As leis do comércio eram vistas como as leis de Deus. (POLANY, 2000)

A economia liberal reprova a intervenção do Estado. Mas, nesse contexto, quem atenderia aos pobres e necessitados? Townsend respondia que:

[...] Deixando os indigentes à mercê dos ricos, quem poderia duvidar que “a única dificuldade” seria restringir a impetuosidade da benevolência desses

¹² Costuma-se falar em fases da evolução e transformação do capitalismo: comercial, industrial e financeiro.

últimos? E por acaso os sentimentos de caridade não são mais nobres do que aqueles que se originam de obrigações legais inflexíveis? 'Pode haver coisa mais bela na natureza do que a suave complacência da benevolência?' (POLANY, 2000, p. 145)

Fundam-se neste pensamento os princípios de caridade e filantropia, inclinados ao preconceito e ao sentimentalismo, que instaura a complacência e dependência dos pobres em relação aos ricos, bem retratada em *Os miseráveis*, de Victor Hugo.

Esta forma de organização social tem como principal objetivo e fundamento a acumulação de lucro, atualmente, por processos cada vez mais complexos e fetichizados. A questão social deve ser analisada em suas particularidades históricas e regionais, considerando a transversalidade da cultura dos processos sociais.

O Brasil se constitui enquanto colônia de exploração. Segundo Holanda (1995, p. 49), o que os portugueses buscavam era a riqueza imediata, “que custa ousadia, não a riqueza que custa trabalho”. O trabalho escravo veio a servir como força de trabalho a ser explorada especificamente no que era desprestigiado, o trabalho produtivo. O bacharelismo junto a estes elementos incide no fato de o trabalho intelectual permanecer sendo muito mais valorizado que o trabalho físico, permanecendo ainda hoje a dicotomia entre quem pensa e quem executa. (HOLANDA, 1995). Ivo explica que:

[...] No Brasil, essa questão se expressa na persistência de um contingente de indivíduos que se reproduz nos limites mínimos da subsistência e fora das atividades econômicas predominantes, o que determina um padrão acentuado de desigualdades sociais e rendas, que deixou de fora os benefícios do crescimento econômico um contingente expressivo de trabalhadores empobrecidos, reduzidos a formas de sobrevivência, apenas do rápido crescimento da economia brasileira, desde os anos 30 até os anos 80. (IVO, 2008, p. 109)

Além disso, a autora mostra que:

As razões dessa iniquidade, portanto, não são exclusivamente econômicas, mas se referem a um padrão altamente concentrador de renda e de poder, garantido por uma herança lusitana de relações políticas e sociais autoritárias, que, desde a época colonial, mantiveram a parte “homens livres”, moradores do campo e das cidades, considerados, então, como “desocupados”, “vadios”, “vagabundos” e depois “marginais” ou “resíduos”, frente a setores hegemônicos da economia. (IVO, 2008, p. 109)

É de origem ibérica o fato de a hierarquia brasileira fundar-se em privilégios e na meritocracia da burguesia mercantil, já que o trabalho era visto como ameaça à personalidade dos espanhóis e dos portugueses. O trabalho era tarefa para “o outro”, e não apenas a hierarquia e a posição de mando eram consideradas virtudes, mas também a obediência. (HOLANDA, 1995) Conformam-se, assim, traços do **mando** e da **subalternidade** como uma forma possível de organização social que se reatualiza nos dias de hoje de diferentes formas, inclusive em políticas sociais.

É no bojo deste processo de produção e reprodução da desigualdade social, associado a aspectos culturais, que estão presentes nas raízes do país que o Estado – e os governos enquanto gestores deste – buscam diferentes estratégias ideológicas para responder à questão social. Neste movimento surge o campo das políticas sociais, bem como o Serviço Social enquanto profissão que responde tanto a uma necessidade social quanto a uma ideologia. Este processo deve ser compreendido de forma relacional com os movimentos da sociedade brasileira.

Em um dos primeiros livros do Serviço Social publicados no Brasil, Fontoura¹³ (1959, p. 13) entende que, sobretudo, o “Serviço Social é uma forma de auxílio”. Para o autor, os primórdios do Serviço Social encontram-se em diferentes formas de caridade, filantropia, assistência e auxílio aos necessitados e desajustados¹⁴. Explica que sempre existiram formas de auxílio entre os homens, porém “a ideia de Serviço Social como um conjunto de processos, isto é, como uma técnica é bastante nova, tendo-se desenvolvido nos últimos 40 anos.” (FONTOURA, 1959, p. 28)

Enquanto forma de auxílio, o Serviço Social tem seus primórdios altamente vinculados à filosofia cristã e a noções de caridade e generosidade, considerando o sujeito desajustado enquanto filho do mesmo Deus. Assim, a motivação para o auxílio era o amor ao próximo pelo amor de Deus. (FONTOURA, 1959)

Tal forma de intervir na realidade respondia aos interesses liberais que, como dito anteriormente, entendia que quem deveria cuidar dos pobres eram os ricos e a Igreja. Assim, seria possível a supressão dos conflitos sem que houvesse a

¹³ Este livro teve sua primeira edição em 1949, é o primeiro volume da Coleção Brasileira de Serviço Social e foi escrito por Amaral Fontoura. Vale destacar que o autor era um técnico em educação dedicado ao estudo e ao ensino no Serviço Social. Partindo de concepções vinculadas à filosofia cristã, é curioso o fato de Fontoura considerar que Jesus Cristo foi o primeiro Assistente Social.

¹⁴ “Aqueles que se distanciam muito da média, do normal, da maioria são os desajustados. Podemos definir como ajustamento a perfeita concordância entre o indivíduo e o meio. Desajustado será, assim, o indivíduo que não está de acordo com o ambiente”. (FONTOURA, 1958, p. 27)

necessidade clara de discutir o porquê da existência da pobreza que, conforme afirma Fontoura (1958), era compreendida como natural da sociedade e, ao mesmo tempo, como desajuste social.

São Vicente de Paulo, no século XVII, funda as *Filles de la Charité*, selecionando para atuarem visitando pobres e enfermos moças do campo e da aldeia que tivessem, acima de tudo, o desejo de ajudar as pessoas necessitadas. Fontoura (1958) e outros autores consideram esta iniciativa precursora direta do que se entende por Serviço Social hoje.

Embora aqui não caibam generalizações, a profissão continua até a atualidade sendo associada à noção de ajuda, especialmente ajuda aos pobres, pautada em ações assistencialistas e de caridade. Questionadas/os sobre o que motivou a escolha do curso de Serviço Social, algumas/ns estudantes inferem que foi o desejo de ajudar as pessoas, como se pode observar na seguinte fala:

[...] na realidade eu resolvi vir pro serviço social porque eu achava que era a oportunidade para ajudar as pessoas, né, porque é isso que tu vê depois tu chega aqui [curso de Serviço Social] e vê que não é assim que é completamente diferente, na época era por isso. Eu trabalhava no comércio e eu sempre gostei muito de estar em contato com pessoas e sempre da minha forma, eu sempre ajudei muito as pessoas, sempre busquei procurei orientar, então eu achava que eu deveria escolher uma profissão que eu estive aliando as duas coisas, ajudando as pessoas e ainda tem contato com o público, foi por isso naquela época. (ENTREVISTADA 6, 2014)

Além de essa relação do Serviço Social com a ajuda ser parte da reprodução do velho no novo na profissão, e da imagem com a qual a profissão se construiu e foi legitimada, esta imagem é deturpada e difundida por meios de reprodução ideológica, tais como a mídia¹⁵. Ao mesmo tempo, devemos atentar para a parte da fala onde a entrevistada refere que quando chega ao curso de Serviço Social

¹⁵ Por exemplo, o programa da Rede Globo chamado Zorra Total, programa transmitido aos sábados pela noite, possui um quadro onde a personagem principal é uma Assistente Social que faz trabalho voluntário, chamada Humberlinda, interpretada por Katiúscia Canoro. Este programa apresenta com humor uma Assistente Social que diz, em diversos momentos, que “ama os pobres” e que estes são “gente... quase como a gente”. Oferece aos usuários conselhos morais, instruções de higiene, inclusive em certo momento fazendo doação de sabonetes, e os trata de maneira preconceitusa, como seres diferentes “de nós”, gente que é “quase como a gente”, mas que “nunca terão moradia”. Em 2013, o CFESS encaminhou à Central Globo de Jornalismo um ofício em repúdio e solicitando retratação em forma de esclarecimento à população sobre o trabalho dos assistentes sociais. Isso representa, por outro lado, a resistência da categoria profissional à imagem estereotipada da profissão – e de usuários – apresentada pela mídia.

percebe que é completamente diferente, ou seja, outra coisa que não aquela que pensava antes. Esta questão será discutida no capítulo quatro.

No século XIX, é fundada a *Charity Organization Society* em Londres, conhecida como C.O.S., considerada uma das primeiras instituições organizadoras da caridade (FONTOURA, 1958). É válido destacar os princípios desta organização para poder refletir sobre as semelhanças e diferenças entre o novo e o velho no Serviço Social, os processos de ruptura e continuidades. Eram estes os oito pontos/procedimentos para a prática da caridade em Londres:

1. Cada caso será objeto de um inquérito cujos resultados serão consignados em um relatório escrito;
2. O relatório será submetido a uma comissão que se pronunciará sobre as medidas a tomar;
3. Não serão atribuídos auxílios temporários, mas sim um auxílio bastante racional, bastante importante e bastante prolongado para que a família ou o indivíduo sejam recolocados em condições normais de vida;
4. O assistido será o agente de sua própria recuperação e procurar-se-á interessar nessa obra seus parentes, vizinhos e amigos;
5. Solicitar-se-á em favor do assistido a cooperação das diversas instituições que possam intervir no caso;
6. Os dirigentes e visitantes das obras receberão instruções gerais escritas; sua formação será feita através de leituras e estágios práticos;
7. As instituições de caridade organizarão as listas de seus protegidos, que enviarão à direção geral, de maneira a permitir a organização de um “fichário geral dos assistidos”; garantir-se-á dessa maneira a Sociedade contra os possíveis exploradores da filantropia, bem como se evitará a renovação de inquéritos já feitos;
8. Enfim, constituir-se-á uma relação geral das obras, o que permitirá a eliminação de instituições parasitas, a descoberta de lacunas e da duplicidade de instituições para o mesmo fim. (FONTOURA, 1959, p. 47-48)

A análise das origens de uma profissão não pode basear-se (apenas) no que esta faz, ou seja, como se operacionaliza. Isto é, “a análise da profissão, de suas demandas, tarefas e atribuições em si mesmas não permitem desvendar a lógica no interior da qual essas demandas, tarefas e atribuições ganham sentido”. (YAZBEK, 2013, p. 3)

Porém, sem tentar simplesmente transpor para realidade atual do Serviço Social tais procedimentos, é possível evidenciar semelhanças no que se refere à forma de atuação contemporânea. Ainda que com outro palavreado, nos oito procedimentos expostos, estão presentes noções como articulação com a rede de serviços e rede afetiva, assistência continuada, cadastramento de usuários de serviços e até – com certo equívoco de interpretação – o princípio da autonomia, que cotidianamente confunde-se com responsabilização individual.

Algumas destas formas de atuação foram amplamente expressas nos questionários. Em uma das respostas, uma estudante responde da seguinte maneira como atuaria na situação apresentada:

Se o local que eu trabalhasse fosse CAPS ou Posto de Saúde, orientaria a família sobre a importância do Pré-Natal; 2º orientaria sobre um possível aborto; 3º condicionalidades do BF; 4º marcaria um horário para conversar com o esposo de Valéria, para acompanhá-lo e encaminhar para tratamento de alcoolismo e ainda para o SINE; 5º marcaria uma VD para conhecer a família e moradia – em caso de posto de saúde, conversaria com a agente comunitária da região; 6º sensibilizaria para o atendimento com médico clínico dos irmãos da adolescente; 7º contato com a secretaria de habitação para ver a possibilidade de inscrição em programa habitacional. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 4, 2014)

Esta resposta apresenta uma forma de estruturar o pensamento e a ação de maneira muito parecida com os oito pontos/procedimentos da C.O.S., além de evidentes semelhanças no conteúdo. Podemos evidenciar que tal maneira procedimentalista de organizar o pensamento voltado à ação tem fundamento não apenas na história da profissão, mas também nas exigências do mundo do trabalho que, de certa forma e em variados níveis, são incorporadas por todos nós.

Ao contrário do que defende Fontoura (1959), não consideramos o Serviço Social apenas uma evolução natural das formas de caridade e auxílio *ao próximo*, marcada pela filantropia e pelo trabalho voluntário. Ao legitimar-se como profissão, ou seja, conformar-se enquanto unidade múltipla que é convocada a atender a determinadas necessidades sociais, sua gênese voltada à ajuda é capturada pelo jogo de interesses societários.

O Serviço Social deixa de ser mera manifestação de mobilizações individuais e coletivas voltadas à ajuda aos/as necessitados/as e passa a ser agente estratégico na manutenção da sociedade. Não é sem relação com o campo objetivo das necessidades sociais que a atividade se expande e torna-se amplamente emprego, sendo que em seus primórdios era majoritariamente atividade voluntária, inserida no seio da Igreja ou de instituições privadas.

Em geral, como analisa Montaño, há duas teses sobre a natureza do Serviço Social na América Latina: a que entende a profissão como uma fase mais evoluída das outras formas de ajuda, e a que considera que a profissão surge em dado momento histórico (industrialização, década de 20/30 do século passado), sendo

demandado a este profissional “participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante”. (MONTAÑO, 2009, p. 31)

Para o autor, estas teses são definitivamente opostas, sendo a primeira o produto de concepções endógenas e evolutivas da história do Serviço Social, e a segunda, de pensadores marxistas que entendem a dialética entre os condicionantes histórico-societários que refletem na constituição da história da profissão. Montañó pactua com esta segunda tese, afinal,

[...] o que dota de legitimidade uma profissão é basicamente o fato de certas necessidades sociais serem reconhecidas, transformadas em demandas e respondidas por determinadas instituições e organizações, as que empregam os profissionais para estudar e/ou intervir nessas realidades. Vale dizer, a demanda institucional que cria o espaço interventivo do assistente social provém do órgão empregador do profissional – aquele que transforma sua prática numa atividade ocupacional, onde recebe um salário em troca da venda da sua força de trabalho, com o fim de dar resposta a uma necessidade social. (MONTAÑO, 2009, p. 47)

Contudo, como explica o autor, as/os primeiras/os assistentes sociais empregadas/os eram muitas vezes recrutadas/os de instituições de caridade e filantropia, sendo a maioria mulheres de frações sociais altas e médias altas. Tais características, entretanto, não definem a natureza e nem o significado social da profissão. Para Montañó (2009), não há uma relação de rupturas e continuidades entre a história da ajuda e a natureza do Serviço Social – há apenas semelhanças, embora considere esta relação paradoxal¹⁶.

Este debate é denso e merece um estudo mais aprofundado. Porém, nos posicionamos diante dele de forma um pouco diferente de Montañó, pois consideramos, como dito anteriormente, que não há uma relação evolucionista que pode ser analisada de forma endógena em relação ao Serviço Social e às práticas de ajuda, caridade e filantropia construídas historicamente. Neste ponto concordamos com o autor, contudo esta análise não pode ser feita de forma dualista e dicotômica; é preciso apreender o movimento dialético e relacional na história da profissão para evidenciar tanto as *continuidades* como as *rupturas* em relação a velhas práticas de caridade, filantropia e ajuda.

No período de legitimação do Serviço Social enquanto profissão, no contexto do início do século XX, o capitalismo vivia um período turbulento. Foi em 1929 que

¹⁶ Para aprofundar essa discussão, ver *A natureza do serviço social* (MONTAÑO, 2009).

entrou de fato em crise em nível mundial, vivenciando fortes abalos nos alicerces da economia liberal que se mantinha no modelo de livre concorrência. Na busca pela manutenção do sistema capitalista em face à crise, ganhou força a proposta de Keynes¹⁷ que entendia como necessário um Estado forte e interventor na economia – o chamado intervencionismo. Keynes propunha que o Estado não atuasse apenas como administrador da coisa pública e como regulador das atividades privadas, mas também como agente direto da produção.

No Brasil, a ideologia desenvolvimentista de influência keynesiana, com objetivo de acelerar o crescimento e a industrialização, ganhou força, conquistando diversos segmentos da sociedade, como as Forças Armadas, e sendo aderida por Getúlio Vargas. Esta perspectiva político-ideológica foi colorida por uma ideia de nação forte (nacionalismo), mas que não excluía a colaboração internacional quando criava condições para fortalecer a construção de uma dinâmica própria no Brasil. Por outro lado, aumentavam as desigualdades e o proletariado, gerando fortes movimentos sociais e pressões populares. (MANTEGA, 1995)

Para sua consolidação, a proposta deveria seduzir e absorver as pressões das massas. Contudo, não pressupunha grandes modificações nas instituições políticas. O que preconizava era a elevação da renda *per capita*, melhoria na qualidade de vida e aumento na qualificação dos quadros técnicos. Para isso, foram criados alguns benefícios e prestação de assistência como reformas sociais. (MANTEGA, 1995)

É neste período que, no Brasil, a questão social passa a ser incorporada como problema de administração pública e desenvolvem-se políticas e agências de poder estatal. Vargas amplia as leis trabalhistas como resposta às necessidades da industrialização e intervém com políticas reformistas, algumas voltadas aos trabalhadores contributivos e outras voltadas aos trabalhadores informais ou desempregados, com um modelo de regulação pela benemerência e pela filantropia. (YAZBEK, 2012) “Em 1942, buscando legitimidade junto à população pobre, o governo criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA) [...]. A LBA representou o braço assistencialista do governo [...]”. (COUTO, 2010, p. 103)

¹⁷ John Maynard Keynes foi um economista britânico e atualmente é considerado um dos sujeitos mais influentes do século XX devido ao alcance e incorporação de sua teoria na gestão político-econômica de grande parte dos países do mundo.

A agenda modernizadora não comportou a democracia como processo de decisão e reificou formas reprodutoras de desigualdades, assumindo uma forma de modernização conservadora – ou, como denomina Ivo (2008, p. 124), “modernização periférica”. A questão social era tratada como questão de polícia.

Houve avanços nas regulamentações, porém a regulamentação das relações de trabalho buscava “transformar a luta de classes em colaboração de classes” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 106). Este movimento impulsionou a construção de um Estado Social, em sintonia com o movimento que ocorria em nível mundial, ainda que com as particularidades internas ao Brasil.

Tal processo movimentou fatores que impulsionaram a profissionalização de velhas práticas de caridade e filantropia, frente à necessidade de sujeitos que atuassem com as camadas mais empobrecidas da sociedade e com os operários, auxiliando no desenvolvimento do país. O Serviço Social legitima-se enquanto profissão nesta perspectiva. Contudo, o estudo do *ethos* profissional nos leva a adicionar um outro aspecto ao debate: os valores.

Se o significado social da profissão transforma-se no momento em que se legitima na divisão social e técnica do trabalho, os valores que orientam o agir dos assistentes sociais tendem a se reproduzir, conformando uma relação de continuidades e rupturas com as práticas de ajuda. Continuidades e rupturas no plural porque, como sugere o título da parte II do livro de Priscila Cardoso¹⁸ (2013), há alguns caminhos, mas diferentes formas de caminhar.

Esta relação se expressa, por exemplo, na definição de Serviço Social oferecida pelo 1º Congresso Brasileiro de Direito Social de 1941: “Serviço Social é toda ação do poder público, dos indivíduos ou das obras particulares tendo por objetivo prevenir, curar ou minorar por meios científicos as deficiências dos indivíduos e das coletividades” (FONTOURA, 1959, p. 122). Nesta definição é possível identificar ainda presente o discurso do ajustamento, agora de forma científica. Nas palavras de Yamamoto (1982, p. 212), “a caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana”.

¹⁸ Priscila Cardoso é uma jovem pesquisadora sobre ética no Serviço Social, abordando o tema de forma inovadora. O título do capítulo citado é do seu livro “*Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*”, publicado pela Editora Papel Social (2013).

Neste período, situado entre os anos 1920 e 1940, encontram-se os marcos que dão origem à legitimação do Serviço Social enquanto profissão no cenário brasileiro. Se no século XIX ainda predominava na América Latina o assistencialismo controlado pela Igreja e pelos senhores locais (FALEIROS, 1986), em meados do século XX as tensões ocasionadas pela implementação de um regime liberal industrial impunham a necessidade de outro tipo de intervenção no Brasil. Assim,

A visão religiosa e moral dos problemas da classe operária predominava ainda nos debates parlamentares, combinada com uma visão profilática da raça (melhorar a raça), e com a visão do capital humano necessário à industrialização e ao “progresso”. Igreja, Estado e empresariado estavam articulados politicamente e portanto ideologicamente. (FALEIROS, 1986, p. 21)

Ou seja, há a construção de laços estreitos entre Igreja, Estado e mercado, e é no lastro desta relação, articulado com outros fatores, como a construção do ensino superior no país, que se abre o espaço para a “promoção” de velhas práticas de ajuda adquirirem agora um *status* de profissão com formação específica no Brasil¹⁹. Para Yazbek (2012, p. 06), “a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social”.

Neste período surgem as primeiras escolas de Serviço Social²⁰, sendo que:

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica – especialmente da primeira – de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às obras promovidas pela filantropia das classes dominantes populistas, sob o patrocínio da Igreja, e de dinamizar a mobilização do laicado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 178)

¹⁹ “As particularidades deste processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política”. (YAZBEK, 2013, p. 6)

²⁰ Para aprofundar o estudo sobre as bases para implantação do Serviço Social enquanto profissão e sobre as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil sugerimos especialmente o livro *Relações sociais e serviço social no Brasil*, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho (1982).

Neste centro – que se constitui em plena revolução paulista – surgirá a primeira formação em Serviço Social no Brasil, o Curso Intensivo de Formação Social para Moças, ministrado por Mlle. De Loneax da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. Em 1936 é fundada pela CEAS a primeira Escola de Serviço Social, respondendo não apenas à iniciativa do Movimento Laico, mas também à expressão de uma demanda do Estado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982)

Destinadas a intervir junto ao proletariado, tendo sua formação com fundamento nos estudos da doutrina social da Igreja, é explicado em uma Tese apresentada no Congresso do Centro Dom Vital pelo CEAS, em 1933, em São Paulo, o porquê de se ocupar dos problemas da classe operária:

Essa iniciativa é também legítima e é explicável: ela se baseia num sentimento profundo de justiça social e de caridade cristã, que leva aquelas que dispõem de facilidades de tempo e de meios a auxiliar as classes sociais mais fracas a formar suas elites, para que estas também possam cumprir eficientemente seu dever. Elas mostram a essas elites como deverão se organizar para defender a Família e a Classe Operária contra os ambiciosos e os agitadores que exploram seu trabalho ou sua ignorância. (CEAS apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 183)

Não cabe aqui generalizações. Porém, consideramos que este extrato pode representar, de certa forma, o ideário dos sujeitos sociais que procuravam as Escolas de Serviço Social para se profissionalizar na atividade de *ajudar ao próximo*. Ou seja, esta motivação baseava-se em um profundo sentimento de justiça social, já tendo presente a noção de defesa dos operários contra seus exploradores – ainda que vinculada à noção de caridade cristã.

Aqui cabe uma diferenciação importante. Há aquilo que motiva diferentes mulheres a dedicarem seu tempo e recursos a uma atividade de ajuda tecnicada: o sentimento profundo de insatisfação com uma determinada realidade que se apresenta e que querem transformar ou melhorar. Por outro lado, há o significado social que esta atividade exerce no bojo das relações sociais, no modo de produção capitalista: a participação na reprodução das relações sociais²¹.

As ações destas primeiras assistentes sociais acabavam por se objetivar com cunho doutrinário, “voltada essencialmente para organização da assistência, para a

²¹ A “reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade” (YAZBEK, 2012, p. 3).

educação popular, e para pesquisa social” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 208), trabalhando para “adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao meio” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 213), respondendo à busca para que se reestabelcesse a ordem social.

Na América Latina estas ideias de adaptação já estavam formuladas implicitamente em instituições de assistência e saúde aos operários. A formação de assistentes sociais baseava-se notadamente no modelo europeu, predominando “na prática com casos, sobretudo, as tarefas de *aconselhamento* e de consolo”. (FALEIROS, 1986, p. 21)

Ou seja, o Serviço Social:

[...] não se caracterizará apenas como uma forma nova de caridade. Mas, principalmente, como uma forma de intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. Não pode também ser desligado do contexto mais amplo em que se situa a proposição política assumida e desenvolvida pelo conjunto do bloco católico a estreita aliança com o “fascismo nacional”, o constituir-se num polarizador da opinião de direita através da defesa de um programa profundamente conservador, a luta constante e encarniçada contra o socialismo, a defesa intransigente das relações sociais vigentes. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 228)

O significado social da atuação profissional torna-se independente da consciência e da experiência vivida por profissionais da época. A partir desta época profissões como Serviço Social, Educação, Administração, entre outras, se expandiam conforme a demanda formulada na industrialização. Além disso, as próprias instituições que demandam o trabalho profissional possuem finalidades que, mediatizadas pela luta de classe, operam como mecanismos ideopolíticos e de apaziguamento.

2.2.2 Da profissionalização à intenção de ruptura: a disputa de projetos ético-políticos

Entendendo a estreita relação entre a profissionalização do Serviço Social e os movimentos do estado para responder à questão social, especialmente no que

tange ao desenvolvimento e alargamento das políticas sociais²², vale lembrar que, acompanhando a perspectiva de modernização conservadora do país, Juscelino Kubitschek expandiu as empresas estatais e apostou na industrialização pesada do país, trazendo para o Brasil empresas como a Ford. A máxima de seu famoso Plano de Metas era fazer o país crescer “cinquenta anos em cinco”. Neste contexto desenvolvimentista,

[...] as instituições sociais direcionavam seus programas para uma política de integração participativa dos mais pobres no processo de desenvolvimento nacional, e a pobreza era abordada como resultado de um insuficiente desenvolvimento econômico, do estágio ainda não suficientemente desenvolvido do país e, portanto, como fenômeno não estrutural. (YAZBEK, 2012, p. 299)

Porém, assim como aconteceu em nível mundial (NETTO, 2001), a industrialização e o aumento da produção de riquezas não diminuíram a pobreza da condição de vida de camadas significativas da população. A experiência histórica mostra que a ideia de fazer o bolo crescer para depois dividi-lo é uma fraude; o crescimento econômico necessita da exploração.

Mas foi pautado neste modelo de intervenção estatal que o Serviço Social é impulsionado a profissionalizar-se, buscando novas formas e referências para intervenção no campo social. Desenvolvem-se, ainda com foco no ajustamento dos indivíduos, os métodos de intervenção de caso, grupo e comunidade. Em cada um destes métodos, contendo determinadas particularidades, buscava-se referências na Psicologia Social, na Psicanálise e na Sociologia para fundamentar a atuação profissional que se pautava eticamente ainda nas bases da Doutrina Social da Igreja Católica, especialmente no pensamento de São Tomás de Aquino.

Contudo,

Sem preparação para um trabalho psicológico mais profundo, a atitude de escuta tornou-se incomoda. Em primeiro lugar, não trazia soluções concretas à problemática apresentada. Em segundo lugar, não levava a uma avaliação mais crítica da situação e ficava-se num relacionamento baseado nos valores sociais do próprio profissional. O aconselhamento valorativo tornou-se característica da ação do assistente social. Este teria

²² As políticas sociais são uma forma estratégica de resposta do Estado à questão social. Mas elas não se constituem de forma linear. Ao contrário, “[...] se constituem num sistema complexo, em que atuam múltiplas casualidades e diferentes atores sociais resultantes do embate de forças sociais no espaço público”. (IVO, 2008, p. 171)

soluções para as questões matrimoniais, políticas, econômicas que atingissem os indivíduos que o procurassem. (FALEIROS, 2011, p. 16)

Analisando o caráter ideológico e de poder na relação com os usuários, Faleiros destaca que o caráter reparador, de apoio emocional e financeiro “trazia ao profissional uma certa satisfação, compensando as frustrações de não poder atuar numa perspectiva globalizada”. (2011, p. 20)

Estes aspectos se explicitam seja nos Códigos de Ética da profissão, seja nos documentos que demarcaram posicionamentos éticos e propostas para atuação profissional, como Araxá (1967) e Teresópolis (1970). Estes dois documentos são o resultado do movimento interno da profissão – o início do denominado Movimento de Reconceituação - na busca por sua teorização e profissionalização, pensando e repensando suas bases. Nesse sentido, também é válido destacar que, como assinalou Bartlett (1979, p. 7), “[...] os assistentes sociais são conhecidos por sua inclinação para o autoexame e para a autocrítica, mas tenderam demais a obstruir com formulações”.

Isto é, muito do esforço do Serviço Social na época era revisar e buscar a base da profissão, sua base teórica, demarcando funções e metodologias de ação. Mas o que interessa ao presente estudo é assinalar o caráter normatizador e pragmático desta busca, como fica evidente no relatório do Grupo A do Documento de Teresópolis²³, no qual se discutia a metodologia do Serviço Social.

Neste documento há uma interessante sistematização, em quadro elaborado a partir de um levantamento que mostrava, em suma: os fenômenos significativos observados na prática do Serviço Social, a identificação das variáveis significativas para a profissão relacionadas a estes fenômenos, e as funções do Serviço Social relacionadas a cada expressão do fenômeno.

Os fenômenos identificados variavam desde “distorções no comportamento sexual”, até “mudanças sociais aceleradas”, onde o profissional teria a função de apoiar os sujeitos, romper com as resistências à mudança e diminuir as tensões geradas por estas. (CBCISS, 1986) Neste relatório fica evidente a fragmentação na apreensão dos fenômenos e das funções profissionais, embora afirme reconhecer a relação entre estes. Também é possível observar o caráter moral empregado neste

²³ Para uma apreensão completa do documento, ver o livro *Teorização do serviço social – documentos* onde foram publicados os documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré (CBCISS, 1986).

levantamento dos fenômenos observados na prática profissional e o caráter ajustador ao meio social e às mudanças político-econômicas empregado nas funções e ações propostas.

Vinculados a este debate, os Códigos de Ética da profissão de 1947, 1965 e 1975 assumem uma **pretensa neutralidade** no agir profissional, pautados numa concepção neotomista essencialista e a-histórica e em:

[...] valores de conteúdo universal abstrato: permanecem à natureza humana que emana de Deus. Assim, valores como pessoa humana, bem comum, perfectibilidade, autodeterminação da pessoa humana, justiça social são abstraídos de suas particularidades e determinações históricas, tornando-se referência para uma concepção de humano genérico que não se articula com o indivíduo social, em sua concretude histórica. (BARROCO, 2012, p. 44)

O idealismo expresso nos valores éticos dos Códigos de Ética da profissão e a pretensa neutralidade são a expressão de um Serviço Social que, naquele momento, ainda não se entendia inserido no jogo de relações sociais capitalistas. Ainda com fundamentos da doutrina social da Igreja, havia, no seio da profissão, críticas tanto aos excessos do capitalismo quanto ao comunismo, especialmente ao comunismo soviético que amedrontava a população.

No início da década de 60 do século passado as contradições do capitalismo periférico são acirradas e polariza-se a disputa de projetos societários para o país, que “se resolverá” com a ditadura do capital. O cenário nacional incerto, atravessado pelo suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o golpe militar de 1964 que depôs João Goulart, “ficou marcado pela expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 110)

Assim, “[...] A desigualdade social se acentua em um clima repressivo e autoritário” (YAZBEK, 2012, p. 299). Em meio a este clima, analisa Couto:

Em relação às medidas de cunho social na época, o período da ditadura foi pródigo em constituir um corpo institucional tecnocrático para responder às demandas sociais do capital. Atuou setorialmente e expandiu o número de instituições [...] (COUTO, 2010, p. 128).

Exemplos dessas medidas são a ampliação dos destinatários da proteção previdenciária, a expansão do ensino técnico como formação voltada ao trabalho, programas pontuais de atendimento à saúde, a institucionalização de crianças e

adolescentes, entre outros. Em suma, na área social desenhou-se “[...] o perfil limitado e autoritário dos direitos sociais, onde os mesmos tinham a finalidade de assegurar a sustentação política do regime”. (COUTO, 2010, p. 136)

A lógica era enfrentar a questão social através do controle e da assistência, incrementando a política social. São características deste período: investimentos conservadores, impulsionando esses “incrementos” e, por outro lado, a abertura de espaço para a saúde, a previdência e a educação privada. Essa é a lógica da política social para quem pode e para quem não pode pagar, que marca os dias atuais como forte herança da ditadura. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009)

Como bem lembra POCHMANN:

Como se sabe, o destino brasileiro foi marcado por formas de poder político associadas aos regimes autoritários, com somente meio século de democracia representativa em mais de 500 anos de história. Não somente na política, o autoritarismo ganhou importância, como também em diferentes esferas relacionadas à convivência social e econômica. (POCHMANN, 2010, p. 123)

O curto período de democracia representativa e o pequeno caldo cultural de participação política efetiva marca a configuração das respostas do Estado à questão social no país. Embora houvesse fortes movimentos de resistência ao regime militar, talvez o principal condicionante que levou à abertura política foi o esgotamento econômico do regime.

É interessante observar que foi justamente neste período tenso e altamente opressor no país – entre os anos 1960 e 1970 – que o Serviço Social começa a aproximar-se de uma perspectiva teórica marxista, especialmente no pensamento do filósofo francês Louis Althusser. Contudo, o debate da ética na categoria profissional foi adensado apenas nos anos 80 do século passado, momento em que já havia certo amadurecimento teórico-crítico consolidado. Segundo Barroco (2012), foi nesta década que a ética tornou-se objeto de debate em relação ao rompimento com o tradicionalismo consolidado historicamente no âmbito da profissão.

Referindo-se ao contexto da França, Castel (2013) mostra que com a política do Estado Social instaurou-se, especialmente nas camadas médias da população, a sensação de que o progresso não se findaria, que o acesso à proteção e ao consumo seria cada vez mais amplo. “A questão social parecia dissolver-se na

crença no progresso indefinido. Essa é a trajetória que foi interrompida”. (CASTEL, 2013, p. 493)

Quando a ideologia do progresso começa a se decompor, suas contradições começam a ficar evidentes. A crise econômica dos anos 1970 – a crise do petróleo – foi um novo momento em que capitalistas se articularam para encontrar uma saída que favorecesse a manutenção do sistema. Nesse sentido, é conhecido o pensamento de Hayek (2010) em seu livro *O caminho da servidão*, em que o autor tece fortes críticas às experiências socialistas e comunistas na esfera mundial e defende a liberdade de mercado como princípio fundamental. É nesta perspectiva que se inserem as conhecidas personalidades na propagação do neoliberalismo como política econômica: Margaret Thatcher (Inglaterra), Ronald Reagan (Estados Unidos) e Pinochet (Chile).

Nesse contexto, no Brasil, explodiram os movimentos sociais reivindicando a democratização do país. Do ponto de vista do crescimento econômico, a década de 1980 foi considerada perdida, havendo um aumento significativo da pobreza e tornando-a visível. (YAZBEK, 2012)

O caminho para abertura política culminou com a Constituição Federal de 1988, com significativos avanços no plano dos direitos e proteções sociais. A Constituição Federal representou um marco simbólico na perspectiva de construção de políticas sociais universais e não contributivas, como a saúde²⁴ e a assistência social²⁵, bem como em relação à proteção previdenciária.

Neste período, a efervescência do denominado Movimento de Reconceituação e a busca pela ruptura com o conservadorismo se materializaram nas mudanças no Código de Ética do Assistente Social, em 1986, e, com mais propriedade de objetivação no cotidiano dos trabalhadores, em 1993. Barroco (2012) definiu o debate da época como educativo e politizador.

A intenção de ruptura com o conservadorismo histórico no âmbito da profissão e nas práticas de assistentes sociais passou a ser considerada a virtude

²⁴ A Reforma Sanitária, no Brasil, foi um movimento de militantes de diferentes profissões, com diferentes orientações políticas, que tinham um projeto político em comum: construir um sistema de saúde que ultrapassasse a racionalidade do mercado. Estes militantes conquistaram que o Sistema Único de Saúde se regulamentasse enquanto política de Estado e de direito universal. Atualmente o SUS é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo. (CAMPOS, 2006)

²⁵ Couto et al (2011) referem que com a Constituição de 1988 e com a LOAS inicia-se um processo de tornar a assistência social visível enquanto política pública. Assim, inicia-se um processo de transição do campo do assistencialismo e do clientelismo para o campo da política social.

máxima, ou seja, a finalidade ética de grande parte da discussão. De outro lado, o conservadorismo passou a ser considerado o vício, o mal, algo que deveria ser combatido. Entretanto, o esforço em superar a origem da profissão que, no Brasil, nasce no seio da Igreja Católica e respondendo aos interesses do capitalismo, ou seja, o esforço em negar este vício, fez com que se instaurasse no âmbito da categoria profissional uma dicotomia.

Faleiros (2011) refere que, por um lado, o debate no Movimento de Reconceituação²⁶ negou a prática institucional de assistentes sociais, fazendo com que se confundisse com a militância político-partidária. Por outro lado, muitos profissionais que estavam submetidos à prática institucional e inseridos no mercado de trabalho, por meio da venda de sua força de trabalho, negaram o movimento que buscava romper com as práticas conservadoras, reafirmando as práticas já institucionalizadas.

Inegáveis avanços ocorreram no debate, especialmente no que se refere à principal proposição do Projeto Ético-Político que é voltar o trabalho da/o assistente social aos interesses da população (NETTO, 1999), e não aos interesses políticos e do capital (FALEIROS, 2011). A ética profissional assume, então, um posicionamento explicitamente político. Contudo, sabe-se que não é sem desafios que a ética profissional materializa-se. Sabe-se que são diversos os fatores que envolvem a objetivação da direção ético-política no exercício profissional, e que isso não depende apenas da intencionalidade de assistentes sociais.

Atualmente, enquanto categoria profissional, tem-se consciência de que é preciso pensar o trabalho das/os assistentes sociais dentro dos condicionantes institucionais dos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Iamamoto (2009) oferece importante contribuição para pensar tanto as instituições que viabilizam/condicionam o trabalho da/o profissional, bem como a relativa autonomia que possui e que torna possível pensar o direcionamento ético-político de suas ações posicionando-se em defesa dos interesses da população.

²⁶ “Movimento de Reconceituação Latino-americano: movimento com várias correntes e perspectivas teóricas que põem em questão o Serviço Social tradicional. Suas vertentes mais críticas desvelaram o papel político da profissão e questionaram os referenciais a-históricos e acrílicos que a influenciaram – sua pretensa ‘neutralidade’ política e seu conservadorismo –, reclamando uma intervenção comprometida com as classes subalternas”. (BARROCO, 2012a, p. 40)

É interessante observar de que forma esta intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional se manifesta em mudanças nas concepções de estudantes. Como aparece em uma das falas a seguir:

Assim, na verdade o que mais ou menos eu entendi pelo Serviço Social. Que assistente social ajudava entre aspas na comunidade de uma maneira, eu não sabia como de que maneira, mas eu achava que ajuda, conversa, ajuda com benefício, ou da uma cesta básica, né? Assim, pelo que a gente conhece das unidades, porque alguém falou, ou que alguma amiga, mas assim, mas a intervenção mesmo a fundo eu fui ter a partir da faculdade que eu fui entender mesmo, que é muito mais, que é muito além disso, não é só a questão assistencialista, é de tu mostrar para os usuários que tem direito, que eles têm direitos para lutar, direitos deles, então, não era só isso, não era só ajuda, não era só um apoio, como eu estava dando pro meu irmão, um apoio familiar, uma ajuda sentimental, mas também mostrar as possibilidades de mudar, possibilidades de mudanças na verdade, né? (ENTREVISTADA 1, 2014)

Neste trecho é possível observar certa substituição da noção de ajuda pela noção de direito, incorporadas como duas perspectivas opostas. A *ajuda* aparece como assistencialismo, conversa e apoio, e o direito como possibilidade de mudança e de luta. Isso também aparece em uma resposta ao instrumento no Caso 2: “Penso que primeiramente descaracterizar o atendimento com um ato de ajuda, orientando que o acesso à Assistência Social é um direito (para quem dela precisar)”. (INSTRUMENTO 7, 2014)

A intenção de ruptura não é apenas uma intenção; isto é, não é algo que está apenas no plano do abstrato. Ela se materializa na formação profissional e na construção de posicionamentos em certos aspectos, como se pode observar nas respostas destas estudantes. Entretanto, uma questão que surge diante da resignificação de concepções sobre a profissão é: de que forma esta se traduz em atos ético-morais no cotidiano de trabalho?

A intenção de ruptura com o conservadorismo e com a pretensa neutralidade também se expressa no Código de Ética – sobretudo no de 1993 – que, como explica Barroco, é o:

[...] o conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria profissional. (BARROCO, 2009, p. 176)

O Código de Ética é um instrumento político e jurídico que se propõe a orientar o agir profissional. Mas, como ainda assinala Barroco (2009, p. 176), “nenhuma profissão pode garantir a legitimação de sua ética a partir de seu código, o que seria afirmar uma concepção ética legalista e formal”.

Isto é, os valores do Código de Ética profissional não dizem necessariamente dos valores dos profissionais que estão atuando em diversas áreas pelo país. Eles dizem, sobretudo, de uma intenção política e ética, pautada em princípios filosóficos e sociais.

O Código de Ética de 1993 propõe como valor central a liberdade – não a liberdade de mercado, que estimula o individualismo, a violência e a barbárie – mas a liberdade de os sujeitos se autodeterminarem e se desenvolverem plenamente no tecido social. Ou seja, propõe que as ações e intervenções de assistentes sociais tenham como horizonte ético a emancipação humana.

Para isso, os atos ético-morais de assistentes sociais devem se fundamentar e ter como horizonte da ação profissional os princípios fundamentais do Código de Ética (1993)²⁷: a liberdade enquanto princípio ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação da cidadania e da democracia, em busca da equidade e da justiça social. Assistentes sociais devem se empenhar na eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação, se comprometendo com a qualidade dos serviços prestados à população e respeitando os posicionamentos teóricos e políticos plurais no âmbito da profissão.

No Código de Ética está expresso e afirmado o compromisso da categoria profissional com a construção de uma nova ordem societária, contra toda forma de opressão e exploração. Para isso, propõe a articulação com a luta de outras categorias profissionais que pactuem com os valores do código.

Mas como assistentes sociais e estudantes de Serviço Social incorporam tais valores? Como se desenvolvem os atos ético-morais no cotidiano de trabalho destes, tendo ou não como fundamento os valores da profissão? Quais valores são possíveis de serem objetivados nos atos cotidianos e não cotidianos, nos múltiplos espaços de trabalho em que a profissão se insere?

²⁷ Para uma reflexão aprofundada sobre os princípios éticos do Serviço Social, sugere-se a leitura de *A nova ética profissional* (PAIVA; SALES, 2011), e *Código de Ética do/a Assistente Social Comentado* (BARROCO; TERRA, 2012).

A moralidade singular da/o assistente social enquanto indivíduo é parte de uma construção moral anterior à formação profissional. Esta construção moral tende a reproduzir valores dominantes e acríticos que se produzem e reproduzem cotidianamente nas relações sociais (BARROCO, 2010b). A categoria profissional não representa um todo homogêneo e a formação profissional não é o único espaço onde se constroem aprendizagens e juízos que fundamentam as escolhas de valor de assistentes sociais.

Visto que a profissão é, neste trabalho, compreendida como elemento particular que se inscreve e se relaciona com totalidade por meio de múltiplas mediações, é preciso compreender que a sociedade capitalista contemporânea intensifica suas formas de exploração, de alienação e de hegemonia ideológica. A lógica do capital passa a condicionar os modos de vida em todas as dimensões da vida humana, afetando as formas de ser, estar e perceber o mundo.

Em seu ensaio sobre *Ética e Capitalismo*, Ivo Tonet refere que:

[...] Em todas as dimensões da vida social, valores que eram considerados sólidos e estáveis sofreram profundos abalos. Há uma sensação geral de desnortamento e de insegurança. Parece que, de uma hora para outra, a sociedade se transformou em um vale-tudo, onde não se tem mais certeza do que é bom ou mau, correto ou incorreto. E, sobretudo, parece que os valores que mais se impõe são os de caráter individualista e utilitário, chegando, muitas vezes, ao cinismo mais aberto. (TONET, 2013, p. 1)

Na sociedade capitalista em suas formas contemporâneas, com todas as suas implicações nas dimensões da vida prática, está imposta a necessidade de pensar sobre os valores morais que reinam em nosso cotidiano. “[...] Aspira-se a um mundo justo, solidário e humano, mas parece que estes valores se tornam cada vez mais distantes” (TONET, 2013, p. 1). É neste contexto o Serviço Social é convocado a posicionar-se ética e politicamente.

3 ÉTICA, TRABALHO E FORMAÇÃO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?

Como sujeito que age na relação com objeto de sua atenção, o seu próprio trabalho e os resultados desse trabalho, mesmo não sendo efetivamente os constituídos em sua intencionalidade, instauram novas necessidades, novos conhecimentos. Surge daí um novo homem, tão igual, mas com características e capacidades qualitativamente novas, num movimento contínuo que se faz no aprender do viver. (MARIA CÉLIA CORREIA NICOLAU)

O Serviço Social é uma profissão interventiva na realidade, inserida em diferentes espaços de atuação. Assistentes sociais são sujeitos que, em geral, trabalham diretamente com outros sujeitos. Seu objeto de trabalho – as múltiplas expressões da questão social – e as finalidades de seu trabalho são intimamente relacionados à vida de sujeitos que vivem em situação de miserabilidade, de luta pela sobrevivência, de vulnerabilidade, com direitos violados e com condições de vida precárias.

Diante disso, a formação profissional de assistentes sociais precisa criar as condições necessárias para o desenvolvimento de competências e habilidades interventivas essenciais ao trabalho, em diferentes espaços de atuação. O estágio supervisionado é um momento privilegiado para isso, embora a necessidade de mediação teórico-prática deva perpassar toda a formação profissional.

O *locus* desta pesquisa é o estágio supervisionado obrigatório, sobre o qual buscamos analisar as experiências das/os estudantes a partir de uma interpelação ética. Abordamos, neste capítulo, a relação entre educação e trabalho, os limites e possibilidades no cotidiano de trabalho destas/es estudantes em estágio, as mediações entre o campo das políticas sociais e a inserção de estagiárias/os nas instituições.

3.1 EDUCAÇÃO E TRABALHO

Está errada a educação que não reconhece na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, contra a exploração e a violência um papel altamente formador. (PAULO FREIRE)

O estágio supervisionado obrigatório compõe obrigatoriamente as grades curriculares dos cursos de Serviço Social. De acordo com a Lei 11.788, de 2008, em seu artigo 2º, “§ 1º estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do

curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma”. É o momento do curso em que a/o estudante se insere em um espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, em instituições de políticas sociais públicas, privadas, empresariais, de terceiro setor ou outros.

A/o estudante é levada/o a experienciar o exercício profissional no dia a dia de trabalho, em toda sua dinamicidade e complexidade. Por se configurar enquanto estágio supervisionado, a/o estudante vai ao campo, vivencia o cotidiano de trabalho e retorna ao curso onde é supervisionado por um professor que deve construir um espaço de reflexão, problematização e aprendizagem sobre o trabalho profissional.

Conforme as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social:

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio. (ABEPSS, 1996, s/p)

Os termos utilizados nas diretrizes curriculares para designar os supervisores de estágio são “supervisor acadêmico” e “profissional de campo”. Neste trabalho, entretanto, utilizaremos os termos “supervisor acadêmico” e “supervisor de campo” para ressaltar o papel pedagógico de cada um destes profissionais que devem estar, com diferentes responsabilidades, envolvidos no processo de formação profissional das/os estudantes.

Neste início do século XXI, a formação profissional necessita atender a pelo menos duas razões: a formação humana integral e a formação que responda às exigências do mercado de trabalho globalizado (LEWGOY, 2013). Há na relação entre estas duas razões de ordens distintas uma contradição eminente, que se expressa no estágio supervisionado obrigatório em Serviço Social: é possível formar o sujeito para posicionar-se ética e criticamente nos campos de estágio e, ao mesmo tempo, formá-lo para atender as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais flexível e precarizado?

Marilena Chauí (2003) faz uma crítica à universidade em tempos de capitalismo neoliberal refletindo que esta, de uma instituição social, passou a ser uma organização. Isto é, pautada em métodos de gestão empresarial, a

universidade se preocupa mais com os critérios de quantidade do que com os de qualidade – o que a autora vai chamar de universidade operacional:

Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD-ROM. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins [...]. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois se tornam, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação. (CHAÚÍ, 2003, p. 7)

A análise de Chauí pode parecer um tanto fatalista ao afirmar que desapareceu da universidade e da docência a *formação*, que é sua marca essencial. Contudo, a crítica da autora salienta alguns dentre tantos elementos que desafiam a formação ética e crítica por meio das universidades que, cada vez mais, são convocadas a formar sujeitos adestrados às exigências de um mercado financeirizado e flexível, sem questioná-lo.

O estágio supervisionado obrigatório é um *locus* privilegiado de articulação entre educação e trabalho, já que é um espaço de *formação pelo trabalho* e, ao mesmo tempo, *para o trabalho*.

O estágio não é emprego, mas é trabalho. Aqui cabe uma diferenciação importante: “[...] trabalho é criação, é motor de civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem que ao criar o trabalho é recriado e modificado pela atividade que deu vida” (GRANEMANN, 2008, p. 227). Já emprego é a venda da força de trabalho em troca de um salário.

A capacitação para o exercício profissional se desenvolve a partir do próprio exercício profissional, ou seja, pelo trabalho. É através do trabalho que o homem transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma a si enquanto indivíduo – potencialmente podendo transformar a todo o gênero humano. Assim, é através da ação prática mediada pela teoria – pelo trabalho enquanto *práxis* social – que estudantes estagiários/os constroem sínteses sobre o que é ser assistente social, incorporando elementos necessários ao trabalho profissional.

A proposta é formar e desenvolver as capacidades necessárias para atuação do assistente social através de sucessivas aproximações com a realidade concreta.

Entendemos, também, que “[...] um dos desafios na formação profissional é o estímulo permanente do espírito científico, não dogmático, numa perspectiva crítica” (LEWGOY, 2013, p. 72).

O estágio supervisionado obrigatório é o momento da formação de assistentes sociais onde estes experienciam a atividade laborativa, com vistas a desenvolver as competências e habilidades necessárias ao exercício profissional. Qual o lugar da ética neste processo? Fonte de criação, de realização e também de desenvolvimento de potencialidades,

Entende-se que o estágio possibilita ao aluno uma identificação com o mundo profissional e com a dinâmica social. Isso vai requerer a adoção de uma concepção que preserve o compromisso ético-político da profissão, ao mesmo tempo em que prepara o aluno para dar respostas que possam incluí-lo no mercado, o qual oferece à profissão visibilidade e validade social. (LEWGOY, 2013, p. 79)

Enquanto processo de formação pelo trabalho, o estágio deve ser de caráter essencialmente pedagógico. Contudo, no cenário contemporâneo, observamos que estudantes vêm sendo utilizados/as, muitas vezes, como força de trabalho produtiva agregados/as às equipes em diferentes espaços para minimizar a sobrecarga de trabalho.

Tendo como *lócus* o Serviço Social, deparamo-nos com estudantes que são, em maioria, trabalhadoras/es assalariados. Nesse sentido, os estágios remunerados vêm assumindo “[...] crescentemente o caráter de emprego para o estagiário” (OLIVEIRA, 2004, p. 77). Contudo, “ao se vincular à formação em Serviço Social, não pode ser reduzido à mera preparação de tarefas, ação atrelada à burocracia, aos ditames mecânicos, rotineiros e essencialmente técnicos” (LEWGOY, 2013, p. 85).

O estágio não é emprego, embora tanto na vida dos sujeitos como nas instituições se configure, muitas vezes, como uma relação de compra e venda da força de trabalho por poder ser uma atividade remunerada. Entretanto, o estágio é trabalho – no sentido ampliado do conceito de trabalho – e, em se tratando de estágio em Serviço Social, a *práxis* exercida assume caráter de trabalho ideológico.

Existem atividades que participam diretamente na produção e outras modalidades de trabalho que participam indiretamente, através de posições teleológicas secundárias. Alves explica que,

Com a diferenciação social de nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica – as *posições teleológicas secundárias* – torna-se a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia; e ao mesmo tempo, sua função social autonomiza-se do próprio trabalho produtivo, tornando-se atividades sociais ou “profissões” imprescindíveis à reprodução social. A natureza do “trabalho ideológico” incorpora como sua base espiritual-estruturante, a ideologia como *posição teleológica secundária*, isto é, a ação dos homens sobre outros homens, sobre suas consciências, para pôr em movimento posições teleológicas desses mesmos homens, *seja no sentido de conservar, seja no sentido de transformar a realidade existente*. (ALVES, 2015, s/p – grifo nosso)

O Serviço Social – assim como a Educação, o Direito, a Enfermagem, entre outros – compõe o campo de serviços na modalidade de trabalho humano sobre o próprio humano, no que tange especialmente à ideologia e incide nas relações sociais. Estudantes em estágio se inserem em processos de trabalho nas instituições, especialmente no campo das políticas sociais, e participam no produto do trabalho coletivo destas, seja para conservar as relações sociais em seu *status quo*, seja para transformar a realidade existente.

Além disso, estudantes de Serviço Social pertencem à *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 1999); isto é, pertencem à classe de trabalhadores que necessitam vender a sua força de trabalho em troca de um salário para a manutenção da vida. São sujeitos afetados cotidianamente – em seus espaços de trabalho e fora deles – pelas transformações na gestão da força de trabalho na sociedade contemporânea, que incidem em transformações nas relações sociais, nos hábitos e nos modos de vida.

As transformações no modo de gestão da força de trabalho se manifestam em um processo multiforme, impulsionadas pela retração do binômio taylorismo/fordismo, sobre o qual salientam-se algumas características: ampliação do setor de serviços de forma subordinada à racionalidade do capital; exigência de trabalhadores polivalentes e multifuncionais; diminuição das hierarquias em prol de uma pseudo-participação do trabalhador; flexibilização e desconcentração da força de trabalho e formas mais desregulamentadas de contrato de trabalho. (ANTUNES; ALVES, 2004)

Associado a estas características, há uma grande aposta em formas sofisticadas de captura da subjetividade do trabalhador (ANTUNES; ALVES, 2004), que influencia em seu ser de forma integral. O modo de ser das relações sociais na contemporaneidade mostra que

[...] as evidências do *domínio do capital*, na vida fora do trabalho, colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida a sua “particularidade”. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 349 – grifo dos autores)

O estágio supervisionado obrigatório situa-se e articula-se entre esta dupla precarização: do trabalho e da universidade. É atravessado pela lógica da formação enquanto mercadoria e pelas novas formas de gestão da força de trabalho que, embora não tão intensamente como nos setores privados, é incorporada cada vez de forma mais concreta nos setores públicos.

Estudantes estagiários/os são trabalhadores que se inserem em espaços sócio-ocupacionais de diferentes especialidades: saúde, assistência social, empresas, “terceiro setor”, infância e adolescência, entre tantos outros. Espaços estes que são marcados, com as devidas particularidades, pela precarização do trabalho, por relações tecnocráticas e fragmentarias, e por valores conservadores em disputa com valores progressistas.

3.2 ENTRE A LIBERDADE E A NECESSIDADE: A RELATIVA AUTONOMIA

As alternativas históricas são sempre reais: sempre é possível decidir, em face delas, de um modo diverso daquele que se realmente decide. (AGNES HELLER)

O possível não é o provável. Este é o previsível, isto é, algo que podemos calcular e antever, porque é uma probabilidade contida nos fatos e nos dados que analisamos. É o que vem à existência graças ao nosso agir. No entanto, não surge como “árvore milagrosa” e sim como aquilo que as circunstâncias abrem para nossa ação. (MARILENA CHAÚÍ)

Assistentes sociais²⁸ vivem em seus cotidianos de trabalho as condições do mundo de trabalho contemporâneas, o processo de mundialização do capital, da

²⁸ É preciso esclarecer que utilizamos conhecimentos produzidos sobre o trabalho da/o assistente social como referência ao trabalho da/o estudante/estagiária/o em Serviço Social. Existem diferenças e particularidades no que se refere, por exemplo, à autonomia relativa, que serão abordadas no transcorrer do trabalho.

revolução científica e tecnológica²⁹. Estas características implicam na retração do Estado em relação ao atendimento às necessidades sociais, precarização e flexibilização do trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, precariedade nas condições e relações de trabalho, entre outros.

As transformações no mundo do trabalho:

[...] afetam transversalmente o espaço sócio-ocupacional do assistente social, ao nível das condições de trabalho, das demandas apresentadas, das funções desempenhadas, das propostas do trabalho do Serviço Social e da qualificação exigida. (IAMAMOTO, 2009, p. 268)

Assistentes sociais e estagiárias/os trabalham em instituições que preexistem ao seu trabalho. Estas instituições viabilizam o trabalho profissional por disporem dos meios necessários para sua realização e, ao mesmo tempo, condicionam a sua finalidade. Com o trabalho de assistentes sociais sendo mediado pelo trabalho assalariado, onde as/os profissionais vendem sua força de trabalho:

[...] Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e por determinadas condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. (IAMAMOTO, 2011, p. 416)

Contudo, lamamoto observa que o controle sobre o trabalho de assistentes sociais não é o mesmo que o exercido sobre, por exemplo, um operário de linha de produção. Dessa forma, a/o assistente social dispõe de uma *relativa autonomia* em seu exercício. É a partir desta autonomia que constrói o espaço onde pode desenvolver o direcionamento de suas ações, voltadas aos interesses da população e eticamente voltadas para o desenvolvimento do gênero humano.

No caso de um dos participantes da pesquisa, o modo de funcionamento rígido e pautado em concepções estereotipadas é um dos principais fatores que cerceia o trabalho profissional, como o mesmo relata:

²⁹ Para aprofundar a discussão sobre transformações contemporâneas no mundo do trabalho, sugerimos as obras de Ricardo Antunes, Giovanni Alves e, especificamente no que refere ao Serviço Social, as obras de Marilda lamamoto.

Ela é uma unidade fechada para dependentes químicos, né? Ou pessoas que tenham, que nem os profissionais do [instituição] usam muito é antissocial, enfim, tudo é antissocial, é difícil de manejo, é uma dificuldade muito grande de trabalhar nessa lógica. E lá no G é uma unidade, com caráter muito, muito, muito encarcerador, né, uma unidade fechada, uma unidade de regras muito rígidas, onde a segurança tem o poder muito forte, onde o direcionamento é o direcionamento prisional. Tem grades, enfim, é muito complicado de trabalhar lá, e a gente encontra muitas dificuldades, tanto para conseguir manejar paciente, tanto para conseguir manejar a equipe, tanto para conseguir efetivar de fato uma ação profissional que de fato tenha um impacto amplo na vida do usuário. Porque a gente enquanto estagiário tem uma autonomia muito relativa, extremamente relativa no sentido de não ter autonomia lá dentro. A gente tem autonomia para atender, para fazer entrevista, enfim, mas para efetivar alguma ação a gente precisa estar sempre procurando algum profissional para assinar, para carimbar, para dar autorização. Então, né, é muito difícil de conseguir desenvolver o trabalho. (ENTREVISTA 4, 2014)

Por vezes, a relativa autonomia para o agir profissional se efetiva em espaços restritos ao contato direto com a população atendida, em uma entrevista, ou seja, naquele momento em que a/o estagiária/o está em contato direto com quem está sendo atendido. Em outras nuances do trabalho profissional, pode-se esbarrar em posicionamentos contrários e conservadores, que refletem em certo nível de rigidez no funcionamento das instituições e cerceiam o agir voltado para uma intervenção mais ampla na realidade da população atendida.

Outro limitador da ação profissional pode ser a burocratização de alguns espaços de estágio em relação ao estágio supervisionado obrigatório. Aqui se faz importante um esclarecimento: no campo de estágio na Política de Assistência Social, em Porto Alegre, a grande maioria dos estágios são remunerados e de 30 horas semanais, mas a instituição faz uma divisão entre o tempo de cumprimento em estágio supervisionado obrigatório e em estágio supervisionado não obrigatório.

Isso ocorre porque ao estágio não obrigatório é atribuído um caráter de formação menor, e por isso esse tempo é utilizado majoritariamente para o preenchimento do CadÚnico³⁰, uma atividade que é essencialmente burocrática – embora possa ser realizada de outras formas.

Este modo de desenvolvimento do estágio se reflete como limitador para uma intervenção qualificada que exige a flexibilidade de horários, como demonstra o depoimento de uma das estudantes sobre os limites institucionais:

³⁰ CadÚnico é o sistema gerenciado pelo governo federal, com dados das famílias brasileiras, e serve de parâmetro para inserção nos programas sociais administrados pelo governo e é fonte de dados importantíssima para o desenho de novos programas sociais, uma vez que retrata a realidade da população brasileira.

[...] é depender do quadro técnico, muito da minha ação foi limitada, eu poderia ter feito muito mais, se eu tivesse essa autonomia para fazer a quantidade de entrevista que eu quisesse fazer, a quantidade necessária, no horário que eu achasse necessário, isso teve uma limitação – “não, os teus horários de ação PAIF, é na quarta e na sexta” – e tu precisa de um acompanhamento técnico para essas entrevistas e nem sempre ela estava com agenda disponível. (ENTREVISTA 3, 2014)

Como visto, o ato ético supõe liberdade. Nesse sentido, Chauí (2012) contribui elucidando que a ação livre necessita de uma possibilidade objetiva para materializar-se. A possibilidade é vislumbrada em um contexto circunstancial, com determinantes, produto de inúmeras objetivações teleológicas, que impõem necessidades – tais como as imposições institucionais – e onde ocorrem fatalidades e acasos.

Diante destas condições impostas, seja pelo processo sócio-histórico, seja pelo acaso ou pela necessidade, como pensar na possibilidade de atos ético-morais no cotidiano do trabalho de assistentes sociais? É possível pensar em liberdade?

Partindo das concepções dos filósofos marxistas Lukács e Goldman, Chauí (2012) refere que:

[...] O possível não é apenas alguma coisa sentida ou percebida subjetivamente por nós, mas é também e, sobretudo, alguma coisa inscrita objetivamente no seio da própria necessidade, indicando que o curso de uma situação pode ser mudado por nós, em certas direções e sob certas condições. A liberdade é a capacidade para perceber tais possibilidades e o poder para realizar aquelas ações que mudam o curso das coisas, dando-lhe outra direção ou outro sentido. (CHAUI, 2012, p. 418)

Tem-se, então, uma concepção que indissociabiliza a necessidade da liberdade. Os atos livres se inscrevem no seio da necessidade, daquilo que está posto no real, e não como atos que dependem apenas da vontade dos sujeitos. Ou seja, a liberdade se materializa na possibilidade de se perceber os condicionantes e encontrar brechas para os nossos atos.

Nesse sentido, como salienta Barroco, “[...] a materialização da ética ocorre na relação entre limites e possibilidades, que não dependem apenas da intenção de seus agentes” (BARROCO, 2013, p. 15). As instituições estão inscritas no contexto econômico, político e social que as condiciona, condicionando o trabalho dos profissionais.

Cotidianamente³¹, há que se estar atentos/as, tecendo análises e buscando compreender o contexto no qual se está inserida/o. Assim, é possível visualizar brechas no contexto objetivo, é possível fazer escolhas através da projeção teleológica, perceber as possibilidades postas no real e se apropriar delas para desenvolver ações com o objetivo de mudar o curso das coisas.

Estas brechas não são estáticas, nem estão postas *a priori*. Faleiros (2011) demonstra que estas não são espaços vazios de poder. Ao contrário, são espaços inseridos nos meandros da correlação de forças, onde há necessidade de articulação entre os trabalhadores das diferentes profissões para mobilizá-los³².

No sistema capitalista vivemos em uma sociedade de classes, onde homem explora homem. Vivemos em uma sociedade onde os meios de produção são de propriedade privada, onde se compra e vende a força de trabalho, em uma divisão social do trabalho. Nesta sociedade a alienação faz parte das condições objetivas e subjetivas da vida cotidiana. (BARROCO, 2010b)

Na sociedade, tal como está estruturada, a objetivação da ética é limitada e há diferentes mecanismos (re)produtores das condições materiais para a (re) produção do sistema (BARROCO, 2010a). Evidencia-se, então, “o processo de coexistência contraditória, de tensão permanente e não linear, de afirmação e negação das capacidades éticas do ser social”. (BARROCO, 2013, p. 7)

Predominantemente, estagiárias/os de Serviço Social estão inseridas/os nas políticas sociais. Historicamente, estas instituições são marcadas pelo autoritarismo, pelo clientelismo, pelo controle e pela burocracia. Historicamente, as/os assistentes sociais são demandados para atuar no controle que o Estado exerce frente à sociedade, por intermédio das instituições, sendo uma de suas principais atribuições fazer com que a população cumpra as normas criadas pelas próprias instituições. (FALEIROS, 2011)

Na vida concreta de homens e mulheres:

[...] essas “circunstâncias” determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações sócio-humanas, as próprias

³¹ “A vida cotidiana é o espaço de reprodução do trabalho do assistente social. As demandas típicas das instituições rebatem na dinâmica da cotidianidade, ganhando consistência, pois a heterogeneidade, a repetição, a falta de crítica, o imediatismo, a fragmentação, o senso comum, o espontaneísmo são atitudes típicas da vida cotidiana, repetidas automaticamente em face da burocracia institucional. Contudo, não é necessário que seja assim”. (BARROCO, 2012, p. 73)

³² Para aprofundar essa discussão, ver Faleiros (2011).

relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas. Não se deve jamais entender a “circunstância” como totalidade de objetos mortos, nem mesmo de meios de produção; a circunstância” é a unidade de forças produtivas, estrutura social e formas de pensamento, ou seja, um complexo que contém inúmeras posições teleológicas, a resultante objetiva de tais posições teleológicas. (HELLER, 2014, p. 11-12)

No complexo circunstancial, resultante de inúmeras posições teleológicas, se inserem novas posições teleológicas que podem direcionar-se tanto para manutenção do estado das coisas como para transformá-las. No cotidiano de trabalho de assistentes sociais e estagiárias/os, é possível apreender as possibilidades de subversão das lógicas institucionais que se apresentam enquanto circunstâncias para, através destas, modificar o modo de operar na intenção de mudar o curso das coisas.

Este movimento se manifestou em diversas narrativas de estudantes. Por exemplo, neste depoimento sobre o Cadastro Único – instrumento apreendido de forma burocrática nas instituições e pelos/as profissionais, segundo a estudante – na Política de Assistência Social, relatou-se:

[...] no cadastro se tu for ouvir as pessoas tem como tu tirar muitas coisas dali. Porque exemplo, as mães sempre viam e tu ia fazendo o cadastro, de acordo com a pergunta que tu fazia, eu estou fazendo o cadastro, não é cadastro que eles chamam – “eu tô fazendo bolsa porque eu não consigo trabalhar, porque não tem onde deixar os meus filhos, porque não tem creche” – isso tu ouvia de várias mães, então é uma demanda da região, não tem creche, tem uma, duas creches comunitárias e mesmo comunitárias elas cobram, aí tu imagina, uma família que a mãe não tem uma renda fixa ter que pagar uma creche para trabalhar, então, ela fica em casa e cuida do filho. Isso é uma das coisas das pessoas que vão lá para fazer o Cadastro Único e não tem nem conhecimento de que elas têm direito ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), que ela pode ser informada ali – “olha você já em mais de 65 anos, o senhor tem direito a uma renda muito melhor que o bolsa família” – além de outras coisas. Tu acabas ouvindo e as pessoas podem ser informadas, se o estagiário que está ali estiver bem informado, bem instruído, ele pode fazer muito mais do que um simples preenchimento de cadastro, que é o que eles querem transformar. (ENTREVISTA 3, 2014)

A apropriação de dispositivos, considerados meramente burocráticos, enquanto possibilidade de intervir com vistas à proteção social e à coletivização das demandas da população atendida, demonstra a disputa de concepções e valores e a forma como é possível apropriar-se das brechas institucionais que não são vazias de poder. Esta disputa é, sobretudo, a disputa sobre a direção ético-política que se deseja imprimir no produto do trabalho.

Para que este movimento se apresente enquanto possibilidade concreta, são necessárias condições objetivas e subjetivas. No cotidiano, “[...] por força do hábito e da repetição, inúmeras coisas são assimiladas sem que se pergunte pelo seu sentido ou se, de fato, elas decorrem de uma escolha verdadeira, consciente e livre” (BARROCO, 2010b, p. 68). O cotidiano de trabalho de assistentes sociais pode ser tanto fonte de possibilidades como de alienação. Ou melhor, pode ser fonte destes dois elementos contraditórios ao mesmo tempo.

Inseridos em diferentes espaços sócio-ocupacionais, estudantes trabalhadores podem ter em seu trabalho fonte de prazer e sofrimento. Como observam Dejours, Abdoucheli e Jayet (2007), o sofrimento e o prazer no trabalho têm a natureza contraditória entre o social e o privado. No privado, porque o sofrimento e o prazer só têm sentido para um indivíduo em particular e no social porque o trabalho tem natureza fundamentalmente social, onde as pressões são as mesmas para todos de um mesmo grupo de trabalhadores.

Além disso, conforme explicam os autores:

A organização do trabalho exerce, sobre o homem, uma ação específica, cujo o impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, esperanças e desejos, e uma organização do trabalho que os ignora (DEJOURS; ABDOUCHELI; JAYET, 2007, p. 133).

Os sujeitos, portadores de histórias individuais singulares, de valores e desejos, ao entrarem para o mundo do trabalho deparam-se com organizações que também possuem histórias, culturas e modelos de produção já construídos, pré-existent à sua inserção. Este choque pode acontecer com o confronto entre o sujeito e diferentes aspectos que envolvem a organização do trabalho – neste caso, o trabalho de assistentes sociais e estagiárias/os – com a população atendida, as relações interprofissionais, a estrutura e os valores da organização, entre outros.

Em uma das entrevistas, uma estudante relata um pouco desta relação entre si e o espaço de trabalho:

E - É porque, eu não tinha vontade de voltar para o campo, entendeu? Acho que essas questões das minhas costas, acho que eu fiquei muito assim tensa, como eu tirei férias, eu não queria ter voltado, entendeu? Acho que se refletiu na minha saúde.

P - Mas o que tem lá que tu achas que te mobiliza a ponto de estar te adoecendo?

E - Eu acho que são as relações do campo mesmo, não com o usuário. Claro que o impacto dessa realidade eu acho que como, quem trabalha na política acho que deveria ter um acompanhamento.

P - Dos trabalhadores, tu queres dizer?

E - Dos trabalhadores, dos estagiários, de todo mundo. Para aguentar tanta situação que vem, mas na realidade os meus questionamentos são mais em relação aos posicionamentos, em equipe, de ver, aham, não sei, é difícil, eu nunca tinha trabalhado no serviço público, já foi difícil porque tinha também a lógica de trabalhar, de produzir e já é diferente quando a gente chega lá. (ENTREVISTA 6, 2014)

A história individual em relação ao trabalho – a estudante relatou ter trabalhado anteriormente apenas no setor privado – entra em confronto com o modo de operar da instituição e o sofrimento gerado a partir deste confronto, no limite, produz adoecimento físico. Nessa situação, o fator predominante que causa sofrimento são as relações interprofissionais e os posicionamentos da equipe, o que leva a estudante a sugerir inclusive que os trabalhadores e estudantes em estágio na instituição tenham algum tipo de acompanhamento para lidar com as situações que aparecem no cotidiano de trabalho.

O confronto entre a singularidade do indivíduo e a organização do trabalho pode gerar sofrimento, bem como criar condições para a reprodução de valores historicamente construídos. Por outro lado, pode criar condições de produção e criação do possível, e não apenas do provável e de reprodução do já feito e já visto.

3.3 O ESTÁGIO E O CAMPO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Apesar de herdeiros de um passado crivado de preconceitos e de instrumentos autoritários na área social, também é possível identificar movimentos de rebeldia e de contraposição a esse passado. (BERENICE ROJAS COUTO)

Como visto, o principal campo de atuação de assistentes sociais é nas políticas sociais, especialmente com a expansão das mesmas marcada pela Constituição Federal de 1988 e, por isso, é necessário compreender – ainda que brevemente – os processos de construção e desmonte das políticas sociais no Brasil e as perspectivas em que estas se pautam para responder à questão social.

A Constituição Federal de 1988 é, sem dúvida, um marco no campo das políticas sociais e dos direitos sociais. Sua construção se desenvolveu mediante uma intensa disputa de projetos. Com avanços e conservadorismos,

O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de “Constituição Cidadã”, de Ulisses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização no Brasil [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 141)

Em suma, enquanto no cenário mundial a tendência que se consolidava era a de retração dos gastos públicos e enxugamento do atendimento as necessidades da população, privatizando-as com medidas neoliberais, o Brasil buscava avançar na consolidação de proteções sociais para todos. É contraditório e paradoxal perceber que um ano após o Brasil posicionar-se para universalização do atendimento à população acontece o Consenso de Washington, com participação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que buscam implementar reformas neoliberais, limitando a intervenção do Estado na busca por um reajuste econômico.

Faz parte deste modelo de ajuste um mercado de trabalho mais flexível, tanto do ponto de vista interno as empresas na gestão da força de trabalho como da relação entre empresas na concorrência. Isso incide em uma desestabilização daqueles assalariados considerados estáveis em seus postos de trabalho, havendo um déficit de lugares ocupáveis e precarização das relações e dos direitos trabalhistas. (CASTEL, 2013)

Essa condição afeta especialmente as juventudes, incidindo em trajetórias marcadas pela alternância entre atividade e inatividade, e na incerteza apresentada pela exigência de flexibilidade. “Essa maneira de habitar o mundo social impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente”. (CASTEL, 2013, p. 529)

Tal condição da realidade contemporânea, manifesta-se na vida concreta de estudantes em estágio e se explicita no seguinte depoimento, onde o estudante relata sua trajetória em relação ao trabalho:

Até 2013/2 eu nunca tinha tido experiência prática no curso, só tinha tido aula. Porque eu sempre precisei trabalhar, eu nunca pude não trabalhar e aí quando eu tive que entrar no [instituição] foi tudo muito louco, porque eu pedi demissão do meu trabalho e o meu trabalho era o que me mantinha na faculdade, enfim, passagem, enfim. Aí eu pedi demissão, entrei no [instituição] que era não remunerado e para poder dar conta das minhas despesas, para eu poder me manter aqui na [universidade], eu entrei no núcleo de pesquisa e entrei no PET, que estou até hoje, eu peguei essas duas bolsas. Para me manter do estágio obrigatório eu tive que pegar mais dois para me manter, para ter uma renda, porque o pai e a mãe não poderiam me manter, enfim, aí eu peguei esses dois estágios. E no início do

segundo semestre do estágio, cortaram a linha do meu ônibus que me levava pra casa, porque eu moro na zona rural de [município], então eu pegava um ônibus no centro de [município] 23:55 que me levava pra casa, então não tinha mais como eu ir pra casa da [universidade], porque, pra eu ir pra casa da [universidade], eu teria que sair às 21:30, 21:45, eu ia perder muita aula e ia acabar reprovando por falta e aí eu precisei começar a vir de carro pra faculdade, só que pra eu vir de carro, essas minhas duas atividades, essas duas bolsas que eu tinha, não ia dar conta de pagar tudo, enfim, gasolina e aí eu precisei pegar mais estágio no Fórum de Viamão, para poder continuar me mantendo aqui e mais o [instituição], então até agosto eu estava vinculado ao núcleo de pesquisa, eu estava no PET, eu estava no Fórum e eu estava no [instituição] e aí agora terminou a minha bolsa do núcleo, eu sai, e estou só com os 3. Mas teve várias implicações e tudo isso que eu faço hoje é pra poder me manter aqui [universidade] e poder fazer o estágio obrigatório. (ENTREVISTADO 4, 2014)

A partir deste relato é possível observar a intensidade de trajetórias precarizadas que buscam bolsas de Iniciação Científica e estágios remunerados como venda da força de trabalho para a manutenção da vida prática e dos estudos universitários. Fica evidente o que Castel (2013) afirma sobre a exigência de flexibilidade, o que faz com que os sujeitos incorporem estratégias fundadas no presente, na manutenção das necessidades imediatas, além do estágio e das bolsas de Iniciação Científica assumirem papel de emprego na vida de estudantes.

O Brasil, como a grande maioria dos países do mundo, adota medidas orientadas pelo receituário neoliberal. Como bem aponta Couto (2010, p. 145), o país adota “a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passem a ser gestados pela iniciativa privada”.

No período de 1985 a 1999 o país transitou por governos democráticos de orientação neoliberal, populistas, assistencialistas e clientelistas, com pequenas variações dependendo de quem estava no poder (COUTO, 2010). O Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) priorizou o ajuste e a estabilidade econômica do país com o Plano Real. “O ambiente é de desacertos pouco favoráveis e tensões entre a adequação ao ambiente neoliberal e as reformas sociais exigidas constitucionalmente”. (YAZBEK, 2012, p. 305)

A contrarreforma do Estado³³ e a transferência de responsabilidades para a esfera privada afeta diretamente o cotidiano de trabalho de estagiárias/os e da

³³ Sobre este tema, ver *Brasil em contrarreforma: desestruturação do estado e perda de direitos no Brasil* (BEHRING, 2003).

população atendida. Como refere uma das entrevistadas sobre a realidade das Casas de Acolhimento que atendem crianças e adolescentes:

E - Ah! outra coisa que eu esqueci de falar, essa questão do investimento a gente percebe que muitas vezes se prioriza o investimento em vagas, em rede conveniada, do que no próprio equipamento público, hoje o município tem 10, 12 na verdade, 10 abrigos residenciais e 2 abrigos que envolvem aquela questão do ato infracional e o uso de substâncias psicoativas. Mas, que são chamadas casas especiais e é isso, sabe? E o resto é rede conveniada. E um desafio muito grande com a rede conveniada é que, é uma conveniada que está operando dentro da política de assistência, mas porém, é uma instituição que tem suas próprias regras, sua missão, enfim, seu estatuto, tudo mais e aí tu chega assim, vamos transferir um grupo de irmãos para lá, ah – que idade tem? eu quero de 3 a 8 e de preferência menina.

P - Eu quero?

E - Sim, as pessoas definem qual é o perfil, eu acho isso muito cruel, o perfil de crianças que elas querem atender. Eu não vou te dizer que são todas as instituições, mas tem de cunho religioso, instituições de bastante tradição, né, nesse serviço com a criança e o adolescente e que fazem isso, a gente vai para reuniões – a gente gostaria de pautar assim e as pessoas dizem: esse perfil a gente não está recebendo. - Como assim tu não está recebendo? Como tu vai dizer que tem um perfil? Isso é muito cruel. E muitas vezes a rede conveniada é a rede que é mais próxima da família. (ENTREVISTADA 2, 2014)

A partir desta relato é possível evidenciar que a transferência gradual das responsabilidades do Estado, no que tange ao atendimento das necessidades da população e a proteção social para a esfera privada, deixa uma grande margem de autonomia para que esta execute a política pautada na lógica do espaço privado e na seletividade. Este movimento é tão perverso que abre espaço para que a seleção de quem terá acesso a determinados direitos de proteção seja pautada em juízos de valor pessoais e/ou institucionais.

Nessa perspectiva, o governo desenvolve políticas pontuais e setoriais voltadas aos segmentos mais empobrecidos. Perspectiva esta que vai ao encontro do que Castel (2013) observou na França: a ampliação da ajuda social voltada às pessoas que, por diferentes motivos, não conseguem acompanhar a dinâmica da sociedade salarial. Assim, corre-se o risco de fazer a gestão social da pobreza, considerando-a um problema que não pode ser superado.

Na década de 90, no Brasil, “[...] as crises foram respondidas por reformas liberalizantes que geraram a ilusão de que o menos (direitos, renda e ocupação) não significaria, em consequência, mais (pobreza, desemprego, precarização)” (POCHMANN, 2010, p. 131). Com isso:

O século XXI se inicia com transformações profundas nas políticas sociais nos países capitalistas centrais. Se não se pode falar em desmantelamento, é inegável que as reestruturações em curso seguem na direção de sua restrição, seletividade e focalização; em outras palavras, rompem compromissos e consensos do pós-guerra, que permitiram a expansão do Welfare State. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 134)

São características deste cenário: a privatização, o aumento do desemprego, a redução de salários, o aumento das desigualdades sociais, entre outros. Os importantes limites no campo das políticas sociais colocaram limites no acesso aos direitos. Essa retração do Estado Social, com movimentos de contrarreforma que desprotege imprime a “insegurança da existência” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 187) desemboca, entre outras coisas, no aumento da violência, especialmente urbana. Contudo, “[...] além da marginalidade urbana, a violência no Brasil encontra uma segunda raiz em uma cultura política que permanece profundamente marcada pelo selo do **autoritarismo**”. (WACQUANT, 2011, p. 12)

No início deste século, o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu o governo do país, sendo a primeira vez que um sindicalista e ex-operário assume a presidência. O governo Lula ficou conhecido por ter iniciado um processo de redução da pobreza e da desigualdade. Dando continuidade ao governo PT, Dilma Rousseff assume a presidência sendo a primeira mulher a assumir este cargo no Brasil.

Este governo assume no momento em que perspectivas de controle dos pobres, refilantropização e capacitação dos sujeitos para que saiam de situações de pobreza (entre outras) sozinhos, se reatualizam e ganham hegemonia. Yazbek (2012) mostra que há uma evidente busca por articular o sistema protetivo do país, principalmente com foco na pobreza, mas ainda com orientações ideológicas de cunho neoliberal. Além disso, a autora lembra que:

[...] permanecem na política social brasileira concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, “primeiro-damistas” e patrimonialistas. [...] Ainda encontramos em nossas políticas e instituições uma cultura moralista e autoritária que culpa o pobre por sua pobreza. (YAZBEK, 2012, p. 310 – grifo nosso)

Ivo (2009) também analisa que no século XXI há um favorecimento do Estado de inspiração liberal, com ações de criminalização e refilantropização da pobreza. Com o foco no sujeito individual e não na estrutura que produz desigualdade, desenvolvem-se políticas e programas com a perspectiva capacitadora dos pobres

para que sejam desenvolvidas suas capacidades e estes consigam encontrar um lugar no mercado de trabalho. Assim, indiretamente atribui-se a responsabilidade da pobreza – ou de sair dela – aos próprios pobres.

Como em geral são nesses programas que atuam assistentes sociais, estes podem contribuir para a reiteração desta lógica de atendimento à pobreza ou para construção de outras formas de intervenção nesta realidade. A objetivação de tal discussão aparece de maneira paradoxal no depoimento de uma das estudantes entrevistadas, quando fala sobre o seu projeto de intervenção voltado às famílias beneficiárias do programa de transferência de renda do governo federal – Bolsa Família:

E - O meu projeto é baseado nas famílias que estão em descumprimentos das condicionalidades em relação à educação e à saúde. Então ele prevê acompanhar essas famílias que estão em descumprimento, através de grupos, através de atendimento individual, para a gente ouvir a família e saber o porquê que elas não estão conseguindo e a partir disso fazer o acompanhamento dessas famílias.

P - Com qual objetivo, assim?

E - O objetivo é que a família consiga manter os filhos na escola, mas não simplesmente garantir que ela mantenha o benefício, porque quando a família ganha o bolsa família e o filho não vai na escola, isso é motivo para bloquear, é uma das condicionalidades do programa do bolsa família. E o projeto, ele prevê acompanhar essas famílias, a família estando acompanhada mesmo que o filho esteja com dificuldade de ir na escola, o profissional, o assistente social ele tem como fazer um recurso no sistema que a gente chama de SICON (Sistema de Condicionalidades do Bolsa Família), justificando porque aquela criança não está indo na escola, mas isso não vai prejudicar o benefício da família, mas precisa de um acompanhamento, a família vai ser acompanhada. (ENTREVISTA 3, 2014)

Se por um lado a estagiária intervém com o objetivo – a intencionalidade teleológica – de garantir os direitos das famílias, por outro lado atua através do acompanhamento dessas famílias como guardiã do Estado em relação ao cumprimento ou não das condicionalidades do programa. Isto é, de maneira paradoxal, pactua-se com os interesses e necessidades da população atendida e a lógica do Estado onde o pobre, para ter suas necessidades mínimas atendidas, precisa ser um “bom pobre”.

Na última década, foi possível aferir um melhoramento nos indicadores sociais, especialmente no que tange às camadas mais empobrecidas da população, e também evidenciar uma redução no desemprego. Por outro lado, a precariedade do trabalho no país é efeito do modelo de gestão incorporado pelo capitalismo financeirizado e mundializado. (ALVES, 2014)

Na consolidação da política social brasileira há evidentes tensões entre o caráter público e/ou privado na saúde, na educação na previdência, e também tendências privadas de cunho assistencial que reatualizam práticas de caridade e benemerência na assistência social. Nos últimos anos, observam-se avanços significativos em relação à proteção social brasileira, mas também refluxos conservadores no seu desenvolvimento e materialização que interferem no cotidiano de trabalho de trabalhadores/as destas políticas, incluindo assistentes sociais e estagiárias/os.

4 ENTRE RESISTÊNCIAS E CONSERVADORISMOS: DILEMAS ÉTICOS DE NOSSO TEMPO E SERVIÇO SOCIAL EM QUESTÃO

A nossa indignação, porém, é bem menor que o medo. Sem darmos conta, fomos convertidos em soldados de um exército sem nome e, como militares sem farda, deixamos de questionar. Deixamos de fazer perguntas e discutir razões. As questões de ética são esquecidas, porque está provada a barbaridade dos outros e, porque estamos em guerra, não temos que fazer prova de coerência, nem de ética nem de legalidade. [...] *Há quem tenha medo que o medo acabe.* (MIA COUTO)

Neste capítulo temos como tônica a análise dos dados da pesquisa, coletados no período entre agosto e novembro de 2014. Se nos capítulos anteriores o acento era os fundamentos teóricos, realizando mediações com as narrativas de estudantes em estágio supervisionado obrigatório, neste, o principal objetivo é explicitar os dados, tecendo interpretações fundamentadas e articuladas com os elementos teóricos apresentados anteriormente.

Enquanto pesquisa qualitativa, este estudo volta-se à compreensão da relação entre ética, trabalho e formação no Serviço Social a partir da investigação realizada. Pela abrangência do tema e limites de uma pesquisa desenvolvida no período de realização do mestrado, esta compreensão nos leva a inferir novas questões, desocultando alguns processos e criando a necessidade de desocultar outros. Isto é, circula entre características de uma pesquisa compreensiva e explicativa, mas em certa medida o estudo apresenta caráter fundamentalmente exploratório. Além do mais, a pesquisa qualitativa “não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão”. (MORAES, 2003, p. 191)

A análise textual discursiva (MORAES, 2003) propõe quatro principais momentos. O primeiro, a desmontagem dos textos, busca através de uma leitura atenta do *corpus* textual de análise perceber as unidades constituintes do texto por meio de suas unidades de significado ou de sentido. A leitura do *corpus* textual desta pesquisa foi bastante desafiadora. As narrativas e depoimentos coletados tratam, sobretudo, de valores ético-morais o que põe em questão os valores ético-morais da própria pesquisadora.

Na primeira leitura realizada se manifestaram sentimentos de apaixonamento, indignação, raiva, negação e euforia. Entretanto, como já foi dito anteriormente, não é a intenção aqui avaliar o que as/os estudantes estão fazendo em seus espaços de

estágio, nem fazer julgamento de valor sobre os valores que fundamentam o agir destas/es. Por isso, é fundamental o reconhecimento de que o sujeito-pesquisador não é neutro e que toda leitura é, em certa medida, uma interpretação com base em referências não apenas teóricas, mas também humano-sociais construídas na trajetória pessoal do/a pesquisador/a.

Uma primeira leitura do *corpus* textual de análise ao mesmo tempo em que mostra, esconde as unidades de significado. Por isso esta etapa da análise foi intensa e cuidadosa para, após, possibilitar a categorização dos dados em conjuntos mais complexos – segundo momento da análise textual discursiva.

No processo de categorização, muitos dos dados revelaram unidades de sentido híbridas entre as categorias explicativas deste estudo: ética, trabalho e formação no Serviço Social que, de forma interconectada, apresentam dimensões como: responsabilidade, moralização, produção e reprodução de valores, precarização do trabalho, criticidade, cotidianidade, entre outros. Para estruturar o pensamento e auxiliar na visualização das categorias emergentes dos dados de pesquisa, elaboramos um quadro³⁴ que mostra a conexão das categorias explicativas da realidade e as categorias primárias, intermediárias e finais.

No terceiro momento, procuramos captar o novo emergente a partir do todo, de uma nova ordem que começa a emergir da desordem apresentada na categorização dos dados. Após a fragmentação necessária na categorização, a (re)leitura da totalidade em uma nova organização possibilita uma compreensão renovada do todo, sobre a qual se evidenciam os *metatextos* – produtos da aproximação dos sistemas complexos auto-organizados. (MORAES, 2003)

São os metatextos que, neste estudo, expressam a conexão entre as categorias e as unidades de sentido, tais como: o pragmatismo, a distância entre o discurso e a ação, as dificuldades de mediação teórico-prática consciente, conservadorismo e resistência. Estes *metatextos* não se apresentam em um fragmento de dado específico, e sim na compreensão renovada do todo, o que leva ao último momento da análise textual discursiva (MORAES, 2003): o processo auto-organizado na emergência de novas compreensões sobre o tema estudado.

Os dados de pesquisa que formam o *corpus textual*, conforme dito na introdução deste trabalho, foram coletados em duas etapas. Na primeira etapa foi

³⁴ O Quadro das categorias encontra-se no Apêndice B.

aplicado um questionário onde cada estudante respondeu, em relação a três casos diferentes, como analisa tal situação e diante desta o que faria. A seguinte sistematização, apresentando cada caso e os principais elementos que emergiram das respostas de cada um destes, pode facilitar que o/a leitor/a visualize a quais situações os trechos de textos estão respondendo:

Quadro 1 - Caso 1 apresentado no questionário de pesquisa

CASO 1 - Rafael, adolescente de quinze anos foi pego vendendo maconha na Escola Municipal onde estuda. Joana, mãe solteira de Rafael, já havia buscado atendimento no CRAS do território em função do Bolsa Família, que fora bloqueado por motivo de faltas do adolescente na Escola um mês antes do ocorrido.

Preocupada, a professora da escola de Rafael acionou o serviço onde você trabalha referindo que o jovem, além da venda de maconha, apresenta "sinais claros" de desnutrição e comportamento violento. Ao ser solicitada sobre outras informações em relação ao caso, a professora explicou que Joana já fora chamada à escola, mas referiu não poder comparecer. Justificou que trabalha todos os dias como diarista em casas de "famílias ricas", em uma região distante do bairro onde reside em Porto Alegre, que recebe um valor alto pela diária e um dia que não trabalha acarreta em prejuízo significativo.

Refere, também, que Joana possui mais uma filha de quatro anos que fica na creche comunitária durante o dia e é buscada pelo irmão, que cuida da menina até a mãe chegar do trabalho. A professora chamou Rafael para conversar e o ameaçou de chamar a polícia se a situação se repetisse.

A professora passa o número do celular de Joana e seu endereço, e pede que você dê atenção ao caso. Você, enquanto estagiária (o) de Serviço Social, tenta ligar para Joana por 4 vezes, duas em um dia e mais duas em outro, mas não consegue contato. Uma das vezes chama e ninguém atende e nas outras três o telefone está desligado.

Fonte: A autora (2014)

As respostas referentes a este caso foram bastante semelhantes, com um certo consenso em relação ao que deveria ser feito e aparentemente sem tensionar dilemas éticos. Demonstram a mobilização de estagiárias/os na tentativa de viabilizar o atendimento a esta família, sendo possível perceber certo grau de responsabilização pela situação a partir do momento em que são acionados para intervir. Poucas/os estudantes teceram algum tipo de análise da situação apresentada e as estratégias de intervenção foram, em geral, elaboradas para a articulação com as redes de serviços e para a feitura de encaminhamentos.

Além deste caso, foram apresentados mais dois, como segue:

Quadro 2 - Caso 2 apresentado no questionário de pesquisa

CASO 2 - Carla, 14 anos, chega ao serviço onde você trabalha para “pedir ajuda” pois acaba de descobrir que está grávida de 9 semanas e vive em situação de pobreza. É acompanhada pela mãe, Valéria, de 30 anos, que refere estar muito nervosa com a situação da filha. Além das duas, os filhos mais novos de Valéria – um com 11 meses e o outro com seis anos – vão junto ao atendimento.

Durante a entrevista, Valéria quase não deixa Carla falar. De início questiona à você se, caso a filha tenha que faltar a escola para ganhar o bebê, eles perderão o Bolsa Família? Relata que há um ano reside sozinha com os filhos, desde que o segundo companheiro, pai dos filhos mais novos, foi preso por ter roubado um relógio em uma relojoaria no centro de Porto Alegre.

Explica que o marido começou a beber muito desde que perdeu o emprego de frentista, há 5 anos, tornando-se um homem “muito irritado” em casa. Refere que ele era um “homem honesto”, mas mudou muito desde que ficou desempregado porque “é uma humilhação para um homem não colocar dinheiro em casa”.

Você observa que o filho mais novo de Valéria, que encontra-se em seu colo e sem sapatos, está com ferimentos nos pés. Ao ser questionada sobre isso, a usuária diz: “nossa casa é muito pobre, tem ratos lá. E essa gurria ainda engravidada. Vai ser mais um bebê para ser roído por ratos”.

Nesse momento Carla interrompe a mãe, puxando o irmão de seis anos que se encontrava sentado no chão brincando com um pedaço de papel para perto de si, e pergunta à você se achas que ela deveria “tirar o neném”.

Fonte: A autora (2014)

Este é um caso bastante complexo, com diferentes fatores envolvidos. As respostas são as que em maior nível mobilizam valores morais das/os estagiárias/os, tensionando preconceitos e concepções construídas socialmente, especialmente no que se refere às relações de gênero. Isso porque se trata de um caso que apresenta as relações e dificuldades de uma mãe e uma filha – duas mulheres – e também porque se trata de estudantes em Serviço Social, uma profissão tradicionalmente feminina que reproduz em seu caldo cultural modelos, concepções e hábitos atribuídos em uma sociedade patriarcal ao feminino, como o cuidado, a higiene, a caridade e a responsabilidade pela maternidade.

O principal dilema ético neste caso – e, em geral, no estudo como um todo – percebido pelas/os estudantes enquanto tal é a situação de possível aborto, onde Carla questiona a opinião da/o estagiária/o que está a atendendo sobre isso. Se por um lado algumas respostas omitiram esta questão, abordando o caso de forma pragmática e intervindo com encaminhamentos, em outras respostas os sujeitos assumiram posturas fiscalizatórias e policiais, assumindo o papel de “orientar” e “explicar” sobre o fato de o aborto ser crime no Brasil, sobre a responsabilidade

materna e paterna, ou tentando garantir acesso a programas e benefícios como se, quase que em pensamento mágico, fossem resolver a situação da família e evitar o possível aborto.

Já o caso 3 aponta para os seguintes desafios:

Quadro 3 - Caso 3 apresentado no questionário de pesquisa

CASO 3 - Manuel, 52 anos, encontrava-se em situação de rua havia 9 anos, tendo estado por duas vezes em Abrigos durante este período. Algumas vezes, no inverno, Manuel procurava Albergues para se proteger do frio. Também há registro de atendimento em uma Unidade Básica de Saúde por suspeita de pneumonia. Em um atendimento, o usuário contou que veio do interior do Estado para Porto Alegre nos anos 80, do século passado, em busca de emprego na área de construção civil, sendo incentivado por um tio que já residia na capital. Manuel trabalhou como pedreiro durante 18 anos até sofrer um acidente e ter uma lesão grave no joelho da perna esquerda. Manuel relata que nesta época era casado e tinha 3 filhas mulheres, sendo sua responsabilidade sustentar a casa. Após o acidente, começou a beber “para ajudar a trabalhar”. Sem sucesso, ficou desempregado e a busca por outro emprego tornou-se cansativa e inútil. O usuário falou, também, sobre a humilhação de não ter emprego e não ter condições para sustentar a família. Com o tempo começou a beber cada vez mais e refere já ter utilizado outras drogas. Por vezes pegava dinheiro da bolsa da mulher – que trabalhava como operadora de caixa de supermercado – para comprar cachaça. Tornou-se um homem agressivo e, segundo ele, “muito nervoso”. Humilhado e sem dinheiro foi para rua. Conheceu pessoas que começaram a ajudá-lo com prato de comida, começou a trabalhar eventualmente “juntando latinha” e assim ganha algum dinheiro. Manuel refere que continua bebendo e que não tem vontade de parar. Sua filha mais velha tentou entrar em contato com ele algumas vezes, mas Manuel diz que não quer mais ver a família e demonstra dificuldade de falar sobre isso. Em contato com profissional da rede de serviços, foi relatado à você que Manuel “é do tipo que não adere” a tratamentos e acompanhamentos que são oferecidos. Você o encaminhou ao CAPSad e um enfermeiro do serviço avisou que ele não compareceu à consulta. Além disso, em um mês que está abrigado, Manuel já está com duas faltas. O usuário reclama das normas do local, dos horários impostos e da comida. Por outro lado, diz que quer ter “uma oportunidade para melhorar na vida” e sair da rua.

Fonte: A autora (2014)

As respostas a este caso são as que mais apresentam tentativas de análise da situação, ainda que de forma vaga e por vezes vitimizando o sujeito. O que propicia as análises é a relação direta que a situação apresenta entre capital e trabalho, tendo como centralidade a categoria trabalho, perpassando diferentes

momentos da história social de Manuel. Este é um conteúdo vastamente estudado no Serviço Social, criando condições para que as/os estudantes façam análises a partir de uma situação individual e específica.

As análises realizadas pelas/os estagiárias/os criam condições para a projeção teleológica de intervenções mais abrangentes, que extrapolam o consenso em relação ao papel do Serviço Social em encaminhar e articular com as redes de serviço, ainda que estas modalidades estejam presentes. Neste caso, aparece com mais densidade certo movimento de construir junto com o sujeito, pensar junto, buscar estratégias de intervenção de acordo com seus desejos e necessidades. Ou seja, apresenta um cuidado ético com a liberdade do outro de fazer escolhas, de autonomização de sua trajetória, assumindo responsabilidade pelo atendimento e pela construção de perspectivas.

A relação do usuário com as normas institucionais foi elemento da situação apresentada que provocou dualidade de posições nas respostas. Enquanto algumas apresentaram a compreensão em relação às dificuldades do sujeito em “aderir” e/ou cumprir as normas institucionais, questionando modelos de usuário ideal e perspectivas de adequação destes aos espaços, outras tenderam a reproduzir perspectivas de aconselhamento, adequação e defesa dos interesses institucionais.

Todos estes casos situam-se em um dos níveis do trabalho de assistentes sociais: o atendimento direto às/aos usuárias/os dos serviços e instituições nas quais o profissional se insere. Com isso, neste estudo abordamos – não apenas, mas principalmente – os posicionamentos e atos de estagiárias/os em relação aos dilemas éticos, postos pela condição própria e tradicional da profissão que é a relação direta com sujeitos singulares e coletivos; relação esta permeada por concepções de mundo, lugares de exercício do poder, valores, perspectivas, linguagens, saberes, ideologias, conhecimentos diferentes e afetos.

O atendimento direto a usuários não é o único plano de intervenção profissional que envolve dilemas éticos e que movimenta valores e concepções. Mito e Lima (2009), buscando problematizar a dimensão técnico-operativa do trabalho profissional articulada com a dimensão teórico-metodológica e ético-política, sistematizam três possibilidades de processos interventivos: os processos político-organizativos, os de gestão e planejamento e os socioassistenciais. Estes três processos interventivos podem ser exercidos através da contratação em uma

mesma instituição. Isto é, não é apenas a instituição contratante que vai determinar que processos interventivos assistentes sociais irão exercer.

Além destes, assistentes sociais exercem processos interventivos educativos na relação com profissionais de outras áreas do saber, com usuários, com gestores, entre outros, mobilizando conhecimentos próprios da profissão. Porém, a dimensão educativa da profissão é mais claramente explicitada quando a/o assistente social exerce as seguintes atribuições privativas, de acordo com a Lei que Regulamenta a Profissão, em seu artigo 5:

Art. 5 - Assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social. (BRASIL, 1993)

Estas práticas exigem de assistentes sociais saberes sobre processos de ensino e aprendizagem, pois congregam processos propriamente educativos e pedagógicos. Entretanto, visto que são atribuições privativas de assistentes sociais, ao assumir ocupações no magistério e na supervisão, estes profissionais necessitam estabelecer diálogos entre saberes para apreender formas de ensinar que venham a convergir com os fundamentos éticos e políticos do Serviço Social.

Embora os questionários se voltem para os processos interventivos socioassistenciais e, com isso, este seja mais presente neste estudo, as entrevistas são mais abrangentes possibilitando discutir outros níveis de intervenção profissional e outros elementos que compõem a discussão ética. Nas entrevistas, foi possível aprofundar elementos que emergiram dos dados coletados através dos questionários, e outros como as condições de trabalho nos campos de estágio, o lugar que estagiárias/os ocupam nas instituições, os valores e concepções em disputa, as motivações para escolha profissional e o papel da formação profissional na formação ética e ressignificação de preconceitos.

A análise dos dados é orientada pela perspectiva de ética abordada no segundo capítulo deste trabalho, articulando-se com elementos já explorados no decorrer do estudo, mas também trazendo novos aspectos para a discussão. De forma abrangente, os metatextos que emergiram dos textos produzidos através dos questionários de pesquisa e da transcrição das entrevistas expressam tanto tendências conservadoras, que se reatualizam no Serviço Social e nas instituições

em que o trabalho de estagiárias/os se realiza, como resistências ao caldo cultural conservador. De forma intrinsecamente conectada, o conservadorismo e a resistência aparecem, por vezes, em um mesmo fragmento de fala de alguns participantes da pesquisa.

4.1 FORMAÇÃO PELO TRABALHO: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

Somos, enfim, o que fazemos para transformar o que somos. A identidade não é uma peça de museu, quietinha na vitrine, mas a sempre assombrosa síntese das contradições nossas de cada dia. (EDUARDO GALEANO)

A formação profissional é um processo contínuo que se relaciona à formação social do sujeito anterior ao ingresso no curso de Serviço Social, as experiências de vida, os conteúdos trabalhados ao longo do curso, a forma como estes conteúdos afetam e transformam os sujeitos, as experiências profissionais, entre outros. O estágio supervisionado obrigatório é o momento da graduação em que se constroem algumas sínteses de aprendizagem, com base na experiência no cotidiano de trabalho, tendo como objetivo desenvolver competências e habilidades para o exercício profissional fundamentado ética, política, teórica e tecnicamente. Entendendo que a formação profissional não se esgota na finalização do estágio ou da graduação em Serviço Social, abordamos neste subcapítulo alguns elementos que perpassam este momento específico da formação.

4.1.1 Formação profissional: avanços e desafios

A formação profissional em Serviço Social mobiliza aspectos teóricos, técnicos e éticos. A discussão ética, para além de seus aspectos legais no âmbito da profissão, que se explicitam no Código de Ética e são tratados em disciplinas sobre ética profissional, precisa perpassar a totalidade da formação profissional, sendo transversal nas disciplinas e no estágio supervisionado obrigatório. Nesse sentido,

[...] quando pensamos na dimensão ética, tal como conquistado nas Diretrizes Curriculares de 1996, somos levadas a questionar o que significa formar assistentes sociais num contexto de grande investimento pelas classes dominantes e Estado, na socialização de um universo ideológico e cultural, particularizado na defesa dos interesses do capital e na ruptura

com valores civilizatórios, cuja consequência mais imediata é o massivo esvaziamento das capacidades críticas e da problematização em torno da intervenção profissional. (SOUSA; SANTOS; CARDOSO, 2013, p. 36)

A formação profissional em Serviço Social, na contracorrente do modelo de educação bancária (FREIRE, 2015), que reproduz modelos de apreensão acrítica de conhecimentos, precisa problematizá-los para que seja possível questionar a moral e a ideologia vigente incorporada, provocando o esvaziamento das capacidades críticas e de problematização. Isso é bastante desafiador, visto que a moral individual das/os estudantes “[...] é parte de uma educação moral anterior à formação profissional, que inclusive a influencia, pois pertence ao processo de socialização primária, onde tende a reproduzir tendências morais dominantes”. (BARROCO, 2013, p. 13)

A educação moral anterior ao ingresso na formação profissional, relacionada a outros fatores da vida dos sujeitos, influencia na construção de seus projetos individuais e na projeção de suas escolhas profissionais. As escolhas profissionais são permeadas por expectativas, sonhos e desejos. Exteriorizam a autoimagem que o sujeito faz de si, aquilo que entende que pode fazer bem e com prazer, mas também relaciona-se com a imagem projetada pela relação com os outros – família, amigos/as, comunidade em geral – e a imagem social da profissão que o sujeito escolhe.

O Serviço Social, que tem historicamente sua imagem vinculada à ajuda e à caridade, atrai sujeitos que trazem motivações relacionadas a estes aspectos, como mostrado no subcapítulo 2.2. É na convergência da imagem construída socialmente sobre uma determinada profissão e as motivações internas dos sujeitos que se desenvolvem as escolhas profissionais.

Por isso, é necessário conhecer a história social das/os estudantes, o lugar de onde falam, suas bagagens culturais, valores e possibilidades de acesso, para então mediar com os conhecimentos trabalhados nas disciplinas, provocando sentido na vida destes sujeitos. Isto é, “[...] o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar” (FREIRE, 2015, p. 34-35)

Os dados desta pesquisa mostram, ainda, outros elementos que incidem nas escolhas profissionais.

Bom, [silêncio] eu descobri muito tarde isso, que eu tinha essa vocação para o Serviço Social. Na verdade me chamava muito essas questões, eu ficava muito perturbada, digamos assim, com algumas injustiças na sociedade, isso já me perturbava há muito tempo, antes mesmo de pensar em entrar para o curso de Serviço Social. [...] isso me chamava à luta mesmo, eu não entendi o porquê desta desigualdade, pobreza e riqueza, essas questões me chamavam muito a atenção e me deixavam perturbada de não encontrar resposta, me perturbava mesmo. [...] Na verdade, ham, eu tenho, também, princípios religiosos da Igreja Católica, então, eu tenho alguns princípios religiosos, mas não era só isso, que eu trazia comigo, eu tinha essa questão na minha cabeça. Porque que essa pessoa fez isso? Né? Então, assim, quando ela falava que ela tinha vontade de bater, eu me manifestava de uma outra maneira, mas porquê? (ENTREVISTA 1, 2014)

É curioso observar que a profissão ainda é vista como uma vocação, termo que vem do latim *vocare*, que significa *chamar* – refere-se a um chamado divino ou alguma qualidade, aptidão e habilidade natural do indivíduo. Esta estudante declara possuir valores religiosos da Igreja Católica e talvez isso justifique a escolha do termo ao se referir à sua escolha profissional.

Diante do exposto, observamos que, quando a escolha pelo Serviço Social é motivada pela moral do indivíduo, os valores que a fundamentam são relacionados à alteridade, ao desejo de fazer algo pelo outro e/ou por inquietações que provocam a necessidade de entendimento do lugar e da história do outro. Nesse sentido, o desejo de ajudar pode ser interpretado não apenas como *ajuda cristã*, amplamente criticada no âmbito da profissão. O desejo de ajudar é, antes de tudo, o reconhecimento do sofrimento do outro que mobiliza internamente o sujeito e o faz querer intervir – é o início da manifestação ética da alteridade.

Com a abertura do curso de Serviço Social na UFRGS e com a possibilidade de ingresso em universidades privadas como a PUCRS através do ProUni, outros elementos agregam-se à escolha pela profissão.

[...] eu precisava de um curso noturno, na [universidade] porque eu não tinha condições de pagar, aí eu fui olhar os currículos, olhei de todos, olhei Psicologia, olhei Biologia, Educação Física, olhei um número de currículos e o que eu mais gostei foi do Serviço Social, aí eu fiz vestibular para Serviço Social. (ENTREVISTA 5, 2014)

Dimensões concretas da vida também interferem na escolha profissional, como a necessidade de um curso noturno, tendo em vista ser estudante trabalhador/a e a impossibilidade de pagar pelo curso. Diante das alternativas possíveis, tendo estas duas condições necessárias, a estudante opta pelo Serviço Social fundamentada no currículo do curso.

Assim, também é preciso questionar: o que leva à identificação com o currículo do curso? Manifestam-se valores diferentes do que com a identificação da imagem social construída sobre a profissão?

[...] eu me inscrevi para Ciências Sociais, porque eu queria, porque queria ser sociólogo, porque eu tinha um professor era muito bacana no ensino médio que era sociólogo, aí eu passei e comecei a fazer Ciências Sociais 2011/1. Só que o curso, sim, eu tinha uma outra visão do que era Ciência Social, e eu me decepcionei muito, ali nas Ciências Sociais, porque, enfim, não me adaptei às cadeiras, não me via fazendo aquilo que eles falavam que faziam. E aí, eu meio que entrei em crise, o que eu vou fazer da vida? Eu sempre quis ser isso e agora não quero mais. E aí, eu tinha pensado trocar para a Psicologia ou qualquer outro curso, mas Psicologia foi a primeira coisa que surgiu. E aí, eu conheci umas meninas que na época faziam Serviço Social e elas me falaram do Serviço Social, como era o curso, como funcionava e eu me interessei, achei bacana.

P - Antes tu não conhecias?

E - Não. Nem sabia da existência do curso. E aí, comecei a pesquisar, entrei no site da faculdade dei uma olhada, e o que mais me chamou a atenção foi a possibilidade dos campos de atuação que a gente tem. [...]. E eu achei isso incrível, poder trabalhar na saúde, na assistência, na habitação, na educação, sabe? (ENTREVISTA 4, 2014)

A identificação com a proposta e o currículo do curso parece crescente e convida para a profissão sujeitos que não a conheciam, não possuíam referências *a priori* sobre o exercício profissional. Entretanto, ainda nestes casos se manifestam motivações de alteridade, como se pode observar pela identificação com os campos de atuação que necessariamente voltam-se ao outro e ao social.

As escolhas profissionais podem ser frustradas diante da aproximação com os reais valores, conteúdos e possibilidades de atuação da profissão. Por isso, além de evidenciar o que motiva estudantes a cursarem o Serviço Social, precisamos compreender o que faz com que permaneçam no curso e sustentem essa decisão.

[...] eu fui me envolvendo, vendo diferente, uma forma de ver diferente que eu não via antes, da garantia de direitos dos usuários. Fui quebrando alguns preconceitos que a gente traz junto e aí fui me envolvendo cada vez mais, assim, não fui ficando por ficar. (ENTREVISTA 6, 2014)

[...] a aproximação com políticas, que a gente tem que estudar bastante a legislação, assim, mais as políticas públicas e sociais, ham, o materialismo dialético-crítico, Marx também, me ajudou muito a sair do senso comum, a me ajudar a ter uma nova noção de realidade, a compreender muita coisa que eu não compreendia, a entender muita coisa que eu não entendia antes, olhava aquilo mas não tinha toda essa dimensão conceitual, contexto histórico e tal. (ENTREVISTA 5, 2014)

A identificação com o curso, através de sucessivas aproximações com os conteúdos trabalhados nas disciplinas e com os campos de atuação da profissão, ganha concretude quando provocam sentido na vida dos sujeitos; rompem preconceitos, ampliam os fundamentos da análise da realidade e ultrapassam o senso comum, descobrindo formas de intervir na realidade.

Para que isso ultrapasse a construção de um discurso socialmente aceito na profissão e ganhe materialidade no exercício profissional, a formação profissional em Serviço Social não pode ser conteudista, isto é, precisa ultrapassar o caráter informativo e assumir o caráter formativo, instaurando posturas reflexivas, questionadoras e críticas. Defendemos a transversalidade ética no curso, onde deve ser papel das/os docentes criar as condições necessárias para superar o senso comum e o pensamento construído no cotidiano através da reflexão ética, evidenciando os dilemas éticos – que estão presentes nos conteúdos de todas as disciplinas –, os nós, os pré-conceitos e construindo, junto com as/os estudantes, possibilidades de incorporar uma *atitude filosófica*.

[...] A primeira característica da atitude filosófica é negativa, isto é, um “dizer não” aos “pré-conceitos”, aos “pré-juízos”, aos fatos e às ideias da experiência cotidiana, ao que “todo mundo diz e pensa”, ao estabelecido. Numa palavra, é colocar entre parênteses nossas crenças para poder interrogar *quais são suas causas e qual é o seu sentido*. A segunda característica é positiva, isto é, uma interrogação sobre *o que são* as coisas, quais as ideias, os fatos, as situações, os comportamentos, os valores, nós mesmos. É também uma interrogação sobre *o porquê* e *o como* disso tudo e de nós próprios. (CHAUÍ, 2012, p. 21 – grifos da autora)

A atitude filosófica em sua face positiva e negativa se constitui na atitude crítica da vida cotidiana. É indagar os valores constituídos historicamente, tanto na história das instituições como em nossa história individual. É indagar o como e o porquê das coisas, sem aceitar de pronto o que está estabelecido.

A formação profissional não tem condições de construir conhecimentos sobre todos os aspectos que envolvem a vida social e o cotidiano de trabalho de assistentes sociais. Entretanto, assumindo uma atitude filosófica no cotidiano e nas relações, incorporamos a necessidade de ultrapassar aquilo que está posto, que é consenso, as verdades construídas no pensamento comum em relação a concepções, valores e/ou modos de intervir. Incorpora-se, também, a necessidade de pensar sobre nós mesmos, sobre por que somos de tal forma, por que pensamos

assim e atuamos assim; e, a partir disso, buscar constante aprimoramento e conhecimentos que possibilitem ser diferente, fazer diferente.

Nesse sentido, defendemos a formação:

[...] não só de um profissional, mas de um sujeito social que terá na graduação a possibilidade de rever seus valores e práticas, suas posturas na relação com o outro, mas sobretudo superar, dentre outras questões, entendimento formulado no senso comum do Serviço Social, da sociedade, do papel do Estado, das necessidades sociais e dos interesses dos indivíduos. (SOUSA; SANTOS; CARDOSO, 2013, p. 49)

A formação ética associada à incorporação da atitude filosófica precisa superar visões fragmentadas do sujeito e se preocupar com a formação integral. Se determinado sujeito exerce atitudes machistas em suas relações pessoais, se defende posicionamentos fundamentalistas em suas posições político-ideológicas, se possui preconceitos em relação à raça, gênero, etnia, identidade sexual, classe e outros, estas concepções, posicionamentos e valores atravessam o exercício profissional e tendem a se reificar devido às próprias características da vida cotidiana.

A primeira transformação que a teoria precisa operar é no interior dos sujeitos que a estudam, ampliando os fundamentos da análise da realidade e a habilidade de intervir nela. O relato a seguir exemplifica este processo:

[...] eu acho que quando a gente fala em ética, às vezes a gente não tem muita noção, assim, do que é a ética? Mas aí tu vai trabalhando e passa a ter noção dos teus próprios valores, passa a te vincular a projetos, isso é muito bom também, de tu ir te vinculando a um projeto profissional, que diz da sociedade o que tu quer, um projeto societário. [...] a gente sempre pensa, eu quero uma sociedade melhor, mas quando a gente vai pensando isso, a partir de conhecimento, de referencial teórico, na hora que tu vai te vinculando a esse projeto profissional, tu vai vendo que essa sociedade que tu quer mais igualitária, mais equitativa, né? Uma sociedade que tenha essa questão da liberdade, mas não essa liberdade cerceadora e que se tenha mais acesso a direitos, garantia de direitos. Quando eu tento buscar isso no meu cotidiano, eu procuro pensar assim, como eu te disse, sempre achei uma violência institucional essa questão da triagem com as crianças, de muitas vezes fechar porta pra família. E eu acho, sim, que os espaços têm que ser para tentar garantir direitos e eu sempre busquei no meu cotidiano, eu acho que isso é o que eu faço com a vinculação do projeto de sociedade que eu quero e que é vinculado com o projeto profissional do serviço social também. (ENTREVISTA 1, 2014)

O encontro dos desejos, motivações e indagações dos sujeitos, com a formação oferecida pelos cursos de Serviço Social, ganha materialidade

teórico/prática quando o Projeto Ético-Político da profissão entra em convergência com a (re)construção da projeção teleológica que o sujeito elabora para a sociedade, tornando-se uma unidade múltipla possível de ser objetivada em atos com direcionamento ético-político.

Afinal, “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá, blá, blá e a prática, ativismo” (FREIRE, 2015, p. 24). Por isso, defendemos uma formação questionadora, crítica e curiosa que possibilite as/aos estudantes refletirem sobre os valores que incorporaram ao longo de suas histórias pessoais. Assim, torna-se possível ir, pouco a pouco, construindo sínteses superadoras, ressignificando valores, assumindo posturas éticas, posicionamentos críticos, aproximando os discursos dos atos.

4.1.2 Mediações possíveis em estágio supervisionado obrigatório

O ensino da prática e a mediação teórico-prática, segundo as Diretrizes Curriculares (1996), precisa estar presente em todo o processo formativo de assistentes sociais. Embora seja verdade que “não se pode afirmar que há ‘um lugar’ específico do ensino da prática no currículo” (SANTOS; PINI, 2013, p. 138), o estágio supervisionado obrigatório é um espaço privilegiado para esta mediação.

A própria estrutura do estágio supervisionado, e especificamente o estágio supervisionado obrigatório, nos modelos propostos pelas Diretrizes Curriculares (1996) e pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2013), traz, para esse momento da graduação em Serviço Social, alto nível de responsabilidade no que tange às mediações teórico-práticas objetivadas em uma *práxis possível* nos espaços de inserção de estagiárias/os, atuando em matéria de Serviço Social.

Além dos valores e do posicionamento ético-político da categoria profissional, outros princípios devem orientar a realização de estágios supervisionados (obrigatórios e não obrigatórios) em Serviço Social. Entre estes, destacamos: a articulação entre formação e exercício profissional, a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e de campo, a articulação entre universidade e sociedade e o princípio da “**unidade teoria-prática**, na medida em que o estágio, como atividade acadêmica, a evidencia como processo dialético entre dimensões que não se equalizam, mas são indissociáveis” (ABEPSS, 2013, p. 13)

Nesse sentido, “a supervisão de estágio, ao articular formação e exercício profissional, abarca a compreensão, a análise, a proposição e a intervenção em processos sociais, compondo a dinâmica da relação entre teoria e realidade” (LEWGOY, 2010, p. 45). A reflexão construída no processo de supervisão sobre a experiência vivida possibilita que estudantes incorporem posturas ético-políticas nos espaços de atuação, construindo aspectos da identidade profissional e saberes que serão levados por toda a trajetória profissional.

Na apreensão de estudantes participantes da pesquisa, tanto supervisores de campo como acadêmicos possuem importante papel construção de um modo de pensar que indissociabilize teoria e prática, como podemos observar nas seguintes narrativas:

[...] eu tenho um pouco de dificuldade nessa parte desse *link*, teoria e prática, eu ainda estou, na verdade está despertando nesse semestre. Então, por exemplo, quando eu estou em um atendimento, quando eu estou questionando alguma coisa com a supervisora de campo, por exemplo, eu consigo já lincar com a alguma coisa, com um texto que eu já vi, por exemplo, o grupo. [...] então isso ficou bem marcado pra mim, essa disciplina de grupos, porque justamente quando eu entrei no campo e comecei a acompanhar os grupos, eu estava fazendo essa disciplina. (ENTREVISTA 1, 2014)

Claro, a gente aprende na aula, a professora fala como que vai ser na hora, o que tu tem que fazer, o que tu tem que ser, mas é diferente. Tu chega e não adianta, tu ali de frente pro usuário, até tu recapitular tudo, o que tu já aprendeu e tal para materializar isso é bem diferente. (ENTREVISTA 5, 2014)

A supervisão de campo é aquela que está mais próxima do sujeito em exercício profissional, no cotidiano de trabalho. Vive junto com a/o estagiária/o os dilemas, as dificuldades e possibilidades do campo de atuação e das demandas que chegam até este. Observamos que além da supervisão, também as disciplinas realizadas concomitantemente ao estágio possibilitam a visualização objetiva das mediações entre teoria e prática; como se mostra nestes trechos de fala, a apreensão do *como fazer* o uso de um instrumento e de como objetivar em ato, na relação direta com os usuários, o processo interventivo.

Nessa perspectiva, é papel da supervisão de estágio a mediação dos saberes adquiridos em sala de aula com as situações e saberes constatados na prática, possibilitando que a/o estudante ultrapasse o senso comum e encontre alternativas para as situações (LEWGOY, 2010), sejam elas vivenciadas e/ou atendidas.

A supervisora ou o supervisor de campo tem papel fundamental no processo de construção da identidade profissional (LEWGOY, 2010), por ser aquele profissional que a/o estudante tem mais proximidade no dia a dia. Este papel pode ser positivo ou negativo. Isto é, pode se apreender modos de ser que se quer incorporar, o que deseja-se ser e fazer, ou o contrário, aquilo que não se quer ser e/ou fazer.

Meu medo maior era não pegar um supervisora de campo boa, porque eu não tinha nenhuma bagagem, eu nunca fiz estágio [...] cheguei totalmente despreparada, mas tive a sorte de ter **uma supervisora de campo muito boa**, me deu toda assistência possível, ela é muito boa mesmo no que ela faz, compreende bem as técnicas de entrevistas e tal, de operacionalização mesmo assim do serviço, ela tem uma ética assim bem boa, não é incoerente, não é antiética, e utiliza do referencial teórico nas abordagens que ela faz. (ENTREVISTA 5, 2014)

Nesta narrativa, a supervisora de campo aparece como uma referência positiva que articula elementos operativos, éticos e teóricos na intervenção profissional. Na interpretação da estagiária, atinge quase que um modelo ideal de profissional, um modelo heroico. Em outras falas, o papel de supervisor de campo aparece como anti-herói, por incoerência entre o discurso e a atuação, ou por figura que vai tolhindo a autonomia da/o estagiária/o.

[...] eu acho que vou acabar o estágio e estou um pouco imatura. [...] Ela [supervisora de campo] não ter me dado esse espaço, eu atribuo, não só por eu estar pronta, mas eu acho que às vezes é uma certa... Ela me deu esse espaço agora no terceiro semestre porque a professora P. falou para ela que eu teria acompanhar uma família e teria que estar fazendo alguma intervenção minha, se não, não, era sempre observando, observando, observando, observando. E no caso, né, **eu observei muitas coisas de como eu não queria ser**, ela não me deu oportunidade suficiente. Mas eu acho que assim, deu para crescer bastante nesse período. Procurei fazer algumas colocações minhas, alguns posicionamentos, mas é uma coisa que tu tens que exercitar essa autonomia relativa, né? Não pode também bater muito de frente, eu fui moldando conforme dava, e esse semestre custou a minha saúde no campo de estágio. (ENTREVISTA 6, 2014)

Este trecho é a síntese do relato da estagiária onde, em completo, apresenta outros aspectos como o questionamento em relação ao papel do Serviço Social na instituição, quais propostas possíveis de intervenção em determinados casos, qual o sentido do trabalho, entre outros. Questionamentos estes que a estudante constrói a partir da relação com a supervisora de campo, demonstrando a importância desta referência no processo de formação pelo trabalho.

Quando questionadas/os sobre a supervisão, o papel da supervisão de campo é mais expressivo nas respostas, mostrando-se ser o mais emblemático. Em relação à supervisão acadêmica, outros aspectos se apresentam:

A acadêmica é meio que o diário, [...] é um suporte maior, porque tu já tem mais vínculo, tu já conhece há mais tempo, tem mais proximidade, não tem muitos dedos para falar. (ENTREVISTA 5, 2014)

[...] o grupo da supervisão, os colegas estão contribuindo muito para que isso venha acontecendo em mim, esse aprendizado. Porque quando a gente traz, nos debates, as experiências de cada campo, eu consigo visualizar na fala do colega o que eu também não estou enxergando no meu campo, então quando a colega traz alguma coisa da rede e alguma coisa que eu não estava conseguindo entender, na fala dela eu consigo entender, e o professor dessa supervisão está contribuindo muito. (ENTREVISTA 1, 2014))

A relação entre estudante e supervisor/a acadêmico/a ou de campo apresenta diferenças, ainda que o processo demande a indissociabilidade entre academia, campo e articulação da tríade³⁵ na elaboração dos planos de estágio e acompanhamento do processo. Além disso, colegas de supervisão são sujeitos ativos na formação profissional, através das trocas de experiências nos encontros coletivos.

Em geral, nos relatos de estudantes participantes da pesquisa, no que tange à supervisão de estágio, a dimensão que se apresenta com maior expressividade é a mediação teórico-prática, sobretudo no que se refere à intervenção em ato. Não aparece nas falas a supervisão como aporte crítico, para ensaiar análises da realidade através de situações que se apresentam no cotidiano de trabalho e refletir sobre a dimensão ético-política presente nos atos objetivados.

Diante do exposto, é possível inferir que não basta a mediação teórico-prática estar presente nos discursos, é preciso que as conexões entre estas duas dimensões – que não são equânimes, mas são indissociáveis – sejam explicitadas enquanto *práxis*. Do contrário, corremos o risco de a teoria ser reificada em discursos distantes do que é objetivado no campo do possível em espaços de trabalho.

A dificuldade de estabelecer um discurso coerente com os atos fica explícita na seguinte narrativa:

³⁵ Encontro entre estudante, supervisor/a acadêmico/a e de campo para planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de estágio.

E - Eu sei o que é para fazer, mas eu não sei como fazer.

P - E o que é para fazer?

E - Tudo isso, nosso Projeto Ético-Político, nosso Código de Ética, né? ham, de não, das demandas aparentes da gente superar isso, estar na luta dos direitos, mas de que forma que eu concretizo isso eu não sei. Não sei, juro que eu não sei. Por isso eu estou sempre me questionando, será que eu vou ser uma boa profissional? (ENTREVISTA 6, 2014)

A dificuldade de traduzir em atos os valores ético-políticos da profissão expressa neste relato é um dos pontos nevrálgicos da categoria profissional como um todo. Para Barroco, “por um lado, existem dificuldades de relacionar o CE com a empiria do cotidiano – independente do fato de haver concordância com seus valores e princípios; por outro, afirma-se que os valores são irrealizáveis” (2012, p. 33).

O discurso de que na prática a teoria é outra é altamente conservador. O sujeito que não opera com os fundamentos teóricos e não objetiva, em maior ou menor grau, os valores éticos da profissão, está operando com outro aporte teórico e outros valores, ainda que não tenha consciência de quais são. Entretanto, a dificuldade de traduzir valores éticos em atos interventivos precisa ser enfrentada pela própria formação, pela forma como os currículos e conteúdos são ensinados. Necessitamos, sobretudo, (re)pensar formas de ensino que instaurem processos de aprendizagem, elucidando as conexões entre os conteúdos trabalhados e a realidade concreta de estudantes.

Neste mesmo sentido, observamos a dificuldade de as/os estudantes em analisar os casos apresentados no questionário. O desocultamento da questão social e suas múltiplas mediações, enquanto objeto de trabalho de assistentes sociais, é conteúdo transversal nos currículos de ensino da profissão. Contudo, a mediação deste conteúdo com as situações concretas que estudantes em estágio atendem cotidianamente só se realiza quando a história social dos sujeitos atendidos apresenta claramente situações de desemprego, pobreza, exploração e violação de direitos fundamentais.

No caso 3 do questionário, as/os estudantes sentiram-se mais fundamentadas/os para ensaiar análises da situação, relacionando com o contexto mais amplo.

Pode-se identificar primeiramente o “não acesso à oportunidade de emprego”. Saiu do interior para a capital. Sabemos que muitas vezes em cidades pequenas não se tem tantas oportunidades. Pois bem, conseguiu

trabalho e após acidente ficou com a saúde “física” comprometida. Mesmo assim havia a necessidade de trabalhar para o sustento dos filhos. Esse acontecimento desencadeou vários outros. Alcoolismo – perda do emprego – dependência química – juntos – agressividade – abandono do lar. Para ele e tantas outras pessoas o TRABALHO dignifica o homem, ele é central no desenvolvimento humano. Não aceita voltar para casa por vergonha, por se achar “um perdedor”, um “derrotado”. Não quer que a sua família lhe veja na situação em que se encontra atualmente. (QUESTIONÁRIO 3, 2014)

O usuário sofre com as mazelas da realidade capitalista da sociedade e vivencia uma das expressões da questão social, o alcoolismo. Apresenta uma forte dependência ao álcool, não demonstrando interesse em abandonar o vício, visto que não possui mais nenhuma perspectiva de vida. (QUESTIONÁRIO 11, 2014)

Ainda que reducionistas e em certa medida vitimizando o sujeito, evidenciamos que as propostas de intervenção adotadas para este caso são as mais amplas, buscando construir um vínculo com o sujeito e construir junto com ele alternativas para sua situação de vida, garantir acesso a direitos, respeitar sua vontade, fortalecer seu protagonismo, entre outras.

Segundo Pontes:

O objeto de intervenção profissional, construído, tendo apenas como referência a singularidade, não transborda as demandas institucionais, nem tampouco consegue ultrapassar o propalado “chavão pragmático” do “cada caso é um caso”. (PONTES, 2014, p. 14)

Através da capacidade intelectual de capturar as mediações ontológicas³⁶, é possível analisar as situações singulares estabelecendo conexões com o campo da particularidade e da universalidade, ultrapassando análises factuais que tendem a se refletir em intervenções que responsabilizam os indivíduos por suas condições, ainda que estas sejam fundamentalmente sociais.

A dificuldade de analisar as situações, ainda, se expressa de outras formas, como no seguinte relato:

E tenho dificuldades ainda, na questão capitalista, essas coisas de lincar o capitalismo com a situação que acontece no concreto, que ali no dia-a-dia e tu tem que buscar todos esse histórico capitalista e fazer tudo isso do neoliberalismo, isso ai pra mim óh é uma questão assim que não precisava [risos] porque tu tá atendendo ali na prática o usuário ele está te trazendo um monte de coisa o desemprego, e aí daqui a pouco tu tem que puxar isso, onde é que eu estou enxergando isso lá no capitalismo, o que Marx vai

³⁶ Para aprofundar a discussão sobre a categoria mediação e sua relação com a intervenção do Serviço Social, ver Pontes (2014).

dizer, né, então eu tenho que fazer isso e tu fica pensando e automaticamente tu pensa outras coisas também [...] (ENTREVISTA 1, 2014)

A tentativa de análise de forma mecanicista, a partir da necessidade apreendida pela estagiária de relacionar as situações com o capitalismo, reduz os fundamentos necessários para tecer análises de forma processual, que ultrapassem concepções de senso comum construídos pela aparência e imediaticidade das situações que se apresentam na cotidianidade.

De forma reducionista, as análises das situações dos usuários aparecem formuladas a partir da seguinte pergunta: *o que isso tem a ver com o capitalismo?* Sem apreender as conexões, os atravessamentos, as particularidades, a relação da ordem burguesa com a cultura e com a manifestação de outros fenômenos que não necessariamente a pobreza e o desemprego, as situações que fogem deste modelo consensual de análise são julgadas a partir da moralidade do sujeito em estágio, como se pode observar nas respostas ao caso 2.

Podemos supor que se a dificuldade de traduzir em atos os valores éticos da profissão e em analisar as situações atendidas se manifesta em respostas ao questionário – instrumento que permite um distanciamento e certo tempo de reflexão sobre a situação –, no cotidiano de trabalho é ainda mais presente. Isso porque são próprias características do cotidiano, e, por sua vez, do cotidiano de trabalho de assistentes sociais e estagiárias/os, a reificação do senso comum, a aceitação acrítica de metodologias de trabalho instituídas, a ultrageneralização, o uso do preconceito como fundamento de análise, entre outros.

4.1.3 Dimensões do trabalho em processos de estágio

Diferentes dimensões sobre o trabalho de assistentes sociais, especialmente no campo das políticas sociais, que atravessam o cotidiano de trabalho de estudantes em estágio supervisionado obrigatório, já foram discutidas ao longo do capítulo 3. Entretanto, outras dimensões se apresentaram nos dados, como as implicações éticas derivadas das condições em que o trabalho se realiza, o lugar que estagiárias/os ocupam nas instituições e nas relações de trabalho e o sentido do trabalho para estas/es estudantes.

A adoção de medidas neoliberais, fundamentadas no receituário neoliberal, vem efetuando desmonte das políticas sociais públicas, espaço de inserção das/os estagiários participantes da pesquisa. Cada área e setor de política social tem particularidades. Por exemplo, a Política de Saúde alcança no imaginário social a noção de direito público, fazendo com que haja uma maior pressão social por meio de movimentos sociais e da própria mídia para garantia deste direito, ainda que exista a tendência cada vez mais ampla de privatização do acesso por meio de planos de saúde privados. Já a Política de Assistência Social tem, em sua história, como mostra Couto (et al., 2010), a marca de não política, alcançando este estatuto apenas com a Constituição Federal de 1988.

Estas diferenças se expressam também nas condições de trabalho em cada área de política social, sendo variáveis o território que ocupa, o nível de atenção à população, a força política de gestores e a mobilização de trabalhadores e usuários, entre outros. As condições de trabalho de ordem estrutural são as condições físicas do local e os recursos materiais que viabilizam o trabalho. Já as condições de trabalho de ordem relacional são as que incidem em recursos humanos, hierarquias, relações de poder. Influenciadas por modelos de gestão da força de trabalho, podem ser colaborativas e/ou competitivas, articuladas ou fragmentárias.

Nas entrevistas, o aspecto referente à precarização das condições de trabalho, que aparece de forma generalizada nos campos de atuação das/os participantes da pesquisa, é a insuficiência de profissionais para atender de forma qualificada a demanda que chega até os serviços:

Então, às vezes, a coordenação faz pedidos para essas questões e não é atendido, por exemplo, encaminhamento de férias, essas questões dos profissionais, ponto, o serviço social tem que fazer, porque não tem outra pessoa que faça. Então, está sendo muito sobrecarregado pro profissional do serviço social, essas questões burocráticas mesmo. A equipe toda está bem esgotada por isso, só chega paciente e demanda, demanda, demanda e elas não conseguem fazer um trabalho bem desenvolvido, elas não têm tempo. Então, elas têm que começar a rever isso, começar a fazer uma reciclagem, só pegar as questões mais emergentes, e elas ficam bem desconcertadas com isso, eu vejo, eu participo da reunião semanal, com toda equipe, e é uma questão bem burocrática, bem da gestão, bem de cima. Então, elas não conseguem mais dar conta e é pela falta de profissionais, por falta de material também, inclusive para trabalhar, falta material de escritório, essas coisas básicas, né? (ENTREVISTA 1, 2014)

[...] Esse acompanhamento familiar é um dever do CRAS fazer, só que eles não faziam, a demanda, muita demanda, o número de profissionais, coisa e tal, mesmo a gente não conseguindo atender todos, porque tem uma lista de famílias para ser acompanhadas, as famílias que a gente está

acompanhando e fazendo dessa forma, a gente consegue ver que tem um resultado positivo. (ENTREVISTA 3, 2014)

A insuficiência de recursos humanos, nas instituições que prestam serviço à população, incide em implicações éticas no que tange à qualidade do serviço prestado, à possibilidade de acompanhamento continuado e articulado com outras áreas, como podemos evidenciar relacionando estes trechos de falas com outros elementos que também emergiram neste estudo. A “reciclagem” sobre a qual a estagiária fala na primeira narrativa é o perverso processo de escolher o que será atendido, aquilo que é urgente e emergencial. É a lógica de “apagar incêndios”, decorrente da própria precarização do trabalho, que acaba por não permitir ultrapassar a imediaticidade e desemboca na utilização pragmática de certas metodologias de trabalho.

A precarização do espaço físico também resulta em implicações éticas em relação à qualidade do atendimento em diferentes aspectos, como observamos na seguinte narrativa:

Bom, as condições de trabalho são as mesmas condições de vários espaços da assistência, assim, são uma coisa que me chamou bastante a atenção, quando eu cheguei lá, as dependências são muito pequenas, não são adequadas. E como tu vai dizer para uma família que a criança está melhor aqui do que na casa dela, se por exemplo, aqui ela tem que dormir no chão? Coisas desse tipo, atendimento não tem assim vamos dizer uma sala privativa, tu cria espaços privativos, bom, pede licença pros colegas, utiliza uma sala de outro espaço, enfim, mas tu tá sempre tomando o espaço de outros, não tem um espaço distribuído e isso é muito ruim, porque tu tem psicólogos que atendem ali, tu tem assistentes sociais, tem que fazer esse atendimento privativo das famílias, não tem como acomodar por exemplo, tu chama uma mãe para entrevista, vêm uma com três, quatro filhos, precisa de um espaço para acomodar aquelas crianças e muitas vezes não tem. Então, são espaços que sofrem essa precariedade de investimento, ham, como quaisquer outros. (ENTREVISTA 2, 2014)

Deste depoimento é possível extrair pelo menos dois aspectos fundamentais. O primeiro se refere à precarização do espaço físico em serviços de permanência de usuários/as, como os serviços de acolhimento institucional. Neste caso, o serviço que é local de trabalho de assistentes sociais e outras profissões assume função de moradia – provisória ou permanente – de sujeitos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social. Assim, a precarização no espaço de trabalho é, sobretudo, a precarização do espaço de proteção e acolhimento destes sujeitos.

O segundo aspecto é em relação ao direito ao sigilo e a atendimentos privativos. “O sigilo é parte de todas as profissões liberais e sua polêmica decorre da possibilidade de quebra do sigilo, pois coloca dúvidas acerca de sua justificação, em outras palavras: em quais situações seria correto quebrar o sigilo?” (BARROCO, 2012, p. 92). Entretanto, antes mesmo de entrar nesta polêmica, é preciso observar que as condições estruturais de trabalho incidem na possibilidade ou impossibilidade de garantir este direito que, segundo o Código de Ética (1993), é tanto um direito do usuário como um dever e um direito profissional.

No referido depoimento verificamos, ao mesmo tempo, a crítica em relação às condições de trabalho, a criação de alternativas na busca de garantir o sigilo e o atendimento privativo, mas também um certo tom de banalização e generalização quando refere que o espaço em que está inserida tem as condições de trabalho e sofre da precariedade de investimentos como qualquer outro espaço.

À exceção destas críticas, uma das participantes da pesquisa declara sobre as condições de trabalho: “Muito boas. Tem sala pro atendimento, a questão do cuidado, do sigilo, de ser um local fechado, de que não tenha interferência, sabe? É um local muito bom”. (ENTREVISTA, 5, 2014). Diante destes depoimentos, é possível observar que, em geral, há um alto nível de atenção das/os estudantes em relação aos locais de trabalho e uma visão crítica destes, especialmente no que se refere ao cuidado ético com o sigilo profissional.

O compromisso ético de estudantes, associado com certa ansiedade em dar conta das situações que atendem, pode fazer com que assumam para si a responsabilidade em suprir a ausência de recursos necessários à prestação de atendimento qualificado. Podemos observar esta postura no seguinte depoimento:

Trabalhar nesse sentido para articular essa rede primária com essa rede secundária no [instituição] é muito difícil. A gente não tem como fazer ligações no [instituição], porque quem é funcionário do [instituição], quem é funcionário público recebe uma senha com um número determinado de créditos todo mês, então esses créditos acabam e a gente não tem como ligar. [...] Eu absorvo as demandas do [instituição] e levo pro o meu outro estágio para poder fazer essas ligações, porque a maioria são de cidades do interior, então, não é 51, os que são 51 eu ligo do meu celular, mas se eu for ligar pra todo mundo do meu celular, eu vou ter um gasto imenso, né, que eu não daria conta de manter. (ENTREVISTA 4, 2014)

A ausência de recursos que viabilizem o trabalho entra em choque com a responsabilidade que estagiárias/os assumem com a prestação de um serviço de

qualidade, fazendo com que absorvam para si o suprimento de recursos institucionais. Dessa forma, expressam sentimentos relacionados ao sentido do trabalho em suas vidas.

No que se refere às condições de trabalho relacionais, o principal aspecto evidenciado é que o lugar que estagiárias/os ocupam nas instituições é no esvaziamento das possibilidades das equipes de profissionais. Ou seja, assumem as demandas que as equipes não conseguem dar conta, mas não exercem este trabalho e nem ocupam este espaço de forma neutra. Transformam este espaço em espaço de disputa e possibilidade de garantir direitos, conforme verificamos na seguinte narrativa:

Como o serviço social lá só tem uma assistente social e ela é coordenadora, então, ela não conseguia fazer esse trabalho de articulação, nem de visita domiciliar, nem de visita institucional, por estar suprimindo outras questões de coordenação e outras questões internas assim, e é mais uma questão da gestão mesmo, por ela não estar conseguindo, por falta de profissionais, né? [...] Eu observei essa dificuldade que eles enfrentam, e ela enfrenta essas dificuldades de dar conta, a região leste e nordeste é uma região imensa, é uma população bem grande e ela não consegue dar conta de tudo isso. Então, a partir dessas observações que eu fui fazendo, participando das reuniões da rede, do matriciamento, né? Da redinha que eles chamam, que é uma equipe menor [...]. (ENTREVISTA 1, 2014)

Na sequência do relato, a estagiária aponta que foi a partir desta observação que elaborou seu Projeto de Intervenção, atendendo tanto à uma necessidade da população atendida como à um desejo da equipe profissional que não conseguia efetivar determinadas ações devido à sobrecarga de trabalho e insuficiência de recursos humanos. Neste mesmo sentido, outra estudante relata:

A gente tem uma demanda muito grande do judiciário também, tem tardes que eu passo a tarde produzindo documentação, isso é cansativo, mas é necessário, pois, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, eles têm direito a uma revisão a cada 6 meses dessa documentação, e a gente tem que fazer. Foi uma das coisas que eu procurei me apropriar muito rapidamente, porque eu tinha uma ânsia muito grande de ver isso acontecer, será que é revisado mesmo? Aí eu percebi que em muitos casos não. Esse abrigo, a equipe que eu trabalho, atende na verdade dois espaços de acolhimento, então, olha que complicado. [...] A gente atende 90 e poucas crianças dormindo. E uma assistente social e uma psicóloga, para todas essas famílias, entende? (ENTREVISTA 2, 2014)

Diante destas narrativas, evidenciamos que há, por parte de estudantes quando ingressam no estágio supervisionado obrigatório, não apenas o desejo e a

motivação em apreender o trabalho profissional através da experiência teórico-prática. Há também uma forte motivação em contribuir com os espaços de trabalho, inserir-se nos processos de trabalho e participar do produto deste trabalho coletivo, imprimindo a direção ético-política de garantia de direitos.

O Código de Ética do/a Assistente Social (1993) regulamenta, em seu artigo 4º, que é vedado ao/a assistente social “compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários/as que exerçam atribuições específicas, em substituição aos/às profissionais”. Ou seja, estagiárias/os de Serviço Social podem participar dos processos de trabalho em equipe tendo supervisão direta de assistentes sociais, porém não é permitido que substituam o trabalho de profissionais.

A tendência na contratação do elevado número de estagiarias/os – não apenas no Serviço Social, mas de forma geral na divisão sociotécnica do trabalho – é estes serem considerados “mão de obra barata”, contribuindo para amenizar o déficit de recursos humanos nas instituições e evitar a necessidade de contratação de profissionais, já que isso eleva o custo na administração privada ou pública. É exatamente este o lugar que, de acordo com os depoimentos das/os estudantes participantes da pesquisa, estas/es ocupam o seio das relações de trabalho nas instituições.

Este processo é contraditório porque, se por um lado o trabalho de estagiárias/os em Serviço Social ameniza o déficit de profissionais para atender as necessidades da população, por outro, o realizam com motivação para inserir processos contra-hegemônicos nas instituições, em encontrar o sentido do trabalho e isso instaura processos de aprendizagem sobre o exercício profissional de assistentes sociais.

A satisfação simbólica no trabalho trata “da vivência qualitativa da tarefa. É o sentido, a significação do trabalho que importa nas suas relações com o desejo” (DEJOURS, 1995, p. 62). Trata-se da realização humana por meio do trabalho, que se relaciona com os desejos e as motivações e “depende do conteúdo que a tarefa veicula do ponto de vista simbólico”. (DEJOURS, 1995, p. 62)

O sentido do trabalho parte das motivações construídas ao longo da história social dos sujeitos, da fruição e ressignificação que encontram para estas motivações durante a formação profissional, e ganha objetividade na mediação entre

o que a necessidade e a liberdade no seio do possível nas instituições em que ingressam para realizar o estágio supervisionado obrigatório.

E - E por exemplo, os pacientes que não têm nenhum tipo de renda, por exemplo, a passagem que o [instituição] fornece é da rodoviária até a cidade de origem, né, então se a gente libera um paciente que não tem benefício, por exemplo, que não tem nenhum dinheiro no [instituição], a gente tem que dar dinheiro do nosso bolso pra ele pagar a passagem até a rodoviária, no ônibus municipal metropolitano, para que ele possa ir até a rodoviária, se não, não tem como ele chegar.

P - E do “nosso bolso” do bolso de ti mesmo?

E - O meu dinheiro dou pra ele, porque o [instituição] não tem um fundo para esses pacientes que não tem benefício, por exemplo, tem um paciente que está me devendo R\$ 10,00 que está em AP. Mas eu estou feliz, porque ele se manteve, ele faz parte do meu projeto [de intervenção]. (ENTREVISTA 4, 2014)

Novamente, neste relato é possível constatar a precariedade dos recursos institucionais atravessando o trabalho e a intervenção, e, ao mesmo tempo, o grau de responsabilização do estagiário ao emprestar dinheiro para garantir a locomoção do usuário atendido. Por outro lado, chama a atenção o fato de que, mesmo diante da precariedade, o estagiário refere sentir-se feliz pelo fato de tal usuário ser atendido em vias de seu Projeto de Intervenção. É possível interpretar que o resultado do trabalho e o sentido que isso provoca no estagiário enquanto trabalhador possui mais conteúdo valorativo do que o dinheiro emprestado.

Em que pese a importância da satisfação simbólica na construção da identidade do/a trabalhador/a, é necessário um cuidado ético-político tendo em vista que a materialidade dos atos provoca significados no tecido social. Como visto no subcapítulo 2.2.1, a frustração profissional em não conseguir atuar em uma perspectiva integral, em dado momento histórico da profissão, fazia com que assistentes sociais buscassem satisfação na possibilidade de prestar certo apoio emocional e financeiro aos até então denominados “clientes” (FALEIROS, 2011).

Tanto a frustração decorrente da inviabilidade do trabalho como a satisfação simbólica com relação ao conteúdo do trabalho realizado precisam ser problematizadas nos espaços de supervisão de estágio. Isso não significa desvalorizar a satisfação simbólica encontrada no sentido do trabalho. Ao contrário, “uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 175).

O sentido do trabalho aparece na seguinte narrativa:

E - Eu trabalho em uma empresa, vamos dizer, é um trabalho burocrático, administrativo, que eu me sinto totalmente infeliz fazendo. Eu abri mão do meu trabalho – que não é grande coisa, mas que a maioria das pessoas gostaria de ter, da minha sala com ar condicionado, da minha mesa, computador, impressora – para trabalhar no [instituição] que tu divide tudo. Tu divide computador, tu não tem mesa para trabalhar e mesmo assim eu acho que ali está o verdadeiro sentido do que tu faz nesse mundo, nessa vida.

P - E o que é esse sentido pra ti?

E - É esse contato com as pessoas, fazer alguma coisa que vá contribuir com as pessoas, que vá mudar de alguma forma, não viver isoladamente. (ENTREVISTA 3, 2014)

O sentido do trabalho produz utopia, motivação, negação do fatalismo, energia transformadora fazendo com que estudantes em estágio não se imobilizem diante da precarização nos espaços de trabalho, da dificuldade nas relações com as equipes, da fragmentação nas redes de serviços. O desejo e a motivação em contribuir socialmente, não confundido com romantismo ou idealismo, é motor da construção de possibilidades de transformação dentro dos limites e barreiras institucionais e sociais.

4.2 O ENTRELAÇAMENTO DO VELHO COM O NOVO NO SERVIÇO SOCIAL: DISCURSOS SOBRE PERSPECTIVAS ÉTICO-POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E VALORES ÉTICO-MORAIS EM JOGO

Teatralizada como tragédia ou como comédia, as máscaras da experiência impedem o trabalho próprio do pensamento, que consiste em elevar a experiência ainda indeterminada à sua determinação pela compreensão de sua origem e de seu sentido. O advento do sentido da experiência: eis o trabalho da reflexão. (MARILENA CHAÚÍ)

As concepções sobre ética e sobre o seu lugar no cotidiano de trabalho de assistentes sociais e estagiárias/os manifesta-se transversalmente nos discursos, narrativas e textos construídos pelas/os participantes da pesquisa. Entretanto, quando questionadas/os pontualmente sobre este aspecto, algumas dimensões interessantes são associadas à ética. Sistematizamos o seguinte quadro para melhor visualizar estas dimensões:

Quadro 4 - Dimensões sobre a ética na perspectiva das/os estudantes em estágio

Valores	Posturas e Perspectivas
Código de Ética do/a Assistente Social	Visão garantidora de direitos
Sigilo	Vinculação a um projeto de sociedade: que sociedade queremos?
Liberdade/ autonomia	Nem fatalismo e nem messianismo
Qualidade do serviço prestado	Cuidado com os/as usuários/as
Atendimento como um direito e não como um favor	Não esquecer que trabalhamos com pessoas
Compromisso e comprometimento	Desculpabilizar os sujeitos
Respeito	Não fazer juízo de valor
Cidadania	Trabalhar para que a comunidade lute pelos seus direitos

Fonte: A autora (2015)

Os valores e posturas referidos pelas/os estudantes relacionam-se e estão em consonância com o Código de Ética do/a Assistente Social e com o Projeto Ético-Político da profissão. Entretanto, como já foi dito anteriormente, não basta que estes valores permeiem os discursos para que se objetivem em atos ético-morais. Para Barroco, “uma das formas de reprodução da alienação que ronda o trabalho cotidiano é a do comportamento ético-profissional que contraditoriamente defende os valores do CE e realiza outros valores, muitas vezes de forma inconsciente”. (2012, p. 73)

Não basta mostrar os valores e posturas que os sujeitos defendem e mostrar que estão em consonância com os valores da profissão, visto que defendê-los não é o suficiente para realizá-los em atos ético-morais no cotidiano de trabalho. Entretanto, com base na apreensão das percepções e concepções sobre o tema, evidenciamos que o posicionamento ético das/os participantes da pesquisa não tendem a uma pretensa neutralidade.

Alguns dos trechos de fala apresentam aspectos interessantes para, posteriormente, serem relacionados com os trechos de resposta ao questionário:

Eu acho que a ética, quando tu demonstra o respeito pelo usuário, o respeito profissional e o sigilo também, aí entra a ética, tanto no campo, quando no grupo de supervisão. [...] Não impor ao usuário o que eu acho que ele tem que fazer, então dentro dessa ética, saber respeitar essa autonomia do usuário de ter a sua escolha, de saber como, por onde caminhar, essa é a contribuição na construção dessas questões, né? (ENTREVISTA 1, 2014)

Respeito pelos/as usuários e sigilo profissional se apresentam enquanto dimensões da ética. O respeito à liberdade dos sujeitos atendidos também aparece como um valor e como uma postura a ser adotada, em consonância com o Código de Ética de 1993 que tem a liberdade (e autonomia relacionada a ela) como valor central.

A realização da liberdade enquanto valor ético adotado pela profissão não refere-se à liberdade de mercado da ideologia (neo)liberal. Ao contrário, refere-se à expansão do espaço de exercício da liberdade dos indivíduos, que só é possível com a expansão do campo de possibilidades para todos. A realização deste valor tem como horizonte a objetivação de relações mais livres. Ou seja,

[...] é agir de forma que amplie a margem de autonomia das nossas ações, levando em conta a relação com os outros; e participar de ações voltadas à liberação das formas de opressão que impedem a livre manifestação das capacidades e potencialidades humanas. (BARROCO, 2012, p. 63)

Ampliar a possibilidade de escolha consciente entre alternativas junto aos usuários e trabalhar para a ampliação destas alternativas é uma forma de realização da liberdade enquanto valor ético. O respeito crítico à diferença e ao direito de autodeterminar-se, mesmo quando o ato ou a escolha nos parece equivocada e/ou vai de encontro a nossos valores, é também uma possibilidade de agir tendo este valor como fundamento.

Nesta mesma perspectiva, o não julgamento aparece como uma dimensão da postura ética: “Principalmente é o cuidado com o usuário. Ham, de tu respeitar tudo que as pessoas trazem e tal, não interferir no que eles trazem, valorizar tudo, é não fazer juízo de valor, sabe?” (ENTREVISTA 5, 2014).

Trabalhamos com situações limites da vida humana que mobilizam valores, sentimentos, concepções e preconceitos, e onde temos que, de alguma forma, posicionar-mo-nos para intervir. Compreender e respeitar o lugar do outro não significa aceitar acriticamente tudo ou entrar em relativismos extremados. É, antes de tudo, uma postura que busta superar a imediaticidade do que se apresenta para

que, então, seja possível intervir respeitando a liberdade do outro, e não com moralismos e preconceitos. É uma postura de abertura em relação ao outro.

Como refere Barroco,

O assistente social se depara com diferentes situações-limite, como suicídio, aborto, eutanásia, uso de drogas, etc. Se não estiver aberto para aceitar o direito de escolha do outro, ou mesmo a possibilidade de não ter alternativa, como poderá conviver com essas circunstâncias? Se estiver absorto em atitudes preconcebidas e esteriótipos, como poderá se relacionar com essas situações no trabalho profissional? (BARROCO, 2012, p. 78)

O cuidado com usuários/as aparece nos discursos tanto como uma postura de respeito em relação ao que os sujeitos fazem, escolhem, pensam e valoram, como também em relação à qualidade do atendimento prestado. A responsabilidade, como já discutido anteriormente, é um elemento que se apresenta transversalmente nos discursos dos participantes da pesquisa.

Nesse sentido, o compromisso e o comprometimento se manifestam enquanto dimensões relacionadas à responsabilidade, no que tange ao valor ético da qualidade dos serviços prestados à população. Esta relação se explicita no seguinte depoimento:

Eu acho que a ética é o profissional fazer aquilo que tem que fazer, tem que tá de acordo com o teu projeto, com o Projeto Ético-Político, ham, tentar fazer o teu trabalho de acordo com isso. Não ser aquele profissional medíocre, uma coisa que me incomoda muito lá no CRAS é que as pessoas marcam o horário com os usuários e eles não se dão conta que, se eles não poderiam estar, não poderiam atender, tem que avisar, assim como eles gostariam que fossem avisados, isso me deixa muito triste. E quando tu marca uma coisa com alguém, o mínimo que tu tem que fazer, se tu não puder ir, é avisar. E isso acontece, ou não tem aquele planejamento, fala no atendimento, eu vou fazer tal coisa, tal coisa e tal coisa, e como não tem planejamento, aí cai no esquecimento, esquece, a pessoa tinha aquela demanda com aquela pessoa e realmente se tu não anotar, tu esquece muito fácil, porque é muita coisa. O CRAS é uma loucura diária, ontem aquilo era muito importante, hoje aconteceu uma coisa pior, e por aí vai, se passa a semana, deu. Então, como faz falta essa coisa do planejamento, e eu acho que acaba refletindo na ética profissional, se a pessoa não tem essa preocupação, tu não atende bem, se tu não dá esse mínimo de atenção, de se marcou tu vai atender, se não puder tu vai avisar, vai remarcar um novo horário, não vai esquecer a demanda que aquela pessoa te trouxe, se não ela vai acabar não vindo mais, isso é uma coisa que falta na ética, nesse sentido. (ENTREVISTA 3, 2014)

Há uma intrínseca relação entre as possibilidades objetivas e subjetivas da atuação ética com as condições de trabalho. As rotinas institucionais e a sobrecarga

de trabalho ocultam e naturalizam uma série de violações sofridas pelos/as usuários/as: demandas e combinados que caem no esquecimento, horários de atendimento que não são respeitados, julgamentos preconceituosos, entre outros. A questão não é culpabilizar os/as profissionais, visto que esta é uma condição posta pela própria dinâmica institucional e pelas condições de trabalho.

Entretanto, é de responsabilidade das equipes de trabalho as violações que usuários podem sofrer, enquanto produto do trabalho coletivo. O planejamento aparece como uma alternativa possível para organização pessoal e coletiva das equipes de profissionais com vistas à qualidade do serviço prestado, sendo um compromisso ético.

Na perspectiva do respeito e cuidado ético com os/as usuários/as, observamos concepções que buscam reconhecer a história social dos sujeitos atendidos, o cuidado ético com a liberdade e com o tempo do outro, críticas à estigmatização destes nas instituições e críticas ao enquadramento em um modelo de usuário/a ideal que atenda às expectativas dos/as trabalhadores/as. Entretanto,

Dadas as peculiaridades das demandas atendidas pelo Serviço Social, a herança conservadora da profissão e a influência da ideologia dominante na vida cotidiana, o assistente social não está imune aos apelos moralistas e preconceituosos que rondam o imaginário social. (BARROCO, 2012, p. 73)

É neste sentido que buscamos discutir os atos ético-morais teleologicamente elaborados nas respostas dos questionários, que ora se aproximam dos discursos sobre o lugar da ética no trabalho profissional e ora se distanciam. Este questionário é um instrumento de coleta autoaplicável, o que cria condições de um certo distanciamento do sujeito que responde para analisar a situação e refletir sobre sua resposta. Isso é diferente na realidade cotidiana quando, em atendimento direto aos usuários, a forma como o sujeito analisa a situação, como orienta, os afetos que a demanda mobiliza, o conteúdo de sua fala e sua postura são objetivados em ato com tendência à espontaneidade e à ultrageneralização pelas próprias características da cotidianidade³⁷.

³⁷ A apreensão mecânica de certos papéis e normas é necessária para a vivência em sociedade. Não seria possível e não sobriaria tempo algum se tivéssemos que parar para refletir sobre toda e qualquer atividade necessária à vida cotidiana. (HELLER, 2014)

No entanto, diversos elementos que emergiram das respostas possibilitaram analisar os valores que fundamentam o agir de estudantes e o que estes exteriorizam de si em atos cotidianos. Como explica Heller,

Até o homem mais autônomo e mais moralmente consciente é incapaz de avaliar moralmente todos os passos que dá, todas as atitudes que toma. Sempre existem na vida humana determinados pontos nevrálgicos nos quais se projetam muito intensamente os problemas da escolha moral. Mas esses problemas brotam do solo de uma hierarquia de valores já assimilada, que é afirmada ou negada pelo homem em questão; e, apesar disso, não podem se repetir arbitrariamente no momento em que se deseja. (HELLER, 2014, p. 117)

A ética enquanto capacidade do ser social “exige que se tome posições diante de tudo” (BARROCO, 2010, p. 182), assumindo a responsabilidade pela consciência moral daquilo que se pretende objetivar e pela consequência daquilo que de fato se objetiva. Se por um lado não é possível avaliar moralmente toda e qualquer atividade da vida cotidiana, por outro há aquelas atividades e situações que mobilizam concretamente tomadas de posição fundamentadas em valores ético-morais, mas nem sempre analisamos criticamente as alternativas postas no real.

O pensamento conservador³⁸, que se opõe tanto ao liberalismo quanto ao socialismo, embora se filie à ideologia liberal em certos aspectos e em determinados tempos históricos, legitima-se enquanto moralidade na vida cotidiana em que estamos todos nós inseridos/as. Cria um caldo cultural de:

[...] valorização do passado, da **tradição**, da **autoridade** baseada na **hierarquia** e na **ordem**; nega a razão, a democracia, a liberdade com igualdade, a indústria, a tecnologia, o divórcio, a emancipação da mulher, enfim, todas as conquistas da época moderna. (BARROCO, 2010b, p. 172)

A insegurança e o medo social, decorrentes das novas configurações e crises do capitalismo mundial, criam condições objetivas para a reatualização do conservadorismo na vida cotidiana e nas instituições como possibilidade de

³⁸ “Inimiga histórica dos ideais iluministas, a reação conservadora que se apresenta em finais do século XIX, articulada em torno de tendências românticas restauradoras do passado feudal, tem como referência fundamental o pensamento de Edmund Burke, na Inglaterra, e o tradicionalismo, com De Maistre, Bonald e Lamennais, na França” (BARROCO, 2010, p. 172). “Esta modalidade do pensamento conservador não é a dominante hoje, ainda que continue a ter solitários e quixotescos defensores” (COUTINHO, 2011, p. 9).

encontrar segurança em valores tradicionais³⁹. O Serviço Social não está imune ao conservadorismo e sua reatualização. Ao contrário, não apenas a formação social dos sujeitos profissionais, mas também a história da profissão e a própria cultura das instituições em que se insere, bem como as requisições que recebe para desenvolver em seu trabalho, convidam a posturas conservadoras, a julgamentos moralistas e a posturas fiscalizatórias e policiaescas no atendimento aos/às usuários/as.

O ponto nevrálgico onde com intensidade se projetaram escolhas morais de conteúdo conservador nas respostas do questionário foi em relação ao caso 2, mais especificamente em relação à possibilidade de realização de um aborto apresentada pela usuária. Em geral, a legalidade foi a justificação argumentativa para a escolha interventiva fundamentada em valores morais de gênero:

Posteriormente, esclareço que aborto é crime, além de por em risco a vida de sua filha. Em relação a isso, coloco-me à disposição para ouvi-la, abrindo espaço para que fale mais sobre o assunto. Se não se sentir à vontade perto da família, marca-se um atendimento individual. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 8, 2014)

A possibilidade de intervir orientando sobre o fato de o aborto ser crime no Brasil, foi a resposta mais frequente para este aspecto no caso. Os sujeitos elaboraram intervenções policiaescas e fiscalizatórias, mobilizando a lei enquanto fundamento para orientação, mas acionando-a devido a julgamentos morais.

É possível fazer esta afirmação visto que no caso 1 não houve nenhuma elaboração de intervenção na perspectiva de orientar Rafael ou sua família sobre o fato de a comercialização de certas drogas – como a maconha – ser proibida no Brasil. Isso nos leva a pensar sobre os valores que fazem com que, em maior ou menor grau, levam assistentes sociais e estagiárias/os a utilizar-se da legalidade para criminalizar atos e escolhas de usuários/as.

Neste caso, explicita-se a moralidade construída em relação ao gênero e ao corpo da mulher. “A moral conservadora revela-se com toda a clareza quando se trata das questões vinculadas ao papel da mulher, que os conservadores entendem deva ser agente moral, responsável pela educação dos filhos e pela família” (BARROCO, 2010b, 179).

³⁹ Na impossibilidade de aprofundarmos este debate tão necessário nos dias atuais, sugere-se a leitura de Maria Lúcia Barroco (2010) e Leila Escorsim Netto (2011).

Outras respostas ao questionário também explicitam a questão de gênero que envolve a discussão sobre o aborto:

Sobre o questionamento de Carla, explicaria o papel do Assistente Social na defesa intransigente de direitos, assim como na garantia no acesso dos mesmos. Informando que o aborto não é um procedimento legal e que primeiramente todo mundo tem direito a vida. Oriento que toda a mãe, quando ciente da incapacidade de suprir as necessidades básicas do seu filho, tem direito de abrir mão da guarda do mesmo, entregando-a ao Estado. Me posicionaria contrária ao questionamento da adolescente. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 7, 2014)

Penso que inicialmente conversaria com a família no sentido de explicitar a questão do aborto, como situação de risco para a adolescente e de que existem serviços que podem auxiliar. E que é possível conciliar a gestação, os estudos. Enfim, neste diálogo também é importante compreender como se deu essa gravidez. [...] Com relação à habitação, penso que é estabelecer vínculo com a mãe como responsável por este lar. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 5, 2014)

Por um lado, a intervenção é mobilizada por valores conservadores no que tange à questão de gênero, ao papel da mulher e à relação da mulher com a casa e com a maternidade. Por outro lado, estudantes estagiárias/os assumem para si a necessidade de dar respostas mais do que a necessidade de pensar junto com os/as usuários/as as alternativas possíveis para que as decisões sejam tomadas com consciência, responsabilidade e respeitando o princípio ético da liberdade.

Em apenas uma das respostas o movimento de pensar junto com a usuária foi ressaltado:

Primeiro colocaria a adolescente para uma reflexão da pergunta que me foi feita, pontuando que esta decisão deve ser tomada conscientemente, somente por ela, e que as questões da realidade social que a família vive no momento, não devem influenciar em sua decisão, pois são questões que, através do acesso imediato da família à políticas públicas e programas sociais, podem vir a ser resolvidas. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 11, 2014)

Há uma espécie de “pensamento mágico” no que toca à superação da situação social da família atendida, através do acesso imediato a políticas públicas e programas sociais. Entretanto, há nesta teleologia elaborada para intervenção um movimento que difere dos demais, visto que se propõe a pensar junto, respeitando a tomada de decisão consciente.

É interessante observar que alguns fatores que o caso 2 envolve, como, por exemplo, a condição de habitação da família e o fato de o bebê ter os pés roídos por ratos, pouco foi apreendido e levado em consideração na formulação de respostas.

Por outro lado, algumas elaborações não apreenderam a questão do aborto enquanto um dilema ético e formularam respostas pragmáticas, intervindo por meio de encaminhamentos.

De imediato encaminharia a família ao posto de saúde mais próximo de sua casa para verificar a saúde da criança que estava com os pés machucados, para a menina grávida e para o resto da família. Seria verificada a disponibilidade de doações de sapatinhos infantis e a possibilidade de uma cesta básica para a família. Seria feito um acompanhamento familiar para a família, com a realização de visitas domiciliares periodicamente para ter um melhor olhar da situação e fazer os devidos encaminhamentos. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 2, 2014)

A partir deste trecho, é possível perceber que a análise superficial da situação cria condições para reatualização de práticas assistencialistas e reducionistas, como a *doação de sapatinhos* infantis em resposta à situação do bebê. Ao mesmo tempo, o *encaminhamento imediato* aparece como transferência de responsabilidade⁴⁰ sobre o atendimento prestado, e a *realização periódica de visitas domiciliares* leva a questionar quais motivos mobilizam o uso deste instrumento.

Discutindo especialmente o trabalho de assistentes sociais em instituições fechadas, como, por exemplo, prisões e casas de acolhimento institucional, Barroco (2012, p. 93) refere que a/o “assistente social não pode confundir o seu trabalho com o trabalho da polícia ou aceitar atribuições de segurança nessas instituições”. No caso 3, apresentado no questionário, perpassam atravessamentos no que tange ao descumprimento de normas institucionais, no caso as normas de casas de acolhimento institucional para adultos, e a não adesão ao serviço de saúde para o qual foi encaminhado. Segundo Faleiros,

As normas institucionais são formas de enquadramento dos problemas que elas mesmas determinam quais sejam, e a atuação profissional passa a ser uma forma de intervenção nesses problemas institucionalizados num esquema já determinado de normas. [...] O cumprimento das normas burocráticas passa a ser a lógica do trabalho profissional e o objeto do profissional passa a ser [...] a perturbação da ordem institucional. (FALEIROS, 2011, p. 60-61)

⁴⁰ “A rotina cotidiana oculta diferentes faces do desrespeito sofrido pelos usuários nas triagens, nas entrevistas, nas idas e vindas em várias instituições, até ser atendido, na invasão de sua privacidade, na moralização de suas atitudes. [...] Aparentemente, na lógica da hierarquia institucional e da fragmentação que perpassa pelas relações dos diferentes profissionais que nela atuam, a responsabilidade de cada profissional termina quando um caso atendido é passado para outro profissional”. (BARROCO, 2012, p. 80-81)

Este atravessamento mobilizou duas tendências na teleologia elaborada para intervenção: a primeira refere-se à problematização de tais normas, tendo em vista as identidades, hábitos e culturas interiorizadas por sujeitos que utilizam ou utilizaram a rua como espaço de habitação e/ou sobrevivência; a segunda refere-se ao enquadramento dos sujeitos às normas institucionais.

Em relação ao albergue existem sim as normas e que são muitas vezes difíceis de os usuários cumprirem. Pode acontecer de um usuário (no caso deste) ser “catador” e percorrer quilômetros à procura de material e não chegar a tempo no horário do albergue, por exemplo. (CASO 3, QUESTIONÁRIO 3, 2014)

[...] buscaria através de diversos atendimentos, sensibilizá-lo quanto à adesão ao tratamento e ainda da necessidade de existir normas e regras de convivência em espaços coletivos. (CASO 3, QUESTIONÁRIO 4, 2014)

Em geral, estudantes estagiárias/os formularam intervenções para este caso na perspectiva de construir vínculo com o usuário e sensibilizá-lo para que aderisse ao “tratamento” ou ao serviço prestado. Em algumas respostas, posturas tutelares foram adotadas, como, por exemplo, acompanhar o usuário em consultas.

É preciso ressaltar que não é competência profissional de assistentes sociais trabalhar para o ajustamento dos sujeitos às normas institucionais, na perspectiva da conservação do *status quo* e em uma lógica que é funcional a manutenção do sistema. Ao contrário, uma possível alternativa de intervenção, tendo como horizonte valores éticos transversalizados pela liberdade, é problematizar as normas e regras impostas pelas instituições junto aos usuários e às equipes, tensionando processos institucionais de enquadramento e tendo como objetivo a qualidade na prestação de serviços que respondam a interesses e necessidades da população atendida.

Observamos certo movimento com a finalidade de vinculação e adesão do usuário. Contudo, há um cuidado ético que precisa ser levado em consideração: o que o usuário quer? Em que medida tais serviços oferecidos estão respondendo aos seus interesses e porque não está conseguindo se vincular? Isso é, um cuidado ético com a liberdade do sujeito atendido em uma perspectiva de não enquadramento às normas institucionais e/ou as expectativas dos/as profissionais.

Este movimento teleológico se apresenta, de certa forma, no seguinte trecho:

Em uma entrevista com o usuário colocaria para reflexão juntamente com o mesmo o que realmente deseja para sua vida. Se ele refere que quer ter “uma oportunidade para melhorar na vida”, como ele pensa que deva ser esta oportunidade, quais serviços ele realmente irá aderir para atingir este seu objetivo. Dessa forma, coloca-se o usuário como protagonista de sua própria realidade, fortalecendo sua emancipação. (CASO 3, QUESTIONÁRIO 11, 2014)

Ou seja, o movimento de partir dos desejos e necessidades dos sujeitos atendidos, buscando alternativas possíveis, e não daquilo que profissionalmente entende-se como certo ou errado, bom ou ruim. Precisamos estar atentos/as para o fato de que, “muitas vezes, meglhado na rotina institucional, o profissional não percebe que está impedindo ou limitando o acesso a direitos, de forma direta ou indireta” (BARROCO, 2012, p. 80-81).

Nas instituições se constroem consensos aparentemente na lógica destas, sem conteúdo moral, que se reproduzem em face à perpetuação de hábitos e costumes na vida cotidiana, podendo levar algum tempo ou até nunca para serem questionados. Evidenciamos esta questão em relação aos encaminhamentos realizados no Conselho Tutelar, o que apareceu em diferentes respostas sem explicitação do objetivo e dos valores que fundamentam a feitura do mesmo⁴¹.

Sendo esta uma instituição contraditória em sua gênese, pode ser acionada tanto para a proteção de crianças e adolescentes como para transferir a necessidade sentida pela/o profissional ou estagiária/o em fiscalizar as relações que determinada família, criança ou adolescente estabelece.

Em uma das entrevistas, quando questionada sobre o uso recorrente de encaminhamentos para o Conselho Tutelar, a estagiária tece a seguinte reflexão:

O Conselho está nessa rede, então o que o CRAS faz? A criança não está indo na escola, os pais não conseguem tipo se impor, entra o Conselho. [...] Ah, não está funcionando, chama o Conselho, assim como uma coisa mais de autoridade e aí não funciona. [...] no início eu estranhei – “que poder é esse que dão pro Conselho?” – e aí tu acabas também repetindo, reproduzindo, mesmo não conhecendo muito bem o trabalho deles. Eu sei que quando envolve criança e quando os pais não estão conseguindo fazer o seu papel, o Conselho entra. (ENTREVISTA 3, 2014)

⁴¹ Em diversos trechos de resposta ao questionário apresentados ao longo deste trabalho, especialmente nas respostas aos casos 1 e 2, aparecem encaminhamentos ao Conselho Tutelar.

O movimento entre fiscalização e proteção, viabilização de acesso a direitos e negação ou seleção, resistência ou adesão ao conservadorismo é, muitas vezes, ocultado e naturalizado em face das rotinas e da burocracia institucional.

Na realidade cotidiana de profissionais, em instituições de atendimento direto à população, estão em jogo diferentes concepções, perspectivas e valores que ora se confundem e se expressam em conceitos ou encaminhamentos que aparentemente são consensuais. Na categoria profissional e particularmente nos estágios supervisionados obrigatórios,

A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. (BARROCO, 2011, p. 212)

A distância entre certos aspectos dos discursos sobre ética e sobre o lugar da ética no trabalho e os valores com os quais estudantes em estágio atuam é paradoxal. Nos discursos, há diversos consensos sobre as posturas que devem ser adotadas e os valores que devem fundamentar os atos ético-morais de assistentes sociais. Já na elaboração teleológica da intervenção, manifestam-se tanto posturas democráticas em atos que têm como horizonte a ampliação da liberdade, da autodeterminação e das possibilidades de escolha, como atos que exercitam o poder do lugar em que o sujeito ocupa nas instituições, para fiscalizar, criminalizar e tolher possibilidades de exercício da liberdade.

A discussão sobre o hiato entre o que se diz e o que se faz precisa estar presente na supervisão de estágio, partindo da experiência concreta de estudantes no cotidiano de trabalho das instituições. Uma possível alternativa é ter como dispositivo pedagógico a discussão de casos concretos atendidos pelas/os estagiárias/os, possibilitando reconhecer os atravessamentos morais que motivam determinadas respostas profissionais, bem como a incorporação de usos aparentemente consensuais nos espaços de trabalho e a motivação de respostas pragmáticas.

4.3 OS ATOS ÉTICO-MORAIS E O USO INSTRUMENTAL NO TRABALHO PROFISSIONAL: TENDÊNCIAS EM JOGO

[...] grande parte das descrenças atribuídas às intenções e aos resultados das ações profissionais reside na incoerência presente entre *aquilo que se diz* ou *o que se pretende fazer* e *aquilo que realmente se faz* ou *em como se faz*, uma vez que a opção por determinados procedimentos (abordagens, instrumentos, técnicas e outros recursos) é determinada pelo contexto e pelo conteúdo a ser mediado para se alcançar a finalidade prospectada. [...] É através da clareza na compreensão e na proposição do *como* se constrói uma intervenção profissional menos improvisada e mais legítima teoricamente, via que permite demonstrar a coerência pela qual é possível resgatar valores e realizar mudanças. (MIOTO; LIMA)

A dimensão técnico-operativa do trabalho de assistentes sociais não se resume à utilização de instrumentos e técnicas de intervenção. É através desta dimensão que a profissão ganha materialidade enquanto *práxis* social, pela exteriorização dos indivíduos profissionais na objetivação em atos.

Ao exteriorizar-se, o indivíduo mobiliza valores, concepções, conhecimentos, conceitos e diferentes aspectos de sua personalidade e, fundamentando-se neles, objetiva atos utilizando instrumentos e técnicas como meios para alcançar determinadas finalidades. Dessa forma, a dimensão técnico-operativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão teórico-metodológica e ético-política não apenas no debate teórico sobre o Serviço Social, mas na própria materialidade do agir de homens e mulheres – assistentes sociais ou estagiárias/os – reconhecendo esta relação ou não. Esta materialidade, ainda que apenas teleologicamente elaborada, se expressou nas respostas aos questionários, visto que foi perguntado aos sujeitos que participaram da pesquisa o que fariam diante de determinada situação.

Para intervir é preciso de certo conhecimento procedimental, articulado com conhecimento teórico e valores éticos, para que a intervenção não se torne procedimentalista. De acordo com as diretrizes curriculares do Serviço Social,

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. (ABEPSS, 1996, s/p)

O “como fazer” não é menos importante do que o “o que fazer, porque fazer e para que fazer”. Na formação em Serviço Social, em se tratando de uma profissão fundamentalmente interventiva, o “como fazer” exige que habilidades e competências sejam desenvolvidas para a operacionalização de ações que mediem o conhecimento teórico-metodológico e os valores ético-políticos.

Os dados deste estudo revelam um descompasso entre o “o que fazer” e o “como fazer” e as outras dimensões do agir profissional. Enquanto nos discursos se explicitam valores e compromissos ético-políticos, nos questionários se manifesta a razão fundamentalmente instrumental sem estabelecer relação com as outras dimensões do trabalho. Em geral, a intencionalidade do uso de certos instrumentos e técnicas não é claramente explicitada, como podemos observar no seguinte trecho: “Nessa situação, tentaria realizar *visita domiciliar* para a família para um possível *acompanhamento familiar*” (CASO 1, QUESTIONÁRIO 2, 2014 – grifos nossos).

Em resposta a outro caso, após tentativas de analisar a situação apresentada, a intervenção é elaborada da seguinte forma: “Por fim, sem dúvida, essa família necessita *ser acompanhada* para dar o suporte e fazer os *encaminhamentos necessários*. Acionar os demais serviços que se fizerem necessários”. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 3, 2014 – grifos nossos)

Em diversas respostas o “acompanhamento” aparece como proposta de intervenção e o encaminhamento como objetivo último desta. Acompanhamento com que finalidade? Acompanhar como? O que realizar neste acompanhamento? Assim, o acompanhamento se caracteriza como um termo genérico, sem qualificar o que é realizado neste e como é realizado, a perspectiva de abordagem adotada e a finalidade da intervenção.

Mioto e Lima (2009, p. 30) observam certa “[...] tendência de dar como óbvios os fundamentos ou os conteúdos das ações profissionais, encarando a realização de certas ações como rotina, e acreditando na existência de um consenso sobre elas”, o que leva à banalização do uso de certos termos e de determinados instrumentos.

Ao se inserirem em processos de trabalho nas instituições as/os estagiárias/os vão se apropriando, pouco a pouco, do que já foi construído e elaborado pelas equipes profissionais como possibilidades concretas de intervenção. No plano da cotidianidade do trabalho, ao se apropriar do que já foi construído nas instituições, os sujeitos tentem à imitação, que:

[...] manifesta-se sobretudo como imitação dos usos. Em todos os estágios do desenvolvimento social, o homem nasce num mundo já “feito”, numa estrutura consuetudinária já “feita”. Deve, então, assimilar esses usos, do mesmo modo como assimila as experiências de trabalho. Desse modo, toma posse da história humana, “ingressa” na história, e esse é o marco em que o homem consegue se orientar. (HELLER, 2014, p. 116)

A imitação dos usos e assimilação das rotinas é o ponto inicial de inserção nas instituições e na própria profissão, apropriando-se do acúmulo de saberes e usos produzidos pelos coletivos envolvidos. Contudo, se essa assimilação não for associada a um processo reflexivo, crítico e questionador a imitação transforma-se em hábito e mera reprodução do mundo já “feito”.

A visita domiciliar é tradicional no Serviço Social a tal ponto que, por vezes, a identidade da profissão em certas instituições se confunde com o uso do instrumento, permeando o imaginário em torno da profissão. Desde as *Filles de la Charité*, moças que visitavam pobres e enfermos, passando pela C.O.S. com seus visitantes, até os dias atuais, a visita domiciliar é um instrumento utilizado não apenas por assistentes sociais, mas principalmente por eles.

Nesse sentido, a visita domiciliar aparece como um instrumento a ser acionado corriqueiramente, às vezes com intencionalidade e outras sem explicitação do porquê realizá-la, o que fazer nela ou como fazer; isto é, os sujeitos fazem uso deste instrumento reproduzindo aquilo que é de uso na profissão e nas instituições.

No caso 1, a visita domiciliar aparece em algumas respostas como uma possibilidade de “busca ativa”, devido à dificuldade de contato telefônico com a mãe de Rafael.

Mas penso que seria importante contatar outros serviços como o Conselho Tutelar, por exemplo. Ver se a família é acompanhada ou foi atendida em algum momento. *Se o contato telefônico não foi viável, deslocar-se até a residência da família é uma alternativa, mesmo que a visita não tenha sido marcada. Penso que todas as visitas devem ser agendadas, porém, isso muitas vezes “serve” como um “obstáculo” que justifica o não atendimento. Ou solicitar que o Conselho faça a visita.* (CASO 1, QUESTIONÁRIO 5, 2014 – grifo nosso)

Esta reflexão é representativa de outras respostas a este caso, que também acionam a visita domiciliar como possibilidade de conseguir entrar em contato com a família, para que então seja possível construir alguma intervenção. Esse movimento mostra alto grau de responsabilidade diante de uma situação que chega através de um contato telefônico, e que tenderia a se perder após algumas tentativas de

contato diante da quantidade de atividades que os sujeitos estão envolvidos em seus cotidianos de trabalho. Ou seja, teleologicamente, há uma responsabilização por aquilo que os aciona à intervenção.

Em outras respostas, a visita domiciliar aparece de forma quase aleatória, como uso do instrumento pelo uso:

Acho importante o contato com o posto para saber se a família poderia ser colocada em acompanhamento e, por consequência, necessitaria encontrar com mais frequência, *visita domiciliar* e um trabalho articulado com saúde, educação e habitação. (CASO 2, QUESTIONÁRIO 6, 2014 – grifo nosso)

O uso genérico tanto do termo “acompanhamento” como da visita domiciliar esvaziam a possibilidade de interpretar o conteúdo e os valores que fundamentam estas formas de intervenção. Kern (2009, p. 160) refere que “já se passou o tempo de irmos ao domicílio das pessoas e com ‘olhar clínico ou investigador’ abrimos a geladeira, contarmos os móveis e observarmos as condições de assepsia”, mas este modo de operar a visita domiciliar tende a se reproduzir e se reatualizar diante das convocações institucionais, que solicitam ao Serviço Social que assuma papel de fiscalizador do modo de vida dos sujeitos, especialmente dos pobres.

Tradicionalmente, este instrumento é utilizado por duas razões distintas que ora se misturam: a aproximação do profissional com a realidade vivida de usuários do serviço e/ou a fiscalização do que o outro está fazendo, de como vive, das condições de higiene das casas e dos bens que possui. Embora não explicitada com clareza a intencionalidade do uso da visita domiciliar, ela aparece sendo utilizada por dois principais motivos: a tentativa de garantir o atendimento e a fiscalização do modo de vida.

Outro recurso que estagiárias/os mobilizam no arcabouço instrumental é a relação com outros serviços. A intersetorialidade, enquanto perspectiva de atendimento que relacione diferentes setores, áreas e políticas buscando atender integralmente as necessidades dos sujeitos de forma não fragmentada, assim como a visita domiciliar, está presente na história da profissão. De forma embrionária, o 5º procedimento para a prática da caridade na C.O.S.⁴² já apontava para a necessidade de atendimento intersetorial, orientando seus trabalhadores a acionarem as diversas instituições que pudessem contribuir com a intervenção em determinado caso.

⁴² Ver subcapítulo 2.2.1.

Esta é uma dimensão que vem sendo amplamente discutida e defendida no campo das políticas sociais em diversos setores. Segundo Nascimento (2010, p. 118), “tanto a política de desenvolvimento urbano quanto a social trazem em seu bojo algumas perspectivas de ações intersetoriais”, o que não é o suficiente para que esta perspectiva se materialize e ganhe efetividade no atendimento às necessidades sociais.

A intersetorialidade é assimilada como um valor positivo, que deve orientar práticas de estudantes em estágio supervisionado obrigatório, perpassando seus discursos e práticas. Ela:

[...] supõe também a articulação entre sujeitos que atuam em áreas que, partindo de suas especificidades e experiências particulares, possam criar propostas e estratégias conjuntas de intervenção pública para enfrentar problemas complexos impossíveis de serem equacionados de modo isolado. (COUTO et al., 2010, p. 40)

A possibilidade de construir estratégias e propostas de intervenção de forma conjunta, articulando diferentes áreas e setores em torno de objetivos comuns, se apresenta nas narrativas de estudantes como uma possibilidade a ser explorada diante da fragmentação nas formas de atendimento instituídas nos serviços.

[...] eu acho que se os profissionais das diversas áreas que atuam juntos no mesmo espaço, eles pudessem de fato ter um trabalho integrado, um trabalho compartilhado, um trabalho que extrapolasse as barreiras da formação, eu acho que qualificaria muito todas as instâncias de trabalho. Tanto nas coisas mais simples, como nas coisas mais complexas, a própria execução de uma política pública, se as pessoas trabalhassem integradas, aquilo seria muito mais amplo, muito mais qualificado, sabe? [...] Eu enxergo a intersetorialidade como forma de resistência também, porque a gente vem de um processo de formação e de um processo histórico onde tu tem que estar cada vez mais individualizado, tu é detentor do teu conhecimento, detentor do teu espaço de trabalho, tu é detentor do teu usuário. Isso é algo extremamente cruel, porque a partir do momento que tu te apropria daquele usuário, do processo de trabalho, daquela política, tu trabalha completamente isolado, em um lógica que tu não vai dar conta de atender todas as demandas e tu te perde, tu também te aliena, tu acha que tu dá conta, mas tu não dá. (ENTREVISTA 4, 2014)

A intersetorialidade é um valor que se articula com outros valores, como a qualidade do atendimento aos usuários, constituindo-se enquanto perspectiva de atendimento e modo operativo da intervenção contra-hegemônica, em uma sociedade cada vez mais fragmentada e individualizada. Sua materialização tensiona lógicas e concepções construídas historicamente nas formas de

atendimento à questão social. Tensiona valores capitalistas como a propriedade – que se manifesta em discursos de posse em relação a saberes e até mesmo em relação aos usuários –, a competitividade entre setores e serviços e a fragmentação no modo de análise positivista, funcional a (re)produção do *status quo*.

Não sendo suficiente que esta seja uma prerrogativa escrita em documentos legislativos de diferentes políticas sociais, sua efetividade depende da capacidade de articulação política de governantes, gestores e trabalhadores que objetivam as políticas nos territórios e na relação direta com a população. Após fazer a narrativa de uma intervenção realizada com diversas dificuldades, uma das estudantes refere:

A gente está articulando toda uma rede para que esse menino tenha um acompanhamento. E mesmo assim, ele não está conseguindo frequentar a escola, então para ti ver que é bem complexo [...]. Se a gente fizer uma análise bem superficial de tudo isso que a gente fez – ah, fez tudo isso e não deu em nada – eu já consigo ver de uma outra forma, a gente conseguiu que os serviços se comunicassem. (ENTREVISTA 3, 2014)

Como resultado do trabalho realizado, a comunicação entre os serviços mostra-se como uma das dimensões que permeiam a construção cotidiana de perspectivas de atendimento intersetorial, dentro do que é possível em instituições, serviços e programas que se constituem fragmentadamente. Em geral, esta é uma perspectiva que transversaliza as narrativas das/os estudantes, perpassando suas propostas de Projetos de Intervenção, as críticas que tecem em relação às formas de intervenção institucionalizadas e o que conseguem visualizar enquanto produto de seus atos.

Entretanto, é preciso refletir sobre as formas concretas que possibilitam mediar a concepção de intersetorialidade como valor e ato em si, isto é, a intervenção objetivada. Como é possível observar em diversos dos trechos já apresentados neste estudo, termos como “articulação com a rede” e “encaminhamento” aparecem quase como sinônimos.

Em síntese, podemos definir que articular é construir coletivamente propostas e estratégias de intervenção, integrando setores e saberes. Já encaminhar é dar um rumo, é transferir a responsabilidade do atendimento de determinada parte da demanda apresentada para outro profissional, serviço ou setor de política social.

Nas respostas ao questionário, a intersectorialidade manifesta-se muito mais como a soma de diferentes políticas acionadas para atender determinada situação, do que como construção coletiva de propostas e estratégias de intervenção.

Neste caso, mais uma vez, é preciso um trabalho em rede. Que este usuário possa ser acompanhado ou continuar acompanhado pelos serviços. Quanto mais profissionais de diferentes áreas conseguirem acompanhá-lo, melhor. Cada um na sua área específica, da saúde, da assistência, etc., trabalhar na perspectiva da integralidade, em busca sempre da garantia de acesso aos direitos. (CASO 3, QUESTIONÁRIO 3, 2014)

As tentativas de atender de forma setorial reproduzem formas fragmentárias, dividindo a demanda apresentada em partes, para então acionar as áreas que irão atender ao seu respectivo pedaço. Além disso, há uma valoração da quantidade de serviços e setores acionados, como é possível observar com clareza no trecho acima, e como se manifesta de forma implícita em outros.

A valoração da intersectorialidade, como possível forma de garantir acesso a direitos e proteção social, é objetivada em tentativas de construir junto com outros profissionais e criar espaços de comunicação entre os serviços. Contudo, a partir da análise da totalidade dos dados, evidenciamos que há uma certa ansiedade em resolver as situações apresentadas e o caminho que surge como consenso nas respostas é o *encaminhamento pragmático*, pautado na fragmentação positivista, ainda que travestido pelo discurso da intersectorialidade e, por vezes, contendo elementos desta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu sei de muito pouco. Mas tenho a meu favor tudo o que não sei e – por ser um campo virgem – está livre de preconceitos. Tudo o que não sei é a minha parte maior e melhor: é a minha largueza. (CLARICE LISPECTOR)

Fazer pesquisa é ir em busca de ocupar o campo virgem do não saber e, ao mesmo tempo, ampliar a consciência da largueza do que não se sabe. Partimos dos saberes e conhecimentos produzidos e acumulados no Serviço Social e em outras áreas do conhecimento, estabelecemos relações com as experiências de estudantes em estágio supervisionado obrigatório, tecemos análises e (re)formulamos posicionamentos. Colocamos em questão elementos da profissão, a implicação enquanto pesquisadores e as implicações éticas derivadas do cotidiano de trabalho de estudantes em estágio supervisionado obrigatório com objetivo de contribuir com a formação profissional em Serviço Social, com o movimento constante de (re)pensar a profissão e, principalmente, com as/os profissionais em formação – constante formação pessoal e profissional – que procuram encontrar, na casca dos limites do trabalho, possibilidades de instaurar processos transformadores na realidade de vida dos sujeitos atendidos.

Nesta travessia, construímos algumas sínteses provisórias tentando aliar o rigor intelectual com posicionamentos ético-políticos, com base em nossas experiências e o conhecimento produzido até então. Entendendo os limites e a provisoriedade destes, ao mesmo tempo, percebemos a sua potência.

A ética, enquanto capacidade humana que compõe a *práxis*, exige a tomada de posições com consciência crítica e responsabilidade frente a dimensões da vida concreta de homens e mulheres. De diferentes formas, o Serviço Social tem se proposto a isso ao longo de sua história, passando por momentos onde posicionamentos conservadores eram mais expressivos, até o momento contemporâneo em que, enquanto categoria profissional, assumimos o posicionamento ético-político de defesa dos interesses e das necessidades da população atendida, dos/as usuários/as dos serviços socioassistenciais, da classe trabalhadora como um todo. A profissão pactua, neste sentido, com valores emancipatórios tendo como horizonte a construção de uma sociedade mais justa, democrática e, no limite, a emancipação humana de todas as formas de opressão e exploração.

É na contracorrente do caldo cultural conservador, reproduzido socialmente por meio de instituições – mídias, escolas, religiões, entre outros – e reificado na vida cotidiana que os sujeitos profissionais devem posicionar-se e intervir, aliando-se às forças sociais de resistência presentes também nessas instituições, em movimentos sociais, na arte e em outras profissões. É na contracorrente do fatalismo, de discursos que naturalizam as injustiças, que banalizam as formas de violência e opressão, contrário àqueles que entendem que “as coisas são assim” e “não há o que fazer”, que sujeitos escolhem o Serviço Social como profissão.

A convergência das motivações, dos desejos e da projeção teleológica que estes sujeitos elaboram, enquanto projeto societário, com os valores com os quais a profissão pactua é o que possibilita, de alguma forma, a concretude da direção ético-política do Serviço Social – ou pelo menos a sua defesa coletiva. Entretanto, muitos outros elementos entram em jogo quando se pensa nas possibilidades de traduzir estes valores em atos ético-morais no cotidiano de trabalho.

Colocar em evidência os sujeitos que se encontram no final do estágio obrigatório em Serviço Social permitiu refletir sobre como a nova geração de assistentes sociais está sendo formada ética, política, técnica e teoricamente. Permitiu, também, refletir sobre como estão experimentando o exercício profissional no cotidiano de trabalho concreto, em diferentes espaços sócio-ocupacionais, para evidenciar os processos de aprendizagem que se instauram na formação pelo trabalho.

Embora no discurso destas/es estudantes se apresentem elementos que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social, valores do Código de Ética de 1993 e posturas éticas na relação com os sujeitos atendidos, há hiatos e distâncias entre as compreensões narradas e os atos ético-morais elaborados. Se por um lado estas/es estudantes tecem análises críticas em relação aos espaços de trabalho e ao modo de operar das instituições, por outro apresentam certa dificuldade de exteriorizar na intervenção objetiva valores fundamentalmente éticos, como a busca pelo alargamento do exercício da liberdade e da consciência crítica.

São as próprias condições e modos de vida desses sujeitos que produzem esta distância. Estamos, todos nós, inseridos/as na vida cotidiana onde concepções e valores são reificados e apreendidos como verdades, podendo se tornarem preconceitos. A dificuldade de questionar aquilo que está posto enquanto verdade, aquilo que é apreendido ao longo de nossa história social, é própria das

características da vida cotidiana, mas a formação profissional é responsável por enfrentar este desafio.

Este movimento, de certo modo, acontece. As narrativas das/os estudantes falam da ressignificação de conceitos e preconceitos, de questionamentos, da construção de fundamentos para fazer análises de realidade e intervir nesta a partir da formação em Serviço Social. Entretanto, ressaltamos que hábitos, usos e valores tendem a se reificar na vida cotidiana.

Estes sujeitos se inserem em espaços sócio-ocupacionais, em geral no campo das políticas sociais, que possuem trajetórias históricas marcadas pela lógica do mando, do autoritarismo, da moralização da questão social, do clientelismo, da filantropia, da higienização, entre outras lógicas e valores característicos da sociedade brasileira. São espaços, na maioria, precarizados, com baixos recursos para o exercício do trabalho e para o atendimento qualificado da população. Além do profundo déficit de profissionais, a exigência de produtividade marcada pela valorização da quantidade em detrimento da qualidade, a exigência de profissionais polivalentes e flexíveis, a fiscalização e o acirramento da competição entre colegas de trabalho são tendências do modo de gestão da força de trabalho na contemporaneidade que invadem cada vez mais intensamente os espaços de trabalho de assistentes sociais.

Assim, é possível observar que não apenas assistentes sociais, mas trabalhadores/as de diferentes áreas do saber são requisitados para intervir fiscalizando a população mais pobre, selecionando quem tem direito ou não, ajustando a população às normas sociais e institucionais. É no seio deste emaranhado de dificultadores para o exercício da ética que as/os estudantes se inserem em processos de trabalho, e se formam a partir da experiência e das relações construídas.

As/os estudantes se inserem nos processos de trabalho com alto nível de responsabilidade, certa ansiedade em apreender e manifestando muito desejo em contribuir. Neste processo, tendem a assumir a responsabilidade de dar conta daquilo que as equipes não conseguem efetivar no trabalho, e o fazem buscando ir ao encontro da direção ético-política da profissão, especialmente no que tange aos seus Projetos de Intervenção.

Porém, no miúdo do trabalho, nas teleologias elaboradas em resposta ao questionário, foi possível observar a reatualização de valores, concepções e usos

historicamente construídos na profissão e nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Entre estes, destacamos pelo menos três tendências que requerem atenção na formação profissional em sua totalidade, mas especialmente na supervisão de estágio.

A primeira refere-se aos valores com os quais estudantes em estágio fundamentam a intervenção. Há situações que contêm em si certos dilemas éticos que mobilizam mais intensamente valores conservadores, especialmente no que se refere à questão de gênero e aos papéis socialmente atribuídos ao feminino. É curioso observar a reprodução destes valores na intervenção, tendo em vista ser uma profissão majoritariamente composta por mulheres.

Nesse sentido, apontamos para a necessidade de discutir questões de gênero de forma transversal na formação profissional, possibilitando que as/os estudantes questionem a incorporação destes valores. Assim, é possível que reconheçam elementos reificados em seu próprio papel de gênero para, após, resignificarem aquilo que orientam/esperam dos sujeitos e famílias atendidas.

A segunda tendência manifesta-se na relação entre aquilo que as instituições esperam do trabalho de assistentes sociais e estagiárias/os e aquilo que eles se propõem a fazer. No processo de supervisão de estágio é necessário estabelecer diálogos e clarificar a relação entre estes dois elementos – que ora podem se aproximar e ora podem se distanciar completamente –, para que seja possível apreender as possibilidades postas no complexo circunstancial posto na realidade concreta e, no jogo da correlação de forças, criar alternativas ético-políticas para o trabalho.

Do contrário, estudantes tendem a apreender o modo de intervir através do uso de instrumentos e da feitura de encaminhamentos de forma acrítica, como o uso pelo uso, se apropriando daquilo que já é feito e que é consenso nas instituições. Esta é a terceira tendência, que evidenciamos a partir do uso pragmático de instrumentos e encaminhamentos sem que haja uma intenção conscientemente elaborada, não explicitando o conteúdo valorativo das escolhas feitas para tais usos.

Estes e outros aspectos que emergiram a partir da análise dos dados coletados na pesquisa nos levam a defender que a ética – enquanto reflexão teórico-prática sobre os valores morais e capacidades do ser social – seja transversal na formação profissional de assistentes sociais. Não basta o ensino da ética em sua expressão legal; é preciso que se explicito o conteúdo valorativo de escolhas,

direções, lógicas nos conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas que compõem os currículos do curso.

Assim, mais do que discursos sobre o que é certo ou errado, mais do que posicionamentos em consonância com os valores ético-políticos da profissão, é possível construir posturas críticas e questionadoras frente ao que está posto, com vistas a resistir aos valores e ao caldo cultural que nos convoca cotidianamente e traduzir isso em atos ético-morais na intervenção profissional. O maior desafio posto na atualidade para a categoria profissional nos parece ser aproximar, cada vez mais, aquilo que se diz daquilo que se faz.

Na ordem social burguesa, as possibilidades do exercício da ética são limitadas. Para sobreviver, é necessário vender a força de trabalho e, muitas vezes, submeter-se a lógicas contrárias àquelas que defendemos. A possibilidade de objetivar em atos valores emancipatórios também é limitada.

Entretanto, negando tanto posturas fatalistas como posturas românticas, acreditamos na possibilidade de construir individual e coletivamente processos de resistência contra-hegemônicos, de vislumbrar possibilidades no seio das necessidades derivadas do trabalho e reconhecer em nossa relativa autonomia um espaço possível para caminhar na direção de uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração. Na utopia que move esta caminhada, como diz Carlos Drummond de Andrade, *eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta que tem dentro da casca do impossível*.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Lukács e o século XXI**: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório. São Paulo: Praxis, 2010.

_____. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**. Bauru: Canal6, 2014.

_____. **O conceito de "trabalho ideológico"**. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/02/15/o-conceito-de-trabalho-ideologico/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

AMARAL, Marcia do. Maquiavel e as relações entre ética e política. **Ensaios Filosóficos**, Nao, v. 6, p.25-37, out. 2012.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, mai/ago. 2004.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.

_____. **Política Nacional de Estágio**. 2010. Disponível em <<http://www.abepss.org.br>>. Acesso em: 23 out. 2013.

BARROCO, Maria Lucia. Fundamentos éticos do serviço social. CFESS/ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

_____. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p.205-218, abr/jun. 2011.

_____. Materialidade e potencialidades do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. In: BARROCO, Maria Lucia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 31-119.

_____. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/3__Fundamentos_etico_s_do_Servico_Social_.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2013.

_____; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BARTLETT, Harriett M. **A base do serviço social**. 2 ed. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1979.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2009.

BONETTI, Dilséia Adeodata et al. (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

BRASIL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

_____. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993 e alterações. Lei de Regulamentação da Profissão do Assistente Social. Com a alteração trazida pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012.

CAMPOS, Gastão Wagner de S. **Reflexões sobre a construção do Sistema Único de Saúde (SUS): um modo singular de produzir política pública**. Serviço Social e Sociedade, n. 87. São Paulo: Cortez, 2006.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. Campinas: Papel Social, 2013.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CBCISS. **Teorização do serviço social: documentos**. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Brasil, n. 24, p.5-15, 2003.

_____. **Convite à filosofia**. 14 ed. São Paulo: Ática, 2012.

_____. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Autêntica, 2014.

CORTELLA, Mário Sérgio. O espaço da ética na relação indivíduo e sociedade. In: BONETTI, Dilséia Adeodata et al. (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996, p. 49-59.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. In: NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 9-12.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____ et al (Org.). **O sistema único de assistência social**: uma realidade em movimento. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTO, Mia. **Há quem tenha medo que o medo acabe**. Disponível em: <<http://www.papodehomem.com.br/mia-couto-ha-quem-tenha-medo-que-o-medo-acabe/>>. Acesso em: 2 dez. 2014.

DEJOURS, Cristophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

_____; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET; Christian. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Saber profissional e poder institucional**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao serviço social**. 2 ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1959.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. RJ/SP: Paz e Terra, 2015.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: CFESS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009, p. 223-238.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O cotidiano e a história**. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo: trajetória e desafios. In: Seminário Latinoamericano

de Escuelas de Trabajo Social, XVIII, 2004, **Texto Base**. San José: Costa Rica, 2004, p. 1-39.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume, 2008.

KERN, Francisco A. A visita domiciliar como estratégia de intervenção. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz Gershenson (Org.). **O sistema único de assistência social: entre a fundamentação e o desafio da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 157-166.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAVILLE, Cristian; DIONE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Disponível em: <<http://www.sergiolessa.com/files/lkursk3edV2.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2014.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1977.

_____. **A descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1984.

LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: ALVES, Giovanni. **Lukács e o século XXI: trabalho, estranhamento e capitalismo manipulatório**. São Paulo: Praxis, 2010, p. 89-112.

_____. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____; ENGELS. **A ideologia alemã: Feuerbach - a contraposição entre as consmvisões materialista e idealista**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. São Paulo: Vozes, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. A dimensão técnico-operativa do serviço social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos e Contextos**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/5673>>. Acesso em: 18 maio 2015.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2009.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p.191-211, 2003.

_____; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.117-128, 2006.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p.95-120, jan/mar. 2010.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Mod. 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/ CEAD/ UnB, 1999.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p.41-50, jan-jun, 2001.

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**. São Paulo: Cortez, 2011.

NICOLAU, Maria Célia Correia. **O aprender do fazer**. Natal: Ed. UFRN, 2005.

NISBET, Robert. **O conservadorismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

OLIVEIRA, Cirlene. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 80, 2004.

OLIVEIRA, João Mandim de; AZEVEDO, Solange Coelho de. **Ética**: três dilemas de valores. Disponível em: <http://old.angrad.org.br/_resources/_circuits/article/article_1117.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

PAIVA, Beatriz Augusto de; SALES, Mione Apolinario. A Nova Ética Profissional: Práxis e Princípios. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 174-208.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, Reinaldo. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, p.116-128, 2012.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; PINI, Francisca. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o projeto ABEPSS itinerante. **Temporalis**, Brasília, v. 25, ano 13, p.133-153, jan/jun, 2013.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 2003, p. 59-85.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos; CARDOSO, Priscila. Ética e serviço social: um itinerante caminhar. **Temporalis**, Brasília, ano 13, n. 25, p.33-61, jan/jun, 2013.

TERTULIAN, Nicolas. **O grande projeto da ética**. 1999. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.77644266353589.pdf>>. Acesso em: 6 ago. 2014.

TONET, Ivo. **Ética e capitalismo**. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/ETICA_E_CAPITALISMO.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Silva. A dialética materialista e a prática social. **Movimento**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p.121-142, mai/ago. 2006.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, p.288-322, jun. 2012.

_____. **O significado sócio-histórico da profissão**. 2009. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Disponível em: <http://www.prof.joaodantas.nom.br/materialdidatico/material/1_O_significado_socio_historico_da_profissao.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2013.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO
SUL**
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa: *Ética, trabalho e formação: as implicações éticas derivadas do cotidiano de trabalho dos assistentes sociais inseridos em estágio supervisionado em diferentes espaços sócio-ocupacionais*. Essa pesquisa tem como objetivos compreender e evidenciar quais as possibilidades de objetivação de atos ético-morais conscientes e responsáveis no cotidiano de trabalho, quais os limites e possibilidades para esses atos, como ressignificamos (ou não) os valores historicamente construídos nos espaços de atuação e como a formação profissional, em interface com o trabalho, possibilita (ou não) fazermos isso.

Será assegurado a você:

Rigoroso sigilo de sua identidade na publicação desta pesquisa; Possíveis esclarecimentos a quaisquer dúvidas que possa ter sobre a participação nesta pesquisa; Poderá solicitar seu desligamento da pesquisa a qualquer momento.

Todas as suas dúvidas devem ser esclarecidas. Diante de novos questionamentos, poderá entrar em contato com a mestrandia Gabriela Dutra Cristiano pelos telefones (51) 97088108 ou (51)33443879, ou com a Prof.^a Dr.^a Berenice Rojas Couto pelo telefone (51) 3320.3539, ou ainda com a entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUCRS, fone (51) 3320-3345. Este CEP funciona de segunda à sexta-feira, pela manhã, das 8h30min às 12h e pela tarde das 13h30min às 17h. Localiza-se na Av. Ipiranga 6681, Prédio 40 - Sala 505, Porto Alegre /RS - Brasil - CEP: 90619-900.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2014

Assinatura da (o) participante

Orientadora Prof.^a Dr.^a Berenice Rojas Couto

Gabriela Dutra Cristiano

APÊNDICE B – Questionário de Pesquisa/ Instrumento Alternativo

Questionário de Pesquisa

Olá, Colega! Esse questionário faz parte da minha pesquisa de mestrado que visa estudar *as implicações éticas derivadas do cotidiano de trabalho dos/as estudantes inseridos/as em Estágio Supervisionado Obrigatório*. Tenho como objetivos compreender e evidenciar quais as possibilidades de objetivação de atos ético-morais conscientes e responsáveis no cotidiano de trabalho, quais os limites e possibilidades para esses atos, como ressignificamos (ou não) os valores historicamente construídos nos espaços de atuação e como a formação profissional, em interface com o trabalho, nos possibilita (ou não) fazermos isso.

Esse instrumento contém algumas perguntas fechadas para conhecermos um pouco de você e em que condições você realiza o estágio. Após, apresentamos três casos com características que se apresentam cotidianamente no trabalho de estagiárias (os) e assistentes sociais, seguidos de um questionamento para saber como você analisa a situação relatada e o que você faria para intervir nesta, considerando as condições de trabalho que tens. Após o retorno desse questionário, propomos aprofundar a discussão em grupos focais.

Desde já agradeço pela colaboração nesse debate que nos é tão necessário enquanto categoria profissional.

Gabriela Dutra Cristiano

Qual a sua idade? _____

Sexo:

- Feminino
 Masculino

Possuí graduação em outra área do conhecimento?

- Sim
 Não

Se sim, qual? _____

Concomitante ao estágio supervisionado você possui um emprego?

- Sim
 Não

Em que área você realiza o estágio supervisionado (ex. Saúde, Assistência Social, Sócio-Jurídico...)? _____

Há quanto tempo realiza estágio nesse espaço? _____ meses.

Qual sua carga horária de estágio? _____ horas semanais.

Seu estágio é remunerado?

- Sim
 Não

Como você avalia as condições de trabalho do espaço onde se situa para a realização do estágio supervisionado?

- Muito insatisfatórias
 Relativamente insatisfatórias
 Regulares
 Relativamente satisfatórias
 Muito satisfatórias

Você tem interesse em participar da segunda etapa dessa pesquisa?

- Sim
 Não

Rafael, adolescente de quinze anos foi pego vendendo maconha na Escola Municipal onde estuda. Joana, mãe solteira de Rafael, já havia buscado atendimento no CRAS do território em função do Bolsa Família, que fora bloqueado por motivo de faltas do adolescente na Escola um mês antes do ocorrido.

Preocupada, a professora da escola de Rafael acionou o serviço onde você trabalha referindo que o jovem, além da venda de maconha, apresenta "sinais claros" de desnutrição e comportamento violento. Ao ser solicitada sobre outras informações em relação ao caso a professora explicou que Joana já fora chamada à escola, mas referiu não poder comparecer. Justificou que trabalha todos os dias como diarista em casas de "famílias ricas" em uma região distante do bairro onde reside em Porto Alegre, que recebe um valor alto pela diária e um dia que não trabalha acarreta em prejuízo significativo.

Refere, também, que Joana possui mais uma filha de quatro anos que fica na creche comunitária durante o dia e é buscada pelo irmão que cuida da menina até a mãe chegar do trabalho. A professora chamou Rafael para conversar e o ameaçou de chamar a polícia se a situação se repetisse.

A professora passa o número do celular de Joana e seu endereço, e pede que você dê atenção ao caso. Você, enquanto estagiária (o) de Serviço Social, tenta ligar para Joana por 4 vezes, duas em um dia e mais duas em outro, mas não consegue contato. Uma das vezes chama e ninguém atende e nas outras três o telefone está desligado.

Como você percebe essa situação que chega através de um contato telefônico ao serviço onde trabalha? O que, nas condições de trabalho que tens, você faria nessa situação?

Carla, 14 anos, chega ao serviço onde você trabalha para “pedir ajuda” pois acaba de descobrir que está grávida de 9 semanas e vive em situação de pobreza. É acompanhada pela mãe, Valéria, de 30 anos, que refere estar muito nervosa com a situação da filha. Além das duas, os filhos mais novos de Valéria – um com 11 meses e o outro com seis anos - vão junto ao atendimento.

Durante a entrevista Valéria quase não deixa Carla falar. De início questiona à você se, caso a filha tenha que faltar a escola para ganhar o bebê, eles perderão o Bolsa Família. Relata que há um ano reside sozinha com os filhos, desde que o segundo companheiro, pai dos filhos mais novos, foi preso por ter roubado um relógio em uma relojoaria no centro de Porto Alegre.

Explica que o marido começou a beber muito desde que perdeu o emprego de frentista, há 5 anos, tornando-se um homem “muito irritado” em casa. Refere que ele era um “homem honesto”, mas mudou muito desde que ficou desempregado porque “é uma humilhação para um homem não colocar dinheiro em casa”.

Você observa que o filho mais novo de Valéria, que encontra-se em seu colo e sem sapatos, está com ferimentos nos pés. Ao ser questionada sobre isso, a usuária diz: “nossa casa é muito pobre, tem ratos lá. E essa guria ainda engravida. Vai ser mais um bebê para ser roído por ratos”.

Nesse momento Carla interrompe a mãe, puxando o irmão de seis anos que se encontrava sentado no chão brincando com um pedaço de papel para perto de si, e pergunta à você se achas que ela deveria “tirar o neném”.

Como você percebe essa situação? Com as condições de trabalho que tens, o que você faria?

Manuel, 52 anos, encontrava-se em situação de rua havia 9 anos, tendo estado por duas vezes em Abrigos durante esse período. Algumas vezes no inverno Manuel procurava Albergues para se proteger do frio. Também há registro de atendimento em uma Unidade Básica de Saúde por suspeita de pneumonia.

Em um atendimento, o usuário contou que veio do interior do Estado para Porto Alegre nos anos 80 do século passado em busca de emprego na área de construção civil, sendo incentivado por um tio que já residia na capital. Manuel trabalhou como pedreiro durante 18 anos até sofrer um acidente e ter uma lesão grave no joelho da perna esquerda.

Manuel relata que de nesta época era casado e tinha 3 filhas mulheres, sendo sua responsabilidade sustentar a casa. Após o acidente começou a beber “para ajudar a trabalhar”. Sem sucesso, ficou desempregado e a busca por outro emprego tornou-se cansativa e inútil.

O usuário falou, também, sobre a humilhação de não ter emprego e não ter condições para sustentar a família. Com o tempo começou a beber cada vez mais e refere já ter utilizado outras drogas. Por vezes pegava dinheiro da bolsa da mulher - que trabalhava como operadora de caixa de supermercado - para comprar cachaça. Tornou-se um homem agressivo e, segundo ele, “muito nervoso”.

Humilhado e sem dinheiro foi para rua. Conheceu pessoas que começaram a ajudá-lo com prato de comida, começou a trabalhar eventualmente “juntando latinha” e assim ganha algum dinheiro. Manuel refere que continua bebendo e que não tem vontade de parar. Sua filha mais velha tentou entrar em contato com ele algumas vezes, mas Manuel diz que não quer mais ver a família e demonstra dificuldade de falar sobre isso.

Em contato com profissional da rede de serviços, foi relatado à você que Manuel “é do tipo que não adere” à tratamentos e acompanhamentos que são oferecidos. Você o encaminhou ao CAPSad e um enfermeiro do serviço avisou que ele não compareceu à consulta. Além disso, em um mês que está abrigado Manuel já está com duas faltas. O usuário reclama das normas do local, dos horários impostos e da comida. Por outro lado, diz que quer ter “uma oportunidade para melhorar na vida” e sair da rua.

Como você analisa essa situação? Com as condições de trabalho que tens, o que você faria?

APÊNDICE C – Tópico Guia da Entrevista Semi-Estruturada

Tema: Ética, Trabalho e Formação

- Porque você decidiu vir para o Serviço Social? Porque você decidiu continuar na no curso?
- Como foi para você entrar no campo em que estão realizando o estágio?
Como é o seu trabalho lá?
- Como é um “dia típico” no estágio?

Partindo do significado de “intervenção”, discutir algumas das dimensões que surgiram das respostas aos questionários:

Intervenção: Ato de exercer influencia em determinada situação na tentativa de alterar seu resultado. /Ato de entrar em uma situação para produzir uma mudança.

Trabalho em rede**Visita domiciliar****Normas e regras institucionais****Encaminhamento****Papel da (o) assistente social****Protagonismo****Pensar e construir junto com o usuário****Superação****Conselho Tutelar****Usuário real, usuário ideal****Adesão****Doações****Garantia de direitos**

- Quem mudanças você deseja provocar? Para que e para quem?
- No cotidiano de trabalho, como fazes isso? Quais os limites e as possibilidades?

APÊNDICE D – Quadro de Categorização dos Dados

Categorias explicativas da realidade	Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias	Categorias Finais	
ÉTICA, TRABALHO E FORMAÇÃO	1 - Instrumento/ Visita domiciliar	Instrumental	Dimensão técnico-operativa	
	2 - Plano de atendimento/ Acompanhamento			
	3 - Reflexão/ Construir junto com o usuário			
	4 - Articulação com a rede/ intersectorialidade			
	5 – Encaminhamentos	Intersectorialidade como valor x encaminhamento pragmático	Diferentes discursos sobre perspectivas ético-políticas de atendimento	
	6 - Moralização/ Fiscalização	Valores presentes nos atos ético-morais		
	7 – Normatização			
	8 – Tutela			
	9 - Conselho Tutelar			
	10 – Doação			
	11 – Responsabilidade			
	12 - Coletivização da demanda			
	13 - Concepções sobre as/os usuárias/os	Valores e concepções em disputa nas instituições		
	14 - Culturas institucionais e tentativas de ruptura			
	15 – Preconceito			
	16 - Produção e reprodução de valores			
	17 - O lugar da ética no trabalho			
	18 - Tentativas de análise dos casos	Conhecimento que fundamenta as análises		Formação profissional
	19 - Escolha profissional	Relação entre o sujeito e a formação profissional		
	20 - Formação de valores			
	21 - Precarização do trabalho	Inserção de estagiárias/os nos espaços de ausência profissional		Trabalho
	22 - O lugar da/o estagiária/o nas instituições			
	23 - O lugar do Serviço Social nas instituições			
	24 - Criação de alternativas	A relação do sujeito ético-moral com o trabalho		
	25 - Naturalização/desnaturalização			
	26 - O sentido do trabalho			
	27 - Sofrimento ético			
	28 - Limites pessoais/identificações			
	30 - Ansiedades do “tornar-se assistente social”	Construção da identidade profissional		
	31 - Mediação da teoria com a experiência vivida	Relação teórico-prática		
	32 - Teoria e prática			
	33 - O papel da supervisão acadêmica e de campo	Supervisão de estágio		